

CADERNO REGIONAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



REGIÃO DA COSTA VERDE

ANGRA DOS REIS
MANGARATIBA
PARATI



SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

PERTO DE VOCÊ

**GOVERNO DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

GOVERNADOR

Luiz Fernando Pezão

VICE-GOVERNADOR

Francisco Oswaldo Neves Dornelles

**SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

SECRETÁRIO DE ESTADO

Christino Áureo da Silva

SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Alberto Messias Mofati

SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho

SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Rodrigo Pacheco Ribas

EQUIPE TÉCNICA

Camila Chaves Abuche

Ísis Mathias de Lima

Vicente Pereira

Vitor Dias Mihessen

MAPAS

Rogério de Sousa Martins

APOIO

Loys Lane Emerick

DESIGN E DIAGRAMAÇÃO

Crama Design Estratégico



PERTO DE VOCÊ

**SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO**

SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Palácio Guanabara

Rua Pinheiro Machado s/nº – Edifício anexo, 2º andar

CEP: 22.231-901

Tel: (21) 2334-3697 / 2332-8301

E-mail: ascom@desenvolvimento.rj.gov.br

Site: <http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>

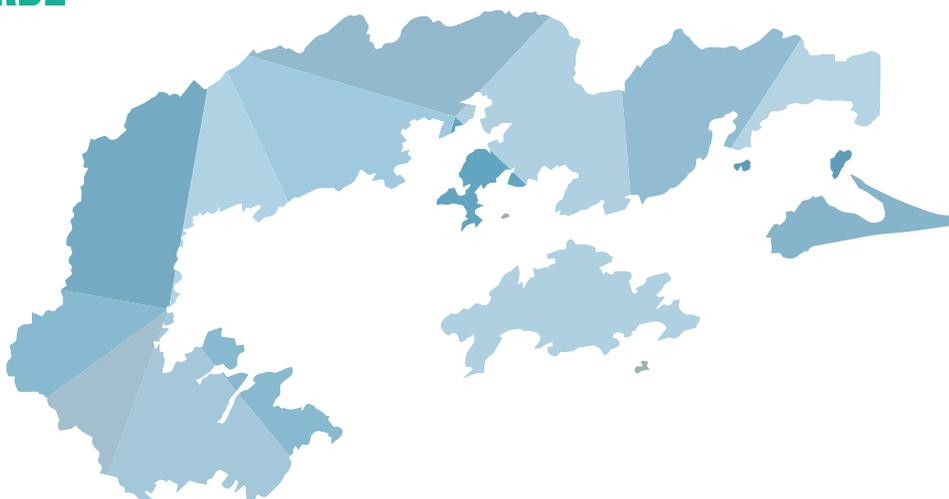
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUBSECRETARIA DE ESTADO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CADERNOS REGIONAIS

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REGIÃO DA COSTA VERDE

DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO 2007/2014



1 REGIÃO CENTRO-SUL FLUMINENSE

R 585 Rio de Janeiro (estado). Secretaria de Estado da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico / Subsecretaria de Estado de Comércio e Serviços. Superintendência de Desenvolvimento Regional.

Região da Costa Verde: desenvolvimento socioeconômico 2007/2014 – organizado por Dulce Ângela Arouca Procópio de Carvalho & Rodrigo Pacheco Ribas. Niterói: Imprensa Oficial, 2017

160 p. (Cadernos Regionais do Estado do Rio de Janeiro, 2 – Região da Costa Verde)

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-88945-10-4

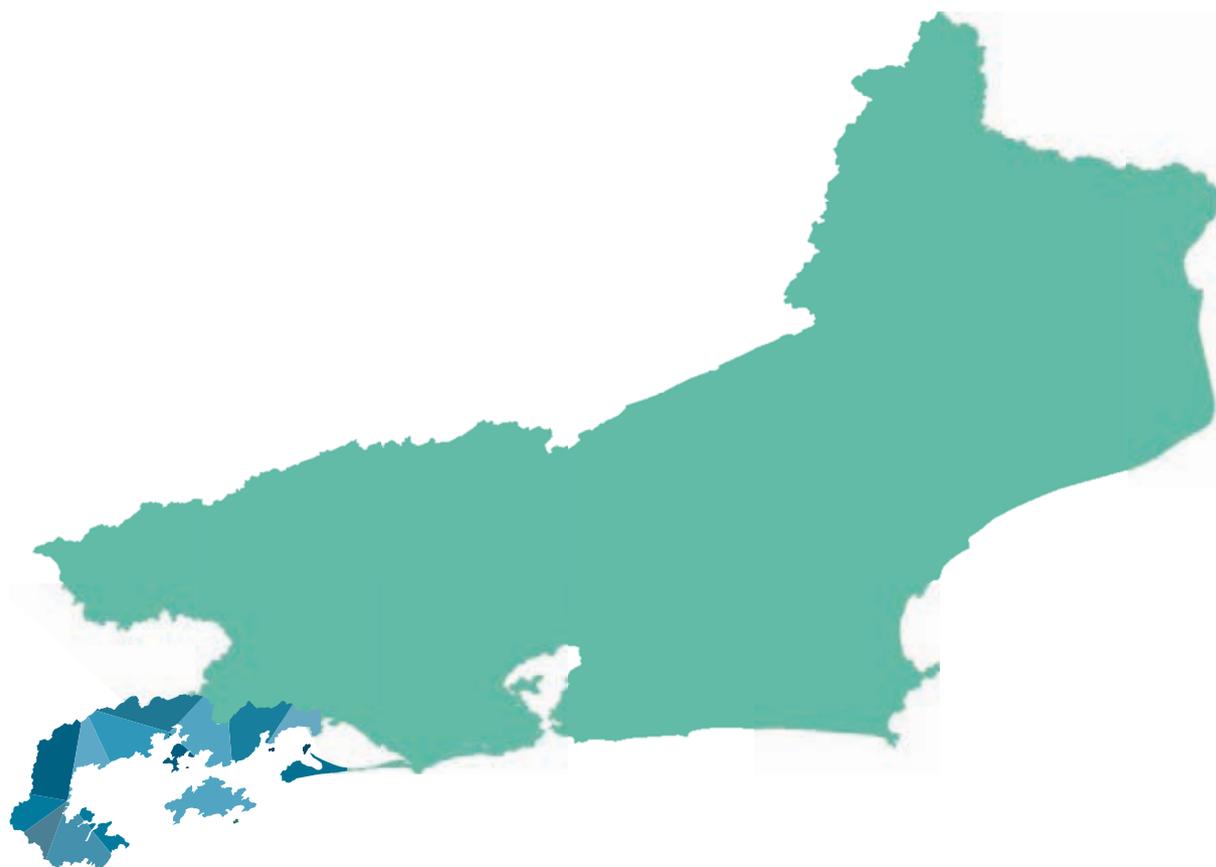
ISBN: 978-85-88945-12-8

1 – Rio de Janeiro-Estado – Região da Costa Verde – Desenvolvimento Socioeconômico. 2 – Região da Costa Verde – Desenvolvimento Socioeconômico – Rio de Janeiro-Estado. I – Título. II – Série.

CDU 338 (815.3)

CADERNO REGIONAL

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



REGIÃO DA COSTA VERDE

ANGRA DOS REIS
MANGARATIBA
PARATY



SECRETARIA DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO

PERTO DE VOCÊ

Abertura

CHRISTINO ÁUREO DA SILVA

**SECRETÁRIO DA CASA CIVIL
E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**



Os Cadernos Regionais, elaborados com esmero pela Subsecretaria de Comércio e Serviços e agora publicados, apresentam, com números e informações incontestáveis, os resultados das ações de atração de investimentos desenvolvidas no Estado do Rio entre 2007 e 2014. Foram ações que não somente ampliaram o escopo já desenvolvido na área de petróleo, mas também diversificaram a economia fluminense para novos horizontes, como a consolidação da pesquisa e desenvolvimento, uma vocação antiga do Rio de Janeiro que só agora se afirmou. Resgataram ainda setores industriais que haviam abandonado o estado nas décadas de 1990 e 2000, casos, entre outros, do setor de bebidas e do automotivo.

O movimento de retomada das atividades industriais acompanha outra política estadual bem-sucedida: a interiorização dos investimentos. Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico apontam que os investimentos públicos e privados, anunciados no período compreendido nesta publicação, somam R\$ 200 bilhões no estado. Do total, quase um terço, ou R\$ 60 bilhões, foi destinado ao interior.

Todo o detalhamento dessas ações e aplicações é visualizado nos Cadernos Regionais.

O denso material compilado é de extrema importância tanto para os estudos sobre a economia fluminense quanto como manancial de consulta para futuros investidores, já que permite identificar as vocações de cada município do estado.

Apresentação

DULCE ÂNGELA PROCÓPIO DE CARVALHO

**SUBSECRETÁRIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**



Os Cadernos Regionais são resultado do trabalho de equipe com levantamento primoroso de dados necessários ao que nos é mais caro.



Ao longo dos últimos anos, e foram mais de oito, a Subsecretaria de Comércio e Serviços ficou responsável, por indicação do então secretário Júlio Bueno, de olhar e contribuir para o desenvolvimento regional com foco nas aglomerações econômicas e seu encadeamento. Trabalhamos de perto em setores como o de confecção, entretenimento, metal mecânico, petróleo e gás natural, materiais de construção civil, procurando unir o setor produtivo e de serviços na forma de arranjos produtivos, com ferramentas para estruturar e estimular as micro, pequenas e médias empresas de nosso estado.

Alguns programas foram conduzidos, como o Compra Rio, que por meio das rodadas de negócios, propicia as compras do setor privado no território fluminense. Outro programa que tem dados bons frutos é o do Design, que agrega valor e estimula a promoção dos profissionais do design do Rio de Janeiro, melhorando a competitividade dos serviços e produtos. O artesanato, também sob nossa articulação, vem tendo boas oportunidades para gerar renda a milhares de famílias.

Os Cadernos Regionais, que hoje temos a alegria de apresentar, são

resultado do trabalho de equipe com levantamento primoroso de dados necessários ao que nos é mais caro. É importante frisar que esta iniciativa fez parte das premissas do Governo do Estado: a preocupação com a regionalização e integração do estado em seus diferentes aspectos, criando-se um instrumental que condicione o desenvolvimento, impulsionando o crescimento e as potencialidades econômicas das distintas regiões fluminenses.

Alguns desafios que nortearam este trabalho foram o de reunir informações, sobre o estado e seus municípios, que se encontram dispersas em diferentes fontes e instituições, bem como por grande parte destas informações serem atualizada periodicamente, fazendo com que no ato da divulgação do trabalho algum dado já não seja o último disponibilizado.

Embora não esgote a visão completa da realidade estadual, é uma iniciativa que procura contribuir para um maior conhecimento social das configurações locais e regionais, assim como para o planejamento de ações pelos poderes públicos locais e diferentes segmentos da sociedade que visem ao desenvolvimento econômico e social de toda a população fluminense. Agradeço à equipe que tornou realidade esse sonho.

Sumário

1

2

3

**Síntese histórica
e socioeconômica do
Estado do Rio de
Janeiro**

24

Panorama regional
28

29 2.1 HISTÓRICO

33 2.2 CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS
FÍSICO-AMBIENTAIS

Aspectos sociais
40

41 3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

44 3.2 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE
ATIVA (PEA)

47 3.3 HABITAÇÃO

50 3.4 SAÚDE

53 3.5 EDUCAÇÃO



4

5

6

Aspectos econômicos e contas regionais

66

67 4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL

71 4.2 DENSIDADE ECONÔMICA

72 4.3 VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)

80 4.4 EMPREGO E RENDA

94 4.5 ESTABELECIMENTOS

Finanças públicas

106

107 5.1 RECEITAS CORRENTES

109 5.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

117 5.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

121 5.4 DESPESA

123 5.5 OUTROS INDICADORES FINANCEIROS

Infraestrutura

128

129 6.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

139 6.2 SANEAMENTO E ÁGUA

141 6.3 TRANSPORTE

146 Referências

150 Apêndices

Índice de tabelas

TABELA 1

População Residente nos Municípios da Região da Costa Verde (2013) 42

TABELA 2

Pessoas Economicamente Ativas (PEA) com 14 Anos ou Mais de Idade nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 44

TABELA 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2010) 45

TABELA 4

Domicílios Recenseados, por Espécie, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2010) 48

TABELA 5

Domicílios Particulares Ocupados, por Localização da Área e Distribuição (%), nos Municípios da Região da Costa Verde (2010) 49

TABELA 6

Domicílios Particulares Ocupados, por Situação de Domicílio e Localização da Área, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 50

TABELA 7

Leitos Existentes e Leitos Disponíveis ao SUS, por Esfera Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2010)..... 51

TABELA 8

Estabelecimentos de Saúde, por Tipo, nos Municípios da Região da Costa Verde (2010) 52

TABELA 9

Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2010) 54

TABELA 10

Taxa de Analfabetismo (%), por Grupos de Idade, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2010)..... 54

TABELA 11

Estabelecimentos de Ensino em Atividade, por Dependência Administrativa, Salas de Aula Existentes e Utilizadas, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)..... 55

TABELA 12

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Infantil, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)..... 56

TABELA 13

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)..... 57

TABELA 14

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)..... 58

TABELA 15

Estabelecimentos de Ensino do Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde Fluminense no ERJ (2011) 60

TABELA 16

Matrículas no Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde Fluminense (2011)..... 60

TABELA 17

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Profissional por Dependência Administrativa nos Municípios da Região da Costa Verde do ERJ (2011)..... 61

TABELA 18

Cursos de Ensino Superior e Matrículas, por Natureza da Instituição, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2010)..... 63

TABELA 19

Bibliotecas Existentes, Frequência de Público e Tipos de Atividades Culturais nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011) 64

TABELA 20

PIB Nominal nos Municípios da Região da Costa Verde (2012) 67

TABELA 21

Evolução (%) do PIB Real por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)..... 68

TABELA 22

Evolução do PIB Real nos Municípios da Região da Costa Verde (2006-2012)..... 70

TABELA 23

Evolução (%) do PIB Per Capita Real na Região da Costa Verde (2006-2012)..... 71

TABELA 24

Densidade Econômica (PIB por Km²) nos Municípios da Região da Costa Verde (2012) 72

TABELA 25

Valor Adicionado Bruto e Produto Interno Bruto Segundo Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro – Valores em R\$ 1.000 (2012) 73

TABELA 26

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto Segundo Atividades Econômicas nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro – Valores em R\$ 1.000 (2012)..... 73

TABELA 27

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000 (2012)..... 75

TABELA 28

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012) 77

TABELA 29

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores de Agropecuária – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012)..... 78

TABELA 30

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor da Indústria – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012) 78

TABELA 31

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro Segundo, Setor de Serviços – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012) 79

TABELA 32

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto para Cada Município da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, para Administração Pública – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012) 80

TABELA 33

Número de Empregados na Região da Costa Verde em 2014, Segundo Classificação do IBGE..... 81

TABELA 34

Variação (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE 83

TABELA 35

Varição do Número de Empregados na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE 84

TABELA 36

Distribuição (%) do Número de Empregados nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE..... 86

TABELA 37

Distribuição (%) do Número de Empregados Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014) 87

TABELA 38

Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região Costa Verde – 2014 90

TABELA 39

Varição do Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região Costa Verde entre 2006 e 2014 90

TABELA 40

Distribuição (%) do Número de Empregados entre os Municípios da Região Costa Verde, Segundo Porte de Empresas (2014)..... 91

TABELA 41

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Porte de Empresas nos Municípios da Região Costa Verde (2014) 92

TABELA 42

Número de Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região da Costa Verde (2014) 93

TABELA 43

Distribuição dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região da Costa Verde (2014)..... 93

TABELA 44

Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde em 2014, Segundo Classificação do IBGE..... 95

TABELA 45

Varição (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 97

TABELA 46

Varição (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 98

TABELA 47

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE..... 100

TABELA 48

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014)..... 101

TABELA 49

Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região da Costa Verde – 2014 103

TABELA 50

Varição do Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região Costa Verde entre 2006 e 2014 103

TABELA 51

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos entre os Municípios da Região Costa Verde, Segundo Porte de Empresas (2014)..... 104

TABELA 52

Varição (%) da Receita Tributária Real Per Capita dos Municípios da Região da Costa Verde (2006-2012) 111

TABELA 53

Indicador de Equilíbrio Orçamentário (2007 a 2012)..... 124

TABELA 54

Indicador de Autonomia Financeira (2007 a 2012)..... 125

TABELA 55

Indicador dos Investimentos Per Capita (2007 a 2012) 125

TABELA 56

Indicador do Grau de Investimento (2007 a 2012)..... 126

TABELA 57

Indicador da Liquidez Corrente (2007 a 2012)..... 127

TABELA 58

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2012)..... 131

TABELA 59

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 133

TABELA 60

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 134

TABELA 61

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 134

TABELA 62

Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 135

TABELA 63

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 136

TABELA 64

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 137

TABELA 65

Consumo Médio Anual de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012) 138

TABELA 66

Economias e Ligações de Esgoto nos Municípios da Região da Costa Verde Fluminense (2010) 141

TABELA 67

Veículos Emplacados, por Ano de Fabricação, aos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2011) 142

TABELA 68

Veículos de Passageiro Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2011) 143

TABELA 69

Veículos de Carga Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2011) 144

TABELA 70

Taxa de Motorização dos Municípios da Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2011) 145

Índice de gráficos

GRÁFICO 1

Distribuição da População Residente por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2013) 41

GRÁFICO 2

População Residente nos Municípios da Região Noroeste Fluminense (1940* - 2010)..... 43

GRÁFICO 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação nos Municípios da Região da Costa Verde (2010) 46

GRÁFICO 4

Distribuição (%) do PIB por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012) 67

GRÁFICO 5

Evolução (%) do PIB Real por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)..... 69

GRÁFICO 6

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 82

GRÁFICO 7

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 84

GRÁFICO 8

Distribuição (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Classificação do IBGE 85

GRÁFICO 9

Distribuição (%) do Número de Empregados da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014), por Segmentos Segundo Classificação do IBGE..... 87

GRÁFICO 10

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 96

GRÁFICO 11

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE..... 98

GRÁFICO 12

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Município da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014) 99

GRÁFICO 13

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014) 101

GRÁFICO 14

Distribuição (%) das Receitas Tributárias e das Transferências Correntes sobre as Receitas Correntes (2012) 108

GRÁFICO 15

Distribuição (%) do ICMS sobre as Receitas Correntes (2006 e 2012)..... 109

GRÁFICO 16

Receita Tributária Real Per Capita, em R\$ (2006 e 2012) 110

GRÁFICO 17

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2006)..... 112

GRÁFICO 18

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2012)..... 112

GRÁFICO 19

Royalties da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região da Costa Verde (2013) 115

GRÁFICO 20

Royalties Per Capita da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região da Costa Verde (2013) 116

GRÁFICO 21

Receita Corrente Líquida, em Milhões de R\$ (2006 e 2012) 118

GRÁFICO 22

Receita Corrente Líquida Per Capita, em R\$ (2006 e 2012) 119

GRÁFICO 23

RCL/PIB (%) (2006 e 2011)..... 120

GRÁFICO 24

DCL/RCL (%) (2006 e 2012) 121

GRÁFICO 25

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica na Despesa Total (2012)..... 122

GRÁFICO 26

Distribuições (%) do Consumo e das Unidades de Consumo de Energia Elétrica Segundo as Regiões de Governo do Estado do

Rio de Janeiro (2012) 130

GRÁFICO 27

Participação (%) do Consumo Setorial de Energia Elétrica no Consumo Final da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2012) 132

GRÁFICO 28

Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh) nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do

Rio de Janeiro (2012) 139

Índice de figuras

FIGURA 1

Mapa da Divisão Político-administrativa da Região Costa Verde Fluminense (2014) 32

FIGURA 2

Mapa da Estrutura Viária da Região da Costa Verde Fluminense (2014) 34

FIGURA 3

Porto da Ilha Guaíba, Localizado no Município de Mangaratiba (2014) 35

FIGURA 4

Mapa de Uso e Cobertura do Solo da Região da Costa Verde Fluminense (2014) 36

FIGURA 5

Parque Estadual da Ilha Grande, Localizado no Município de Angra dos Reis 37

FIGURA 6

Parque Estadual do Cunhambebe, Localizado nos Municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba 38

FIGURA 7

Mapa de Recursos Hídricos da Região da Costa Verde Fluminense (2014) 39

FIGURA 8

Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) no Município de Angra dos Reis 76

Índice de quadros

QUADRO 1

Descrição dos Indicadores Financeiros Seleccionados 123

QUADRO 2

Estações de Tratamento de Esgoto nos Municípios da Região da
Costa Verde (2012) 140

Índice de apêndices

APÊNDICE 1

Demonstrativos das Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)..... 151

APÊNDICE 2

Distribuição (%) das Principais Receitas sobre os Orçamentos dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)..... 152

APÊNDICE 3

Valores e Evolução das Receitas Tributárias Per Capita dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)..... 153

APÊNDICE 4

Evolução das Principais Receitas dos Orçamentos dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 a 2012)..... 154

APÊNDICE 5

Demonstrativos das Despesas por Categoria Econômica dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)..... 155

APÊNDICE 6

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica sobre as Despesas Totais dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012) 155

APÊNDICE 7

Evolução das Despesas dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 a 2012) 156

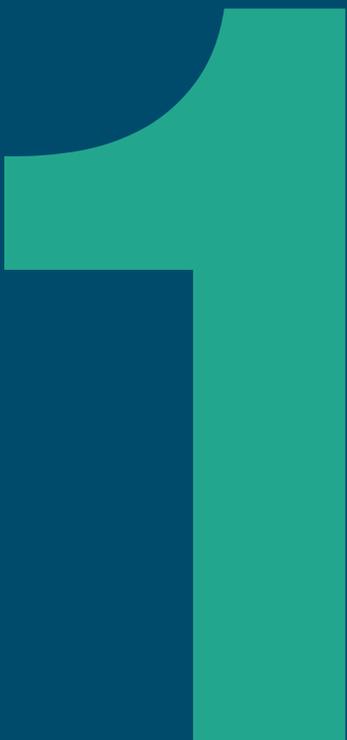
APÊNDICE 8

Classificação das Atividades Industriais 156

Síntese histórica e socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro



O Estado do Rio de Janeiro se configura na segunda economia mais importante da República Federativa do Brasil e por diferentes aspectos, incluindo-se os naturais e culturais, prospecta o país no plano internacional.



Ao sediar durante dois séculos a capital do país, o estado foi marcado profundamente desde a sua cultura cosmopolita, passando por elementos que simbolizam o Brasil no cenário internacional, como suas belezas naturais, o samba e o futebol, até a sua economia, onde atividades como o porto, o aeroporto e o turismo contribuíram para que a Cidade do Rio se configurasse na mais visitada por turistas estrangeiros que veem ao país até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo em que o fato de sediar a capital marcava o Rio de Janeiro no cenário nacional e internacional, e ainda hoje garante ao estado um importante peso político – o Rio de Janeiro é tradicional centro de repercussão política nacional – e permitia a construção na cidade de uma razoável infraestrutura de serviços públicos, concentrando aqui investimentos na montagem desta, a distância real e institucional entre a capital federal e o interior do estado se ampliava. A separação formal dos estados, com a criação do Estado da Guanabara, na década de 1960, depois revista com a fusão novamente deste ao Estado do Rio de Janeiro, em 1975, apenas acentuou esta tendência.

A Cidade do Rio de Janeiro foi, neste processo, concentrando em torno de si uma série de municípios que cresciam (inclusive recebendo uma enorme população de migrantes de outros estados e do interior do Rio de Janeiro) e passavam a depender de sua dinâmica enquanto metrópole, à qual se achavam integrados. Constituiu-se dessa forma uma Região Metropolitana que ainda muito se diferencia do restante do estado, caracterizada por um núcleo ativo, e uma série

de municípios, no seu entorno, que lhe são dinamicamente dependentes.

A história econômica do Estado do Rio de Janeiro está ligada inicialmente aos portos de onde era levado à Europa o ouro do interior do país, em especial o proveniente do Estado de Minas Gerais. A própria Cidade do Rio de Janeiro cresceu com esse processo, assim como se desenvolveram, por exemplo, Paraty, Angra dos Reis, Magé (porto no fundo da baía de Guanabara) e Cabo Frio. O Rio de Janeiro se associava desta forma ao comércio, com saída do ouro e entrada de produtos de consumo para as regiões de extração do ouro.

As experiências agrícolas estiveram vinculadas à produção de cana-de-açúcar no Norte do estado (Campos, Macaé) ou mesmo nos arredores da capital, e aos engenhos que acompanhavam essa produção, ou o café, cuja cultura sobe da cidade do Rio de Janeiro em direção ao Vale do Paraíba. Dessa última experiência surgiu o transporte ferroviário, no final do século XIX, ligando a produção ao porto, e o Rio de Janeiro a São Paulo, onde a cafeicultura progredia rapidamente. Foi-se montando dessa forma, na capital, uma infraestrutura para apoiar a produção cafeeira-ferrovia, porto, bancos para importação e exportação, etc.

Por outro lado, a presença no Rio da nobreza portuguesa e, em seguida, a sua transformação em sede imperial ajudaram a desenvolver a infraestrutura necessária à administração e à cultura. Também surgiram experiências industrializantes, como

o sucesso da indústria têxtil, ou o embrião da indústria naval brasileira.

No início do século XX, já como capital da República, foi modernizada a indústria têxtil e implantadas as primeiras unidades siderúrgicas. O processo de desenvolvimento siderúrgico continuou ao longo dos anos 1930, com a construção da Siderúrgica Barra Mansa, e culminou, em 1946, com a entrada em funcionamento da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. Esse processo que ajudou, pouco a pouco, a industrializar o sul do estado, fazia parte de um grande plano nacional de criação de uma indústria siderúrgica robusta, visando a atender às necessidades não só do desenvolvimento econômico, mas da própria soberania nacional.

No surto desenvolvimentista do Brasil dos anos 1950 e 1960, foram instaladas a Companhia Nacional de Álcalis, em Arraial do Cabo, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) e a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), e ampliou-se rapidamente a indústria naval (Rio de Janeiro e Niterói). Junto com a industrialização, cresceu o comércio, a área de serviços, a intermediação financeira.

O Rio de Janeiro montava sua infraestrutura e crescia, mas em torno da cidade surgia um cinturão de municípios que se ligavam à economia da cidade, mas não tinham condição de criar sua própria infraestrutura. O crescimento verificado até os anos 1970 gerava desigualdade e alterações estruturais como a urbanização acelerada, atingindo profundamente o país, suas finanças e suas empresas. O estado, enquanto sede de várias dessas estatais, sofreu mais do que os outros com o impacto deste processo.

A crise dos anos 1980 promoveu o crescimento da economia informal. Alguns indicadores desse processo de difícil quantificação são os aumentos do consumo de energia elétrica superior ao aumento do número de consumidores, e do percentual de trabalhadores por conta própria e sem carteira no total da mão de obra ocupada, com a conseqüente redução do percentual de trabalhadores com carteira profissional assinada. Isto acabou se refletindo também no crescimento do setor terciário, particularmente no comércio e na prestação de serviços. Em uma ótica mais próxima do cotidiano, esse processo se torna mais evidente sob a forma de camelôs nas ruas, bem como pelo crescimento de profissionais autônomos e de contratos de trabalho temporários, principalmente em segmentos de comércio e serviços.

Nesta década, o Produto Interno Bruto (PIB) do Rio de Janeiro dividia-se, aproximadamente, em cerca de 2% para a agropecuária, 38% para a indústria, e cerca de 60% para comércio e serviços. Já nas últimas décadas o peso por parte dos setores de comércio e principalmente o de serviços – incluindo-se administração pública – se intensificou, chegando a representar conjuntamente cerca de 67% de toda a economia fluminense em 2012, enquanto a indústria representa pouco mais de 32% e as atividades agropecuárias menos que 0,5%.

Embora grande parte da economia fluminense seja estabelecida em serviços, refletindo a configuração de âmbito nacional, verifica-se que nos últimos anos houve um movimento importante de “reindustrialização” do estado, resultado da atração de negócios e investimentos que redundaram na inauguração de unidades fabris, no advento de serviços industriais

associados e na geração de empregos.

Não obstante ao estabelecimento e maturidade da indústria extrativa de óleo e gás fluminense, esse movimento, em termos relativos, se observa em grande medida na indústria de transformação, cuja representação no estado vinha perdendo espaço nas últimas décadas, tanto por conta da implantação em São Paulo do setor de bens de consumo duráveis nas décadas de 1940/1950 e posterior difusão em estados da Região Sul, como pela implantação dos polos siderúrgico em Minas Gerais e petroquímicos no Nordeste (a exemplo da Bahia e Alagoas).

Além disso, o estado conta com algumas vantagens comparativas regionais, contando com recursos humanos especializados – atraindo inclusive o desenvolvimento de parques tecnológicos, vocação turística, a liderança cultural e artística, desenvolvimento e dimensão do segmento de intermediação financeira, proximidade dos mercados consumidores, nível de urbanização da população e consequentes vantagens sobre a organização do comércio e serviços.

Afora o cenário das décadas anteriores, nos últimos anos o estado do Rio apresentou resultados socioeconômicos ascendentes, com alguns indicadores acumulando bons resultados, inclusive em termos reais, ou seja, eliminando-se os efeitos da inflação. O ciclo recente de investimentos executados propiciou um aquecimento na economia fluminense de forma proeminente até o ano de 2013, revertendo uma tendência de estagnação e de falta de dinamismo que perdurava há algumas décadas sobre a economia fluminense.

Esta configuração foi percebida por diferentes indicadores socioeconômicos apresentados neste trabalho, tais como emprego, remuneração dos empregados e acesso a serviços, além de alguns indicadores macroeconômicos relacionados à mensuração do tamanho da economia, a exemplo do produto interno bruto, valores adicionados brutos setoriais e indicadores de ordem financeira.

Os resultados e interferências de alguns desses indicadores, demandam, por um lado, maior tempo de maturação para que suas respostas se evidenciem no contexto da economia, e por outro, exigem maior esforço de apuração, cálculo e verificações antes de divulgação oficial pelas instituições competentes, fazendo com que geralmente sejam publicados com maior defasagem temporal, podendo esta ultrapassar um ou mais anos – por exemplo, os resultados das Contas Regionais são divulgados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com dois anos de defasagem.

Por conta disso, o alcance deste trabalho para a grande maioria dos indicadores utilizados não inclui os dois anos anteriores, cujos resultados poderão apresentar alguma alteração de tendência por conta do cenário político-econômico brasileiro atual e relativa dependência da exploração de recursos minerais e oscilação dos preços de *commodities*.

Não obstante, fica a expectativa de que este trabalho possa contribuir com diferentes atores da sociedade, subsidiando discussões, tomadas de decisão e definições de estratégias para o desenvolvimento regional fluminense de forma integrada, refletindo no crescimento econômico, social e na melhoria da qualidade de vida de sua população.

Panorama regional



A Região da Costa Verde é composta pelos municípios de Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Caracterizada pelo lugar onde a Serra do Mar encontra o Atlântico, todos os seus municípios foram descobertos ainda no século XVI, em um território antes habitado pelos índios goianases, em Angra dos Reis e Paraty, e pelos índios tamoios, em Mangaratiba.



2.1 HISTÓRICO¹

A Região da Costa Verde foi um dos primeiros territórios a serem desbravados no Brasil e sua colonização teve início ainda no século XVI. A região teve base produtiva na cana-de-açúcar, na pesca e teve função portuária para escoamento da produção de ouro de Minas Gerais, sobretudo o município de Paraty, e de café da Região do Vale do Paraíba durante o ciclo cafeeiro nessa região.

Com o advento da abolição da escravidão e a consequente queda das exportações cafeeiras, houve o arrefecimento das atividades portuárias e iniciou-se um processo de isolamento da região. Este esquecimento sanou-se a partir da segunda metade do século XX quando se instalaram na região as usinas termoeletricas e foi aberta a rodovia BR-101, a Rio-Santos.

Angra dos Reis



Angra dos Reis foi considerada como cidade em 1835 e por muitos anos teve sua economia baseada no cultivo da cana-de-açúcar e na pesca.

O município de Angra dos Reis foi um dos primeiros territórios a ser desbravado no Brasil e sua colonização teve início em 1556. Angra dos Reis foi considerada uma cidade desde 1835, e por muitos anos teve a base de sua economia fundada no cultivo da cana-de-açúcar e na pesca. Esta última favoreceu o aparecimento da atividade portuária no município, que se consolidou como atividade de grande importância para o desenvolvimento local, sendo ponto de apoio para o escoamento da produção de café oriunda do Vale do Paraíba, durante o século XIX.

Com a queda das exportações cafeeiras e o fim do tráfico negreiro, houve o arrefecimento das atividades portuárias e o município entrou em decadência ainda na segunda metade do século XIX. Além disso, houve a construção da estrada de ferro D. Pedro II, que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo diretamente pelo Vale do Paraíba, o que culminou no isolamento da cidade.

Esse cenário de retardo econômico começou a ser revertido somente na década de 1920, com a integração do ramal ferroviário da Rede Mineira de Viação com o porto do município. Após esse evento, outros marcos foram importantes, tais como a inauguração do trecho que ligava Angra dos Reis à rodovia Rio-Santos, em 1945. Em 1959, houve a instalação dos estaleiros da Verolme no distrito de Jacuecanga. Em 1977, foi inaugurado o terminal marítimo da Petrobras e, em 1972 e 1985, houve a construção das usinas nucleares Angra I e II, respectivamente.

Atualmente, os grandes empreendimentos hoteleiros, como o Hotel Portobello, o Club Med Rio das Pedras e o Porto Real Resort, ajudaram a consolidar o turismo como fonte de renda do município de Angra dos Reis. A Indústria Verolme S.A. atua somente na locação de suas instalações², principalmente para o estaleiro naval da Brasfels, do Grupo Keppel FELS de Cingapura, que visa atender ao mercado da construção naval e *offshore* de óleo e gás.

¹ Histórico baseado nos Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ), e em Sydenstricker *et al.* (1993).

² Disponível em: <<http://www.industria-verolme-sa-ivesa.com.br/>>. (Acesso em set. de 2013)



Mangaratiba

O município de Mangaratiba, que até 1815 pertencia inicialmente à Angra dos Reis, foi incorporado ao município de Itaguaí e, somente em 1831, teve sua independência administrativa. Assim como Angra, Mangaratiba foi beneficiada com a produção de café do Vale do Paraíba e funcionou como porto de escoamento do café. Em 1857, foi inaugurada a conhecida “estrada imperial”, com o objetivo de aprimorar as condições de circulação da produção cafeeira, ligando Mangaratiba a São João do Príncipe.

No entanto, também como Angra dos Reis, a cidade entrou em declínio com a crise do café. A inauguração da estrada de ferro D. Pedro II, que ligava o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, culminou na diminuição das atividades comerciais locais. Com o fim da escravatura, a produção agrícola dos latifúndios de Mangaratiba foi extinta e a estagnação econômica perdurou até 1914, quando o município foi interligado ao sistema ferroviário do Rio de Janeiro, pelo ramal da estrada de ferro Central do Brasil.

No século XIX, Mangaratiba se beneficiou do escoamento do café produzido no Vale do Paraíba.

Paraty



O último município da Região da Costa Verde, Paraty, constituiu-se a partir do caminho terrestre que ligava São Paulo e Rio de Janeiro a Minas Gerais. A cidade transformou-se na porta de entrada para os que iam em busca do ouro em Minas, passando a sediar o porto de embarque do ouro e das pedras preciosas que seguiam para Lisboa, passando pela cidade do Rio de Janeiro.

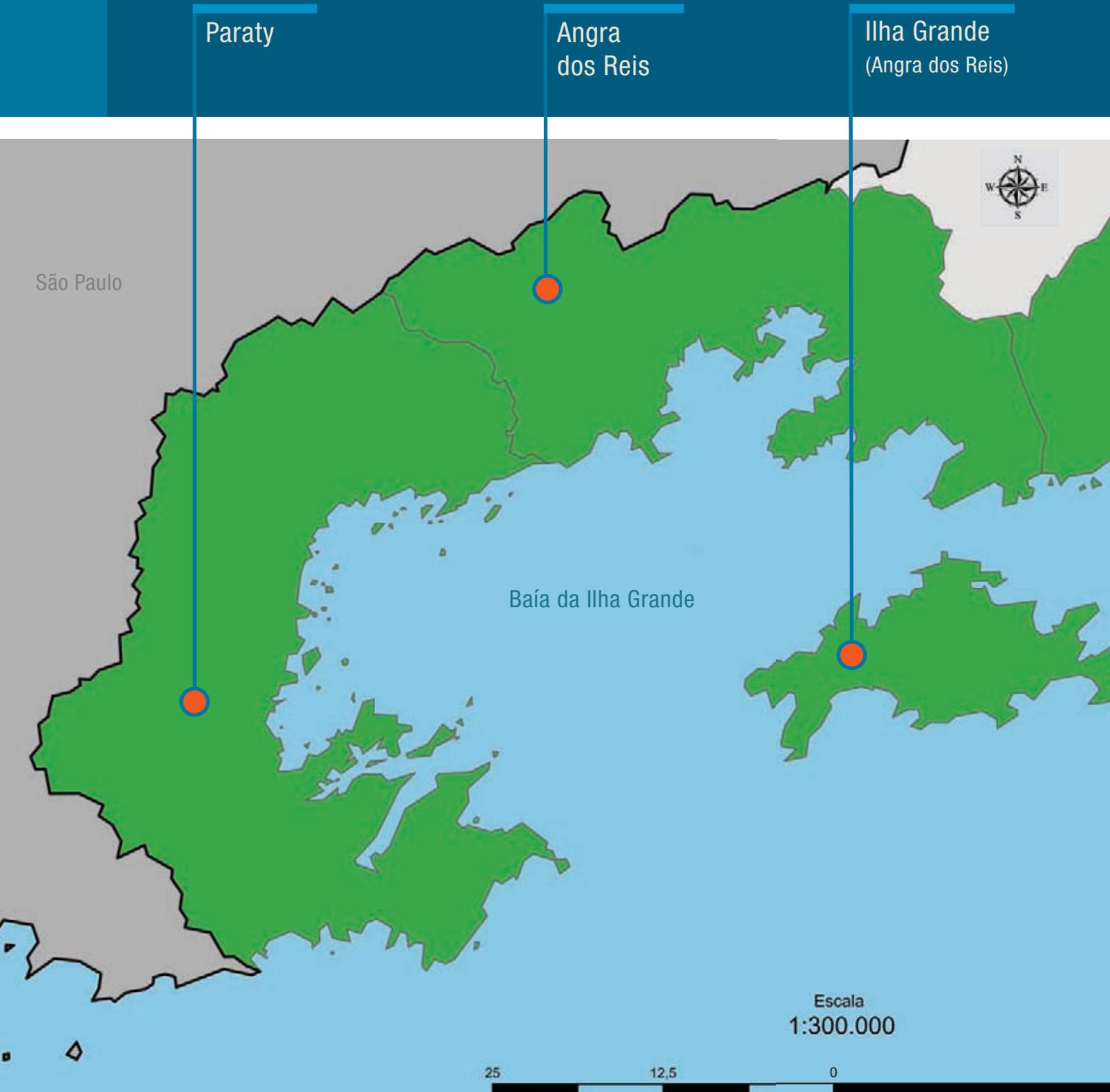
Assim como Angra dos Reis e Mangaratiba, Paraty também foi ponto de escoamento da produção cafeeira, substituindo o escoamento do ouro pelo café no século XIX. Em meados do século passado, mesmo com a rodovia em leito natural para Cunha e Guaratinguetá, em São Paulo, Paraty ficou esquecida. Somente foi redescoberta a partir da década de 1970, com a abertura da rodovia BR-101, a Rio-Santos. Em 1966, foi declarada Monumento Histórico Nacional, o que propiciou a atração de turistas.

A abertura da rodovia BR-101, iniciada em 1972, trouxe um maior dinamismo econômico para a Região da Costa Verde. As numerosas praias e ilhas do seu litoral, como também a Mata Atlântica preservada, favoreceu o turismo e o veraneio e, conseqüentemente, proporcionou um crescimento do setor de comércio e de serviços de toda a região.

Em 1966, Paraty foi declarada como Monumento Histórico Nacional, o que propiciou a atração de turistas.

1 FIGURA

Mapa da Divisão Político-administrativa da Região da Costa Verde Fluminense (2014)

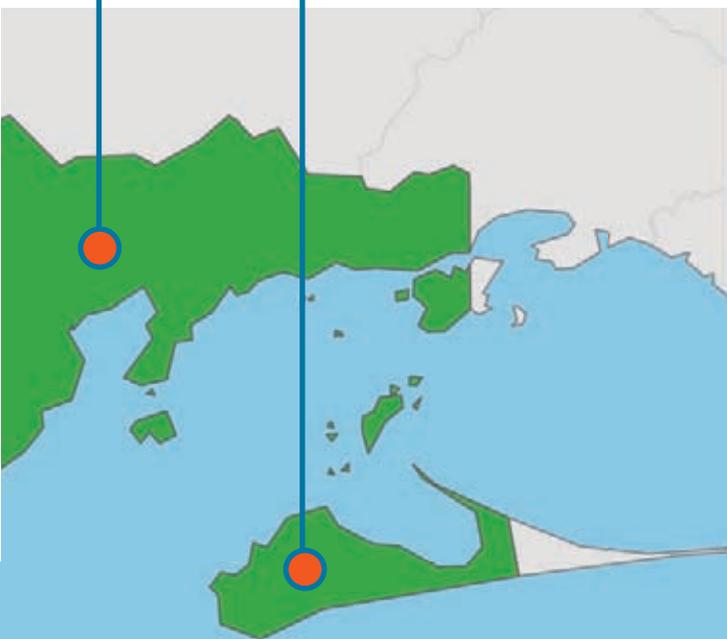


2.2. CARACTERIZAÇÃO E ASPECTOS FÍSICO-AMBIENTAIS

Com 2.116 km² de área e composta por três municípios, a Região da Costa Verde é a menor região de governo do estado.

Mangaratiba

Ilha da Marambaia



A região é cortada por uma rodovia federal e possui dois portos.

Oceano Atlântico

25 Km

Fonte: INEA | DRM | IBGE
2012

Sistema de Coordenada Geográfica
WGS_1984
Datum
WGS_1984



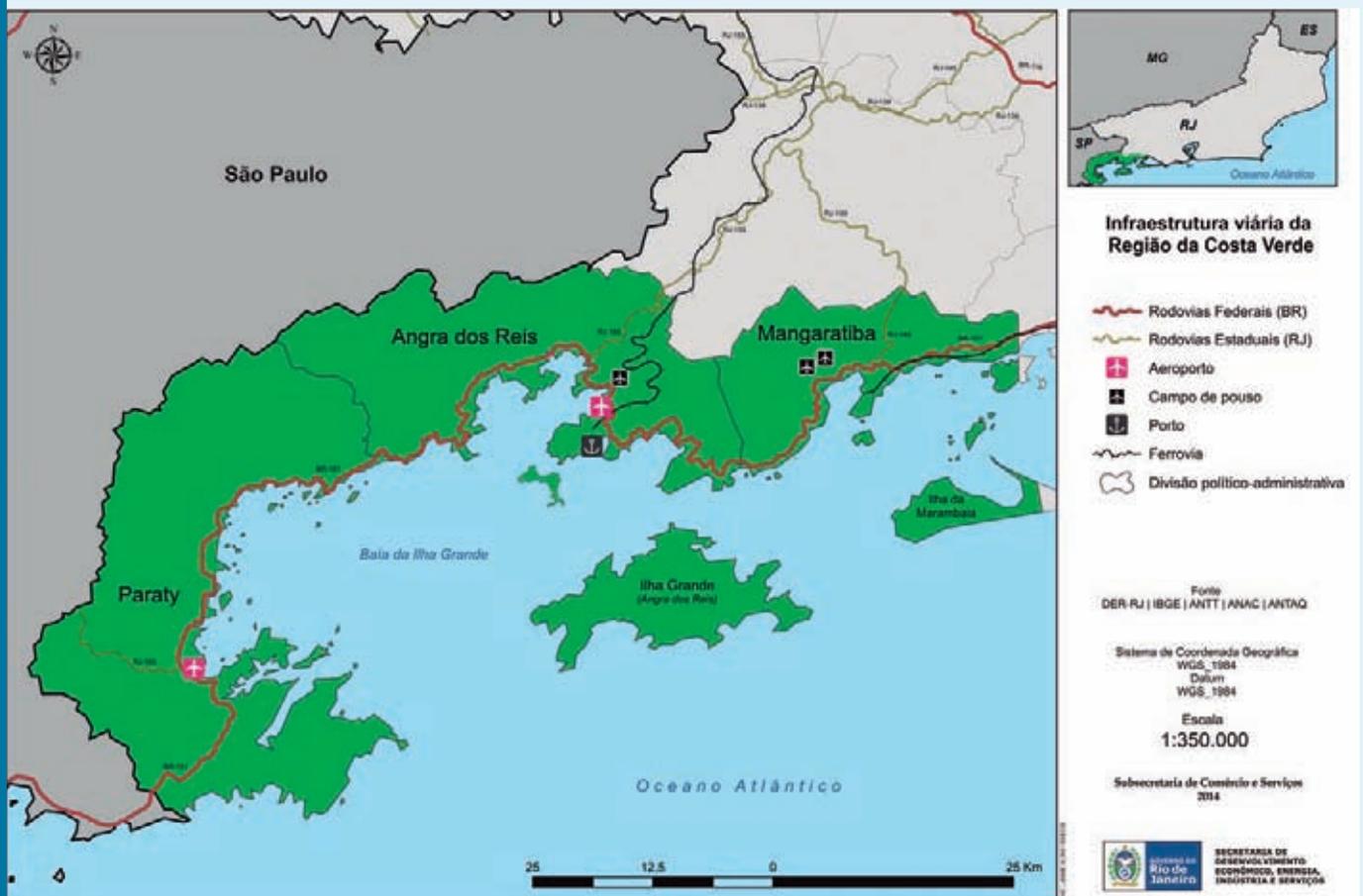
SUBSECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, 2014

A Região da Costa Verde é a menor região de governo do Estado do Rio de Janeiro. Possui 2.116 km² de área e é composta por três municípios: Angra dos Reis, Mangaratiba e Paraty. Localizada no litoral sul do estado, esta região possui ainda duas baías, a da Ilha Grande e de Sepetiba, e destaca-se como importante ponto turístico e área de preservação ambiental a Ilha Grande pertencente ao município de Angra dos Reis.

A região é cortada por uma rodovia federal, a BR-101, cujo trecho, inaugurado na década de 1970, é conhecido como Estrada Rio-Santos. Outra estrada local que teve importância histórica para a região é a RJ-149, também conhecida como Estrada Imperial, que liga Mangaratiba a Rio Claro pela Serra do Piloto. Construída em 1857 para facilitar o transporte da produção de café do Vale do Paraíba ao porto de Mangaratiba (Figura 3)³, é considerada a primeira estrada de rodagem do país.

2 FIGURA

Mapa da Estrutura Viária da Região da Costa Verde Fluminense (2014)



FONTE: Sedeis (2014).

³ O Porto de Mangaratiba também é conhecido como Porto de Ilha Guaíba. É um porto privado conveniado com a empresa Vale. Já a ferrovia que liga o porto ao continente é operada pela empresa MRS.

A ferrovia é um transporte de destaque na região que é cortada por duas linhas férreas.

Segundo a Companhia das Docas do Rio de Janeiro, a região possui um porto sob sua autoridade, o porto de Angra dos Reis, que exerce importante papel na movimentação de cargas e graneis e no apoio *offshore* relacionado às atividades de prospecção da Bacia de Santos, tendo em vista que a sua localização é um importante entroncamento rodoferroviário. Quanto à infraestrutura aeroviária,

a região possui dois aeródromos⁴ públicos, localizados em Angra dos Reis e Paraty, e um aeródromo privado localizado em Mangaratiba – Figura 2. Outro transporte de destaque na região é a ferrovia que é cortada por duas linhas, a que se destina a Angra dos Reis hoje operada pela FCA e a que se destina a Ilha de Guaíba operada pela MRS.

Porto da Ilha Guaíba, localizado no Município de Mangaratiba (2014)

FIGURA 3



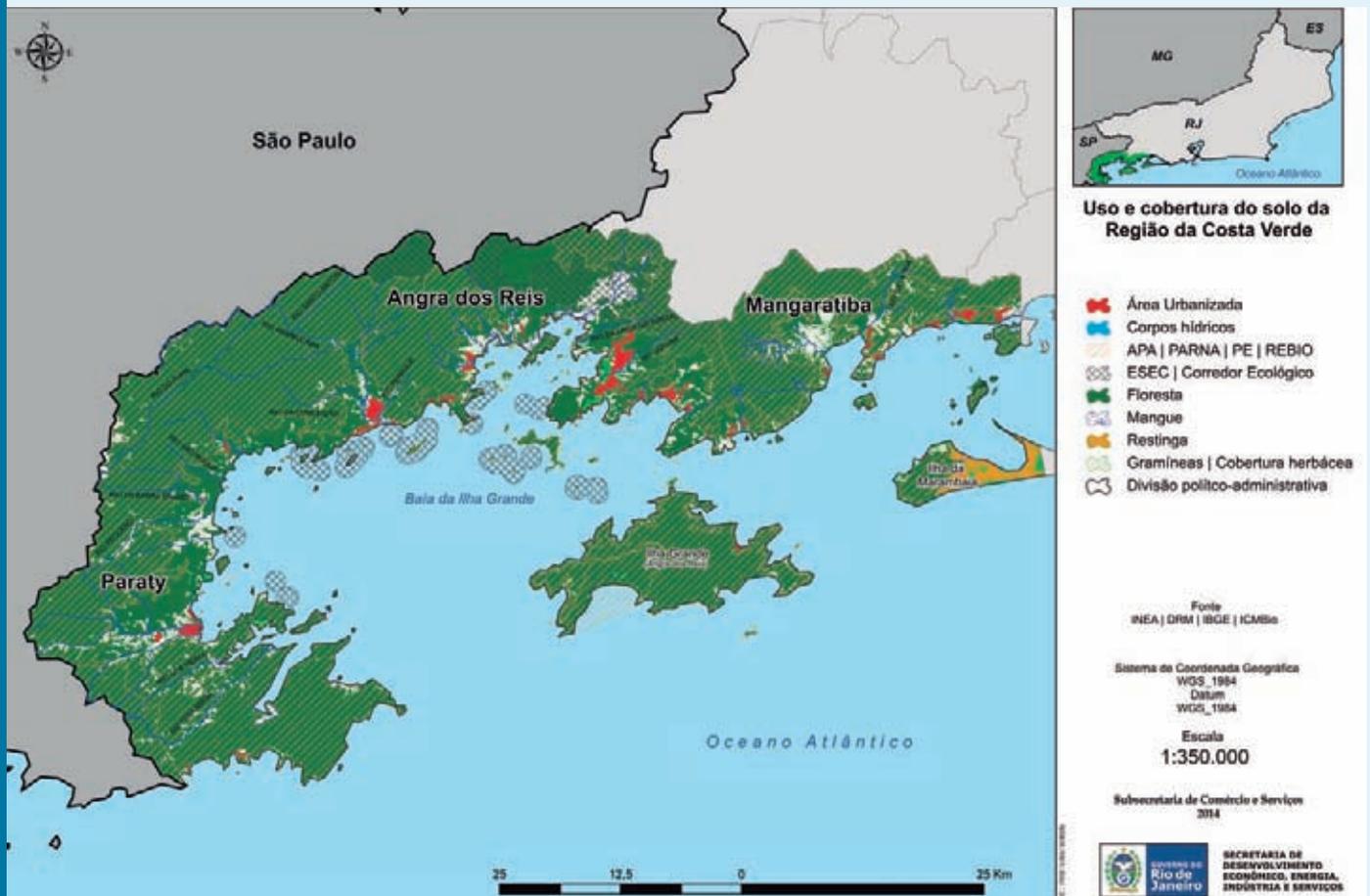
FONTE: portal www.fotoimagem.fot.br.

⁴ De acordo com o Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986), aeródromo é toda área destinada a pouso, decolagem e movimentação de aeronaves. Os aeródromos podem ser classificados em civis (quando destinados ao uso de aeronaves civis) e militares (quando destinados ao uso de aeronaves militares). Os aeródromos civis podem ser subdivididos em (i) públicos, cuja destinação é especificada pela União e só podem ser fechados mediante ato administrativo da Autoridade de Aviação Civil (no caso, a ANAC), sendo abertos ao tráfego através de processo de homologação e; (ii) privados, que só podem ser utilizados com a permissão de seu proprietário, sendo vedada sua exploração comercial – o proprietário não pode sujeitar os usuários de seu aeródromo ao pagamento de tarifas, sendo abertos ao tráfego através de processo de registro e podem ser fechados a qualquer tempo pelo proprietário ou pela Autoridade de Aviação Civil. Para mais informações, visitar www.anac.gov.br.

Segundo o INEA, os municípios de Angra dos Reis e Paraty concentram cerca de 80% dos remanescentes florestais do Rio de Janeiro.

4 FIGURA

Mapa de Uso e Cobertura do Solo da Região da Costa Verde Fluminense (2014)



FONTE: Sedeis (2014).

A região é coberta por vegetação de floresta tropical, sendo parte dela remanescente da Mata Atlântica – Figura 4. Segundo o INEA, os municípios de Angra dos Reis e Paraty concentram cerca de 80% dos remanescentes florestais do Rio de Janeiro. Dentre as unidades de preservação da vegetação local, destacam-se: os parques Nacional da Serra da Bocaina, Estadual da

Ilha Grande, (Figura 5), Estadual do Cunhambebe (Figura 6), Estadual Marinho do Aventureiro, a Estação Ecológica de Tamoios, a reserva Ecológica da Juatinga e a reserva Biológica da Praia do Sul, as áreas de proteção ambiental do Cairuçu, de Tamoios, Municipal da Baía de Paraty, da Banqueta e de Mangaratiba.

Parque Estadual da Ilha Grande, Localizado no Município de Angra dos Reis

FIGURA 5



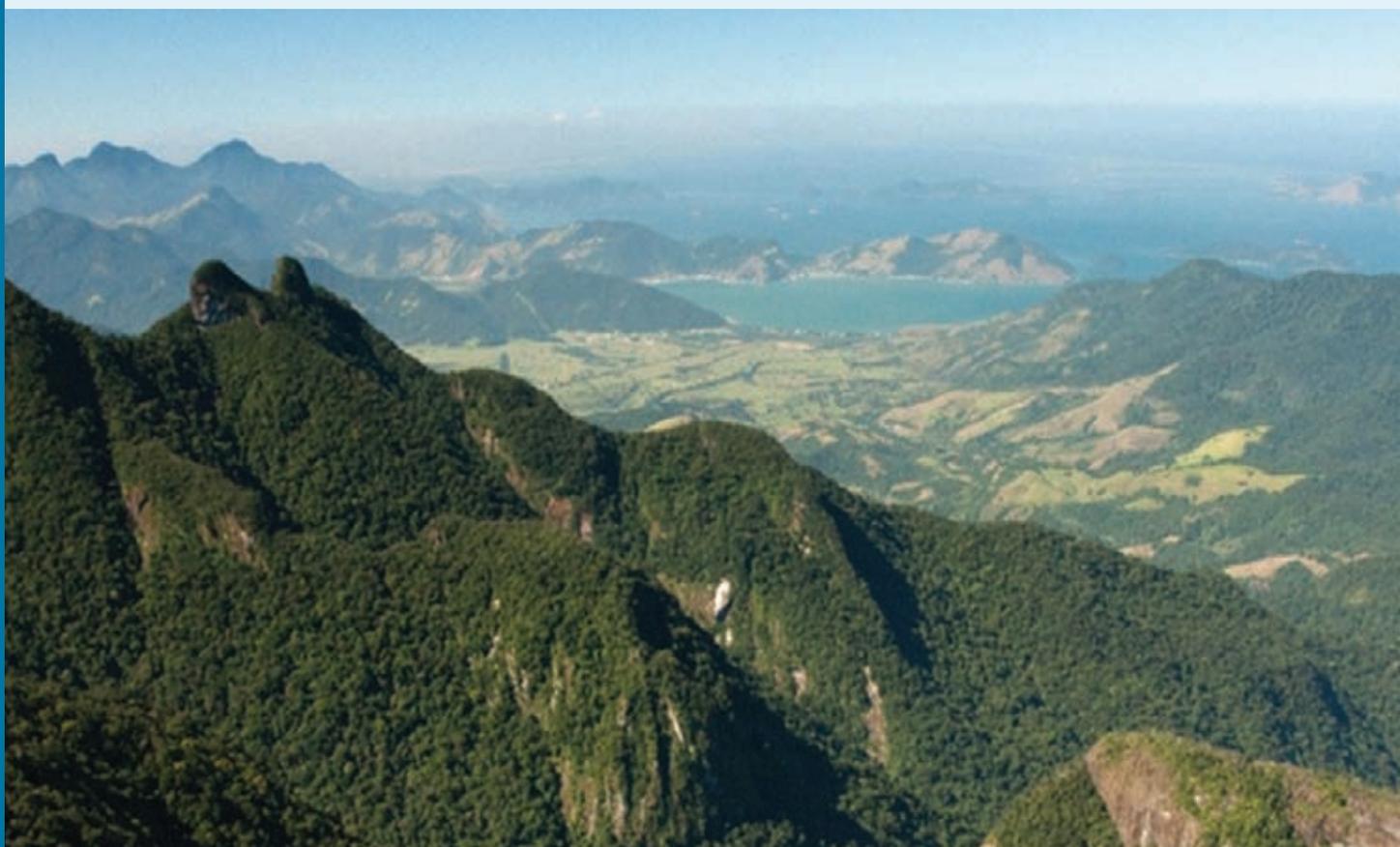
FONTE: INEA (2014).
Fotógrafo: Antonio Carlos de Freitas.

Em relação aos recursos hídricos, ainda segundo o INEA⁵, a região abrange, total ou parcialmente, duas regiões hidrográficas: a baía da Ilha Grande e a baía de Sepetiba – Figura 7. A primeira, localizada nos municípios de Paraty e Angra dos Reis, se destaca por suas praias, ilhas, flora e fauna, que fazem do turismo sua principal atividade econômica. Com cerca de 800 km² de superfície e com biodiversidade

diferenciada, a baía da Ilha Grande tem importância biológica para a conservação da biodiversidade brasileira. Já a baía de Sepetiba, parcialmente localizada na região, no município de Mangaratiba, é formada por uma grande massa de águas salinas e salobras. Suas áreas de mangue abrigam diversas espécies, sendo a atividade pesqueira uma importante atividade econômica para a região.

6 FIGURA

Parque Estadual do Cunhambebe, Localizado nos Municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba



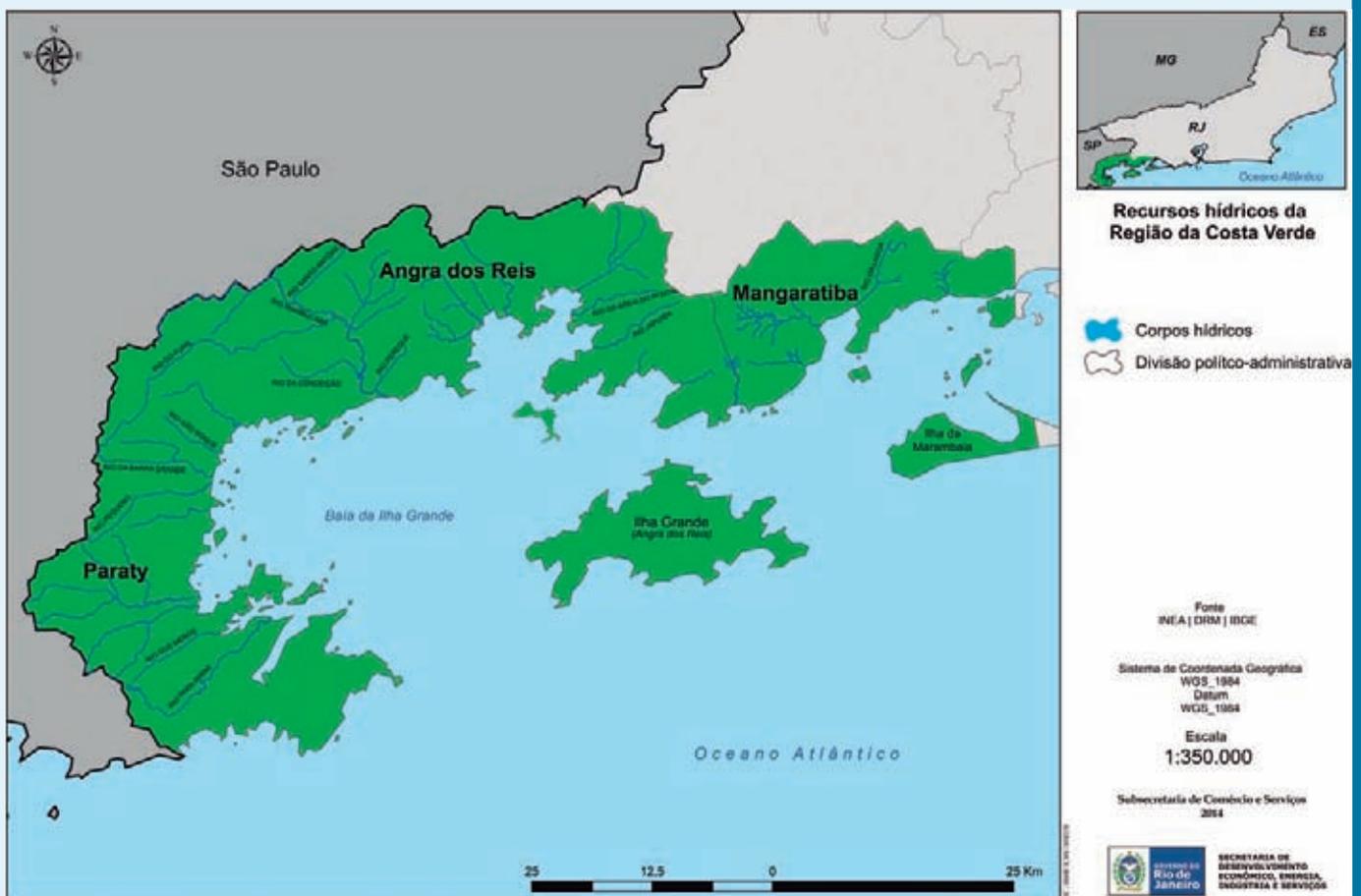
FONTE: INEA (2014). Fotógrafo: Gustavo Pedro.

⁵ Segundo a Resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro, CERHI – nº 107 de 22 de maio de 2013.

Ainda segundo o INEA, a região abrange, total ou parcialmente, duas regiões hidrográficas: a baía da Ilha Grande e a baía de Sepetiba.

Mapa de Recursos Hídricos da Região da Costa Verde Fluminense (2014)

FIGURA 7



FONTE: Sedeis (2014).

Aspectos sociais



A Região da Costa Verde, composta por três municípios, é a menor região do estado em termos de extensão territorial e população residente. Ela abriga aproximadamente 1,6% do total de habitantes no estado e a sua PEA corresponde a aproximadamente 45,9% da sua população local.



3.1 POPULAÇÃO RESIDENTE

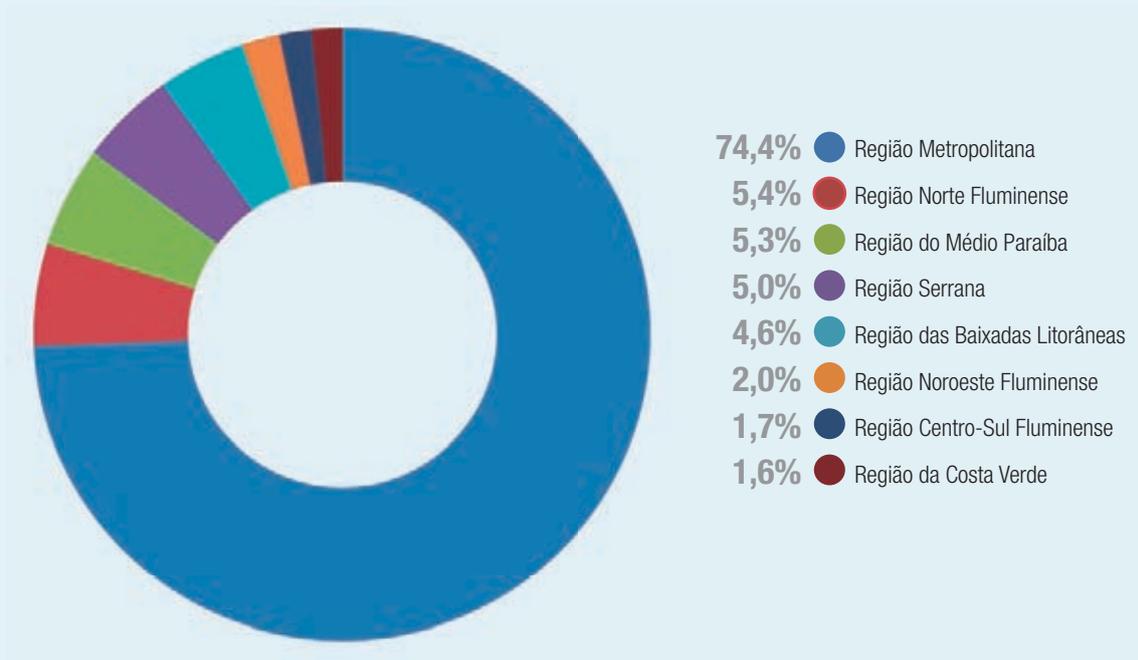
A Região da Costa Verde, composta por apenas três municípios, é a região menos populosa do estado, abrigando cerca de 1,6% dos seus habitantes. Angra dos Reis é o município mais populoso, absorvendo 69,8% da população residente da região. Enquanto isso, Paraty e Mangaratiba apresentam perfis próximos, cada um com cerca de 39 mil habitantes. Ao longo dos anos, Angra dos Reis foi o município que liderou o crescimento populacional da região, sobretudo a partir da década de 1980, com a

instalação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAA) no município. Em termos da população economicamente ativa, a PEA da região é composta por cerca de 45,9% da população residente nela. Ou seja, do total de aproximadamente 260 mil habitantes, cerca de 119 mil pessoas fazem parte da PEA local. No âmbito municipal, Angra dos Reis concentra a maior parte da PEA regional (69,1%), seguido de Paraty (16,2%) e Mangaratiba (14,8%). Em 2010, 92,4% da PEA regional apresentava-se ocupada, isto é, a taxa de desocupação era de 7,6%.

Distribuição da População Residente por Regiões do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2013)

GRÁFICO

1



FONTE: IBGE (estimativa em 1º de julho de 2013).

A Região da Costa Verde é a região fluminense menos populosa do estado. Com apenas três municípios, a região concentra 1,6% da população do estado,

ou seja, cerca de 260 mil pessoas. Esse percentual é bem próximo ao das regiões Centro-Sul (1,7%) e Noroeste Fluminense (2%), conforme se observa no Gráfico 1.

Com apenas três municípios, a região concentra 1,6% da população residente no estado, ou seja, cerca de 260 mil habitantes.

No âmbito municipal, conforme se observa na Tabela 1, o município de Angra dos Reis é o mais representativo, absorvendo 69,8% da população residente da região. Ainda quanto à população residente na região, observa-se

que os municípios de Paraty e Mangaratiba apresentam perfis próximos, cada um concentrando aproximadamente 39 mil habitantes, ou seja, cerca 15% do total de habitantes da região.

1 TABELA

População Residente nos Municípios da Região da Costa Verde (2013)

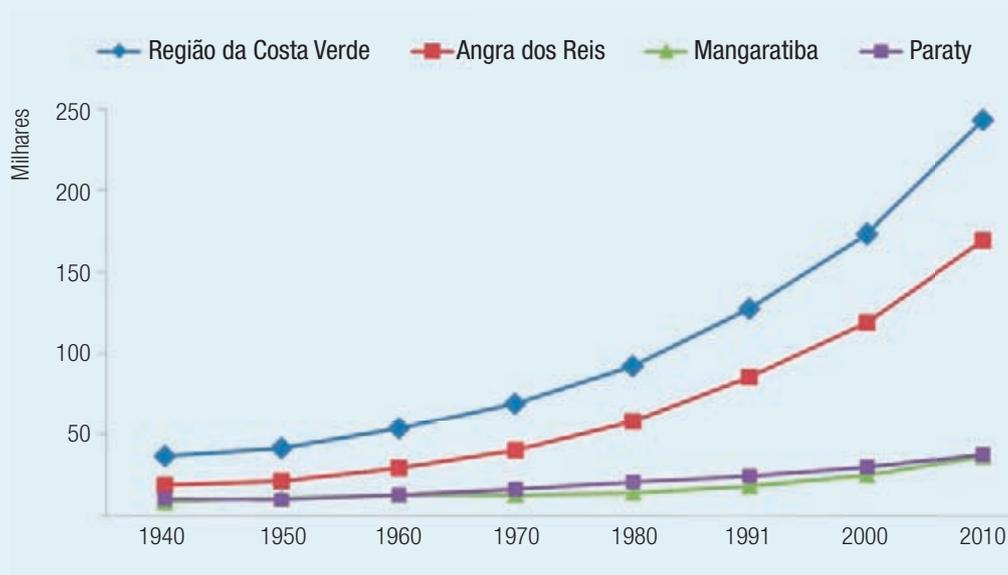
Regiões do Governo	População Residente	Distribuição (%)
Região da Costa Verde	260.130	100,0%
Angra dos Reis	181.486	69,8%
Paraty	39.434	15,2%
Mangaratiba	39.210	15,1%

FONTE: IBGE (estimativa em 1º de julho de 2013).

Angra dos Reis é o município mais populoso, absorvendo 69,8% da população residente da região. Paraty e Mangaratiba apresentam perfis próximos, cada um com cerca de 39 mil habitantes.

População Residente nos Municípios da Região Noroeste Fluminense (1940*- 2010)

GRÁFICO 2



FONTE: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censos Demográficos.
*População presente.

Conforme se observa no Gráfico 2, ainda que todos os municípios tenham apresentado crescimento populacional positivo desde 1940, Angra dos Reis foi o município que liderou o crescimento populacional da região ao longo

dos anos. Sobretudo a partir de 1985, com a instalação da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAA) no município cuja população saltou de cerca de 58 mil pessoas, em 1980, para 170 mil pessoas, em 2010.

Angra dos Reis foi o município que liderou o crescimento populacional da região ao longo dos anos, sobretudo a partir da década de 1980.

3.2 POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Da mesma forma, seguindo o observado com a população residente, a PEA da Região da Costa Verde é a menor dentre as demais regiões, representando 1,5% da PEA estadual. A PEA da região é composta por

cerca de 46% da população residente nela. Ou seja, do total de aproximadamente 260 mil habitantes, cerca de 119 mil pessoas fazem parte da PEA local – Tabela 2.

2 TABELA

Pessoas Economicamente Ativas (PEA) com 14 Anos ou Mais de Idade nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (Pessoas de 14 Anos ou Mais)		
	Total	Condição de Ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Estado do Rio de Janeiro	7.782.154	7.127.175	654.979
Região da Costa Verde	119.487	110.389	9.098
Angra dos Reis	82.526	75.614	6.912
Paraty	19.324	18.434	890
Mangaratiba	17.637	16.342	1.295

Fonte: IBGE (Censo 2010).

Nota: população economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2012). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>>

A PEA da Região da Costa Verde é a menor dentre as demais regiões, representando 1,5% da PEA estadual.

Desse total de aproximadamente 119 mil pessoas, em 2010, 92,4% apresentavam-se ocupadas, isto é, a taxa de desocupação era de 7,6%.

No âmbito municipal, Angra dos Reis concentra a maior parte da

PEA regional (69,1%) enquanto Paraty e Mangaratiba absorvem 16,2% e 14,8% da população economicamente ativa na região, respectivamente – Tabela 3.

TABELA 3

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	PEA (Pessoas de 14 Anos ou Mais)		
	Total	Condição de Ocupação	
		Ocupadas	Desocupadas
Estado do Rio de Janeiro	7.782.154	91,6%	8,4%
Região da Costa Verde	119.487	92,4%	7,6%
Angra dos Reis	82.526	91,6%	8,4%
Paraty	19.324	95,4%	4,6%
Mangaratiba	17.637	92,7%	7,3%

FONTE: IBGE (Censo 2010).

NOTA: (1) População economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada (IBGE, 2012) – disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>.

(2) Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, anúncios, etc.). (IBGE, 2012) – disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>.

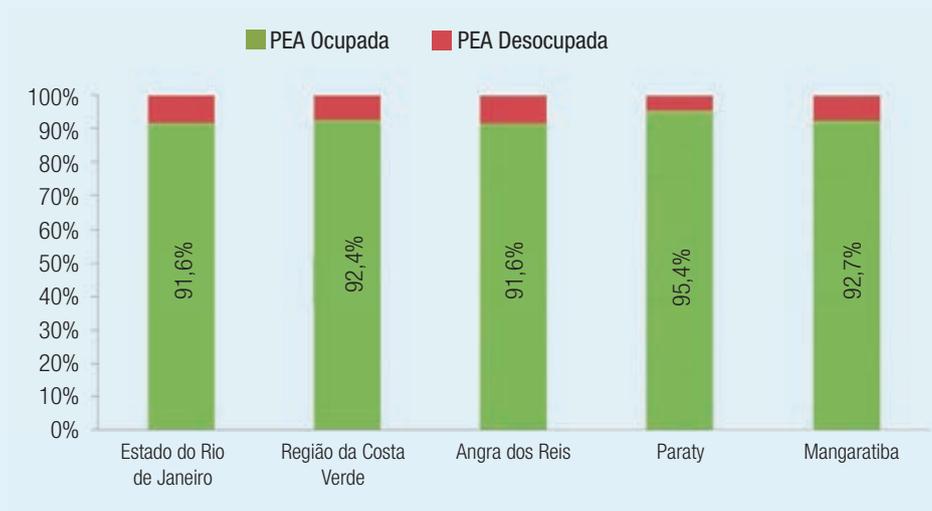
No âmbito municipal, Angra dos Reis concentra a maior parte da PEA regional (69,1%), seguida de Paraty (16,2%) e Mangaratiba (14,8%).

Em termos de ocupação, o município de Paraty é o que apresenta a menor taxa de desocupação da sua PEA, isto é, 4,6%, seguido de Mangaratiba

com 7,3% de desocupação. O único município que apresenta taxa de desocupação equivalente ao nível do estado, 8,4%, é Angra dos Reis – Gráfico 3.

3 GRÁFICO

Distribuição (%) da População Economicamente Ativa (PEA) com 14 Anos ou Mais, Segundo a Condição de Ocupação nos Municípios da Região da Costa Verde (2010)



FONTE: IBGE (Censo 2010).

NOTA: população economicamente ativa (PEA) compreende o potencial de mão de obra para o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada. Pessoas ocupadas são aquelas que, em um determinado período de referência, trabalharam ou trabalham, mas encontravam-se ausentes do ofício por diferentes razões, como licença ou férias. As pessoas ocupadas são classificadas em: empregados, conta própria, empregadores e não remunerados. Pessoas desocupadas são aquelas que não tinham trabalho num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva. (IBGE, 2012). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>.

Em 2010, 92,4% da PEA regional apresentava-se ocupada, isto é, a taxa de desocupação era de 7,6%.

3.3 HABITAÇÃO

Segundo o IBGE, as unidades domiciliares pesquisadas nos Censos Demográficos e em contagens da população são classificadas em categorias de acordo com a situação de seus moradores na data de referência da coleta, a saber: domicílios particulares, permanentes ou improvisados, ocupados; domicílios particulares permanentes fechados; domicílios particulares permanentes vagos; domicílios particulares permanentes de uso ocasional; e domicílios coletivos com ou sem morador. A operação censitária

visa obter informações das pessoas moradoras nos domicílios classificados nas duas primeiras categorias (domicílios particulares ocupados e domicílios particulares permanentes fechados) e nos domicílios coletivos com morador. Nas divulgações de resultados de Censos Demográficos, os totais da população para cada um dos municípios brasileiros foram sempre divulgados considerando os domicílios ocupados (particulares e coletivos) na data de referência da operação censitária (IBGE, 2013).

A habitação é um dos aspectos que mais explicam a situação socioeconômica da população e, no Brasil, trata-se do maior gasto agregado das famílias, em torno de 30% do orçamento das despesas de consumo. As informações deste segmento são coletadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e consolidadas pela Fundação Ceperj (Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro) ao seu anuário estatístico. Deste originam-se as tabelas a seguir.

A Região da Costa Verde conta apenas com aproximadamente 2% do total de domicílios recenseados no Estado do Rio de Janeiro.

A Região da Costa Verde apresenta, em sua extrema maioria, residências particulares. A ocupação pelo modo coletivo não apresenta frequência expressiva. Deste modo, com a maior quantidade (absoluta e percentual) da região, o município de Paraty apresenta apenas 2,7% dos domicílios recenseados como de uso coletivo, sendo que a metade não apresentava morador. Angra dos Reis e Mangaratiba neste quesito não chegam a 1%. Por outro lado, Mangaratiba possui mais da metade dos

domicílios particulares definidos como de uso ocasional, residências de veraneio, por exemplo; os regularmente ocupados são apenas 37% do total de particulares, enquanto nos dois outros municípios, Paraty e Angra, esse percentual é de aproximadamente 75%. Assim, através dos dados de domicílio, é possível perceber que o reconhecido perfil turístico da Região da Costa Verde apresenta configurações diferentes em termos de alojamento e moradia em cada um dos três municípios – Tabela 4.

4 TABELA

Domicílios Recenseados, por Espécie, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Domicílios Recenseados							
	Total	Total Particular	Particular			Total Coletivo	Coletivo	
			Particular Ocupado	Particular Uso Ocasional	Particular Vago		Coletivo com Morador	Coletivo sem Morador
Estado do Rio de Janeiro	6.156.101	6.148.767	5.248.110	383.937	516.720	7.334	2.593	4.741
Região da Costa Verde	119.866	118.812	76.876	33.030	8.906	1.054	329	725
Angra dos Reis	72.056	71.483	53.575	12.801	5.107	573	104	469
Mangaratiba	31.517	31.471	11.797	17.199	2.475	46	11	35
Paraty	16.293	15.858	11.504	3.030	1.324	435	214	221

FONTE: IBGE (Censo 2010).

Sobre os domicílios particulares ocupados, no que tange à localização da área em que se encontram, ocorre uma forte concentração no espaço urbano, conforme tendência nacional. O maior percentual de domicílios situados em áreas rurais está em Paraty, com 24,35%, seguido por Mangaratiba, onde as residências têm taxa de urbanização por volta de 90%. O município de Angra dos Reis possui 1.858 dos

domicílios particulares ocupados não inseridos no perímetro urbano. Em termos percentuais, o município acompanha a média do estado, apesar de em termos absolutos, estar próximo aos demais municípios da região, mesmo com a maior população. A distribuição dos habitantes nos três municípios é acompanhada estritamente pela disposição dos domicílios no território – Tabela 5.

Angra dos Reis possui 70% dos domicílios particulares ocupados da Região da Costa Verde. Paraty e Mangaratiba contam com 15% cada.

TABELA 5

Domicílios Particulares Ocupados, por Localização da Área e Distribuição (%), nos Municípios da Região da Costa Verde (2010)

Regiões de Governo	Total	Urbana	Rural	(%) Urbana	(%) Rural
Estado do Rio de Janeiro	5.248.110	5.083.835	164.275	96,87%	3,13%
Região da Costa Verde	76.876	70.868	6.008	92,18%	7,82%
Angra dos Reis	53.575	51.717	1.858	96,53%	3,47%
Mangaratiba	11.797	10.448	1.349	88,56%	11,44%
Paraty	11.504	8.703	2.801	75,65%	24,35%

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

Sobre a caracterização da situação destes domicílios em função da localização da área em que se encontram, o IBGE desagrega as informações em *idades, vilas, aglomerados, povoados e núcleos*, de maneira a tornar mais precisa a referência geográfica destas residências. Neste processo, esclarecido nas notas de rodapé da Tabela 6, apenas os municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba

apresentaram em sua área rural domicílios nas características de aglomerado de extensão urbana, ou seja, localidade que distam menos de um quilômetro de uma área urbana. Paraty apresenta 279 unidades de moradia em área rural definida como aglomerado povoado. Já os aglomerados do tipo *núcleo*, em área rural isolada de caráter privado não estão presentes na região.

A Região da Costa Verde apresenta alguns domicílios localizados fora do binômio urbano x rural, segundo classificação do IBGE.

6 TABELA

Domicílios Particulares Ocupados, por Situação de Domicílio e Localização da Área, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Total	Urbana				Rural					
		Total Urbano	Cidade ou Vila		Área Urbana Isolada ¹	Total Rural	Área Rural (exceto aglom.)	Aglom. de Ext. Urbana ²	Aglom. Povoados ³	Aglom. Núcleo ⁴	Aglom. Outros
			Área Urbaniz.	Área Não Urbaniz.							
ERJ	5.248.110	5.083.835	5.051.595	14.099	18.141	163.362	124.309	28.500	10.553	182	731
Região da Costa Verde	76.876	70.868	69.619	1.130	119	6.008	5.172	557	279	–	–
Angra dos Reis	53.575	51.717	50.667	1.050	–	1.858	1.559	299	–	–	–
Mangaratiba	11.797	10.448	10.278	51	119	1.349	1.091	258	–	–	–
Paraty	11.504	8.703	8.674	29	–	2.801	2.522	–	279	–	–

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

NOTAS: ¹ Área definida por lei municipal e separada da sede municipal ou distrital por área rural ou por outro limite legal.

² Localidade que tem as características definidoras de Aglomerado Rural e está localizada a menos de 1 km de distância da área urbana de uma Cidade ou Vila. Constitui simples extensão da área urbana legalmente definida.

³ Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui pelo menos 1 (um) estabelecimento comercial de bens de consumo frequente e 2 (dois) dos seguintes serviços ou equipamentos: 1 (um) estabelecimento de ensino de 1º grau em funcionamento regular, 1 (um) posto de saúde com atendimento regular e 1 (um) templo religioso de qualquer credo. Corresponde a um aglomerado sem caráter privado ou empresarial ou que não está vinculado a um único proprietário do solo, cujos moradores exercem atividades econômicas quer primárias, terciárias ou mesmo secundárias na própria localidade ou fora dela.

⁴ Localidade que tem a característica definidora de Aglomerado Rural Isolado e possui caráter privado ou empresarial, estando vinculado a um único proprietário do solo (empresas agrícolas, indústrias, usinas, etc.).

3.4 SAÚDE

Para o atendimento médico-hospitalar a Região da Costa Verde conta com a mesma proporção de leitos disponíveis ao Sistema Único de Saúde (SUS) que o Estado do Rio de Janeiro, em torno de 60%. Em todo o Rio, a maior cobertura é oferecida pelos hospitais municipais, com mais de 10 mil leitos atendendo ao SUS. As esferas federal e estadual, cada uma

com mais 4.300 leitos, completam a oferta de hospitais públicos que atendem pelo SUS. Assim, a iniciativa privada representa 61% da oferta total de leitos no Estado do Rio de Janeiro e concentra 43% do atendimento destes pelo SUS. Do total, a esfera municipal possui 19% dos leitos existentes, o ente federal 11% e o estadual 9%, distribuídos nos 92 municípios.

Para os cuidados com a saúde, a manutenção e preservação da qualidade de vida dos habitantes são apresentadas as condições do atendimento médico e hospitalar, dos municípios. Os dados foram obtidos junto à Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES/RJ) e o Ministério da Saúde, através da base DATASUS. A Fundação Ceperj é responsável pela consolidação e publicação dos bancos de dados que geraram as tabelas a seguir.

Do sistema de saúde da Região da Costa Verde como um todo, 77% da cobertura é oferecida pela rede particular de atendimento.

No município mais populoso, Angra dos Reis, o modo particular de atendimento é o único disponível e 192 dos 343 leitos (56%) está disponível aos usuários do SUS. Por outro lado, as prefeituras municipais têm exclusividade sobre a

administração dos leitos existentes em Paraty e em Mangaratiba, municípios em que praticamente a totalidade dos leitos existentes está disponível ao SUS. Os governos federal e estadual não possuem oferta de leitos na Região da Costa Verde – Tabela 7.

TABELA 7

Leitos Existentes e Leitos Disponíveis ao SUS, por Esfera Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2010)

Regiões de Governo	Leitos Existentes					Leitos Disponíveis ao SUS				
	Total	Esfera Administrativa				Total	Esfera Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privado		Federal	Estadual	Municipal	Privado
ERJ	55.062	6.224	4.850	10.350	33.638	60%	69%	88%	98%	42%
Região da Costa Verde	441	–	–	98	343	66%	–	–	98%	56%
Angra dos Reis	343	–	–	–	343	56%	–	–	–	56%
Mangaratiba	62	–	–	62	–	97%	–	–	97%	–
Paraty	36	–	–	36	–	100%	–	–	100%	–

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

Todos os municípios da Região da Costa Verde contam com pelo menos um hospital geral.

Com relação à tipologia das instituições de atenção à saúde disponíveis na região, a prevalência da iniciativa privada novamente fica clara, sobretudo no município de Angra dos Reis. Em números absolutos há ampla frequência de consultórios isolados e clínicas especializadas. Por outro lado, hospitais gerais são mais escassos apesar de atenderem a todos os municípios da Região da Costa Verde, diferentemente do que ocorre com as policlínicas, presentes apenas em Angra dos Reis. No município de Paraty,

notadamente a maior parte da assistência à saúde se faz por meio dos centros ou unidades básicas de saúde, enquanto em Mangaratiba os postos de saúde são responsáveis por um terço dos estabelecimentos de saúde localizados no município. Nestes dois municípios os índices de habitantes por estabelecimento de saúde (de todos os tipos) são: 2.122 habitantes por unidade de saúde em Paraty e 1.250 em Mangaratiba. Angra, por sua vez, possui a menor média, para cada estabelecimento são 673 residentes – Tabela 8.

8 TABELA

Estabelecimentos de Saúde, por Tipo, nos Municípios da Região da Costa Verde (2010)

Regiões de Governo	Total	Tipo de Estabelecimento								
		Centro de Saúde / Unidade Básica de Saúde	Clínica Especializ. / Ambulatório Especializ.	Consultório Isolado	Hospital Especializado	Hospital Geral	Policlínica	Posto de Saúde	Unidade de Serviço de Apoio de Diagnose e Terapia	Outras Unidades
ERJ	14.977	1.498	3.297	6.415	215	343	423	536	1.577	634
Região da Costa Verde	312	59	32	153	–	7	5	11	14	30
Angra dos Reis	263	45	25	149	–	5	5	–	13	20
Mangaratiba	31	5	3	3	–	1	–	11	–	8
Paraty	18	9	4	1	–	1	–	–	1	2

FONTE: IBGE (Censo 2010) e Fundação Ceperj (2012).

3.5. EDUCAÇÃO

A Região da Costa Verde tem revertido o histórico de analfabetismo e evasão escolar observado há décadas, não somente no ERJ, como em todo o país. O recorte por faixa etária revela que este quadro não é mais a realidade da população mais jovem residente nos três municípios. A região como um todo tem ofertado educação de base com qualidade superior àquela oferecida no passado. O ensino fundamental e o ensino médio, bem como os estabelecimentos que atendem ao Projeja – Programa Nacional de Integração da Educação

Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos –, receberam investimentos dos governos, e a rede pública já atinge todos os municípios. Através das tabelas a seguir, é possível enxergar que, com relação à taxa de analfabetismo, a média regional conseguiu se manter na média do estado na primeira faixa etária de análise, o que mostra que os municípios estão com a juventude atual em melhor situação do que os jovens do passado, em termos de educação básica, mas ainda existem melhorias serem feitas.

A educação das crianças e dos adultos dos municípios fluminenses deve ser prioridade dos governos que têm por objetivo prover um cenário de desenvolvimento social e econômico no presente e garantir um legado futuro. Nesta etapa do caderno buscaram-se dados da oferta de estabelecimentos de ensino dos três municípios da Região da Costa Verde.

Jovens de 15 a 19 anos não alfabetizados em 2010 representam menos de 3% do total de analfabetos da Região da Costa Verde.

Do total de jovens de 15 a 19 anos, residentes na Região da Costa Verde, 245 são analfabetos, o que representa 0,13% da população total, média 0,01% maior que a do Estado do Rio de Janeiro. No entanto, a distribuição destes entre o total de analfabetos é de 2,4%, média que fica abaixo da estadual. Em todas as faixas etárias, os três municípios possuem distribuição muito semelhante à verificada no estado, apenas nas duas últimas ocorre uma diferenciação quando a região tem 20% do analfabetismo concentrado na faixa de 50 a 59 e 42% na faixa seguinte.

No estado, os indivíduos de 60 ou mais representam 45% do total de analfabetos. Das

taxas de analfabetismo dos três municípios da região, o município de Paraty foi aquele que mais se distanciou das verificadas na média do estado. Os valores se deterioram na medida em que se avança pela população de mais idade. Neste sentido, quando se analisa o analfabetismo total, ou seja, a soma de todas as faixas, se percebe que apenas Mangaratiba conseguiu estar abaixo da média estadual. O município se destaca positivamente por apresentar participações menores que o estado em todas idades, à exceção da faixa de 40 a 49 anos. Paraty se encontra em situação mais crítica, com quase o dobro do percentual de analfabetismo do Estado do Rio de Janeiro – Tabela 9.

9 TABELA

Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas, por Grupos de Idade, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2010)

Regiões de Governo	Pessoas de 15 Anos ou Mais de Idade, Não Alfabetizadas						
	Total	15 a 19 Anos	20 a 29 Anos	30 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos ou Mais
Estado do Rio de Janeiro	542.241	14.684	36.343	61.031	85.568	100.745	243.870
Região da Costa Verde	10.077	245	661	1.161	1.678	2.055	4.277
Angra dos Reis	6.599	165	438	765	1.085	1.330	2.816
Paraty	2.315	52	148	238	383	501	993
Mangaratiba	1.163	28	75	158	210	224	468

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

10 TABELA

Taxa de Analfabetismo (%), por Grupos de Idade, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2010)

Regiões de Governo	Taxa de Analfabetismo						
	Total	15 a 19 Anos	20 a 29 Anos	30 a 39 Anos	40 a 49 Anos	50 a 59 Anos	60 Anos ou Mais
Estado do Rio de Janeiro	4,30	0,12	0,29	0,48	0,68	0,80	1,93
Região da Costa Verde	5,46	0,13	0,36	0,63	0,91	1,11	2,32
Angra dos Reis	5,15	0,13	0,34	0,60	0,85	1,04	2,20
Paraty	8,28	0,19	0,53	0,85	1,37	1,79	3,55
Mangaratiba	4,10	0,10	0,26	0,56	0,74	0,79	1,65

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Sobre os estabelecimentos de ensino na Região da Costa Verde, as instituições municipais predominam. O número de estabelecimentos estaduais é metade da oferta privada, proporção que se repete nos três municípios. Já no Estado do Rio, o número de escolas particulares aproxima-se da quantidade municipal e é quase três vezes o número de estabelecimentos estaduais. Na Tabela 11 estão considerados os níveis básicos de educação oferecidos pelos entes administrativos.

De todas as instituições, a única federal presente na Região da Costa

Verde, segundo o Censo Escolar de 2011, era a unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET), aberta em 2010. A Unidade Educacional Descentralizada, UnED Angra dos Reis, como é chamada, oferece curso técnico de mecânica, concomitante ao ensino médio. Ainda na esfera pública, dos demais estabelecimentos da Costa Verde, 10% são estaduais, 70% municipais, sendo que em Paraty este percentual vai a 85%. A rede privada, com aproximadamente 20% da oferta, tem a metade da representatividade alcançada no estado como um todo.

A Região da Costa Verde possui a maior taxa de utilização das salas de aula existentes de todo o estado: 95%, sendo 70% das instituições de ensino em atividade pertencentes à administração municipal.

TABELA 11

Estabelecimentos de Ensino em Atividade, por Dependência Administrativa, Salas de Aula Existentes e Utilizadas, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino em Atividade					Salas de Aula	
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Existentes	Utilizadas
ERJ	10.628	50	1.492	4.963	4.123	111.076	102.337
Região da Costa Verde	196	1	21	135	39	1.691	1.603
Angra dos Reis	112	1	14	69	28	1.052	985
Paraty	43	–	5	31	7	312	310
Mangaratiba	41	–	2	35	4	327	308

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Na Região da Costa Verde, 73% dos estabelecimentos de ensino para a educação infantil pertencem à rede municipal.

As salas de aula existentes na Região da Costa Verde têm a menor ociosidade verificada no estado. Todos os municípios possuem utilização próxima a 94% das salas disponíveis, sendo que no município de Paraty, apenas duas salas de aula estão sem utilização – Tabela 11.

Na educação infantil, a esfera federal não tem oferta de vagas na região e a rede estadual é composta por duas unidades, uma localizada em Angra dos Reis e a outra em Mangaratiba. Em todo o ERJ, os dois entes administrativos totalizam apenas onze unidades,

uma vez que os ensinos infantil e fundamental são de responsabilidade dos municípios, como prevê a Constituição Federal brasileira. Quanto às escolas privadas, que no estado têm ordem de grandeza semelhante às escolas municipais, na Região da Costa Verde têm menor incidência. Em média, as escolas municipais possuem 70% das matrículas, sendo que em Paraty, 90% das crianças estudam nas 28 escolas municipais, cada uma com 52 alunos em média, 10 a mais que a média das quatro escolas particulares da cidade – Tabela 12.

12 TABELA

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Infantil, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Educação Infantil									
	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	6.942	4	7	3.696	3.235	501.956	487	897	290.883	209.689
Região da Costa Verde	115	–	2	84	29	6.525	–	18	4.516	1.991
Angra dos Reis	62	–	1	43	18	3.745	–	7	2.300	1.438
Paraty	32	–	–	28	4	1.649	–	–	1.475	174
Mangaratiba	21	–	1	13	7	1.131	–	11	741	379

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Escolas municipais atendem a 70% das matrículas do ensino fundamental da Região da Costa Verde.

Apesar de terem os municípios atuação prioritária também no ensino fundamental, na Região da Costa Verde os colégios estaduais têm participação expressiva neste nível de ensino, com 7.655 matrículas. Em Angra e Paraty, os colégios estaduais atendem a mais crianças e adolescentes do que fazem os estabelecimentos privados, apenas em Mangaratiba ocorre o contrário, entretanto, o município possui 91% dos alunos matriculados em escolas municipais. Sobre as esferas administrativas, o governo estadual responde por 11% dos

estabelecimentos de ensino, o município por 69% e a rede particular por 20%, já nas matrículas a esfera estadual aumenta sua participação para 19%, a municipal se mantém, e a participação da rede particular cai para 12% na região como um todo. Em geral, os colégios estaduais oferecem mais vagas por estabelecimento, são, em média, 425 alunos por instituição, enquanto as escolas municipais são 250. As escolas da rede privada oferecem 153 vagas por unidade, na média dos três municípios que compõem a região – Tabela 13.

TABELA 13

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Fundamental, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Ensino Fundamental									
	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	7.759	17	1.007	3.715	3.020	2.277.461	10.748	367.290	1.314.111	585.312
Região da Costa Verde	162	–	18	112	32	40.591	–	7.655	28.045	4.891
Angra dos Reis	91	–	11	59	21	26.833	–	5.550	17.923	3.360
Paraty	41	–	5	29	7	7.623	–	1.933	4.520	1.170
Mangaratiba	30	–	2	24	4	6.135	–	172	5.602	361

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

A Unidade Educacional Descentralizada do CEFET, em Angra dos Reis, inicia sua oferta de vagas a partir do ensino médio, com 648 matrículas.

Para o ensino médio, responsabilidade prioritária do governo do estado, a baixa oferta de estabelecimentos, quando comparada ao ensino fundamental, é liderada pela rede estadual, como visto na Tabela 14.

A UnED novamente é destaque por ser o único estabelecimento de ensino de responsabilidade federal na Região da Costa Verde. Em 2011, segundo dados do Ceperj, esta unidade foi responsável pela matrícula de 648 alunos no ensino médio no município de Angra dos Reis. Não há escolas municipais

que ofereçam vagas para o ensino médio na Região da Costa Verde.

Em Mangaratiba são duas estaduais, que atendem a mais de mil alunos e uma unidade particular que possui 22 matrículas. As 10 mil matrículas de ensino médio são atendidas por 33 instituições. As médias de matrículas por estabelecimento acompanham a tendência do estado nas esferas públicas, no entanto, os colégios particulares da Região da Costa Verde atendem a grupos menores, com 55 alunos por escola, em média.

14 TABELA

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial no Ensino Médio, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Ensino Médio									
	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	2.124	32	1.096	29	967	609.680	14.364	469.870	6.301	119.145
Região da Costa Verde	33	1	17	–	15	10.027	648	8557	–	822
Angra dos Reis	22	1	12	–	9	7.324	648	6 087	–	589
Paraty	8	–	3	–	5	1.616	–	1.405	–	211
Mangaratiba	3	–	2	–	1	1.087	–	1.065	–	22

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

A Faetec – Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio – participa, desde 2010, do EJA, programa voltado para jovens e adultos que não completaram os anos do ensino fundamental. Conforme indicadores educacionais, a rede estadual se constitui na principal mantenedora

da oferta de matrículas na educação de jovens e adultos para os ensinos fundamental e médio. Com vagas preenchidas através de sorteio, desenvolvido em todas as unidades da rede, o ensino de ambos é promovido no horário noturno, de segunda a sexta-feira.

Na Lei Federal nº 9.349 de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional (LDB), ao artigo 37, a educação de jovens e adultos (EJA) é definida como “destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”. A fundação Faetec opera o programa na esfera estadual.

A vigência do Programa de Educação de Jovens e Adultos é garantida na Região da Costa Verde pelas instituições públicas estaduais e municipais, além da oferta particular. Em 2011 a região concentrava aproximadamente 2% dos estabelecimentos do Rio.

A distribuição entre os entes administrativos se dá de forma diferente em cada um dos três municípios. Não havendo oferta da rede federal em nenhum deles, Angra dos Reis concentra na rede municipal 80% das unidades que atendem ao programa, e divide igualmente entre a rede estadual e a privada os 20% restantes.

Em Paraty não há instituições particulares ofertando vagas do Proeja, e o sistema municipal detém 90% dos estabelecimentos de ensino, atendendo a 546 alunos de ensino fundamental.

A esfera estadual atende à 192 pessoas. As escolas particulares de Angra dos Reis representam apenas 2% do total de vagas para o ensino fundamental e 20% para o ensino médio. Mangaratiba apresenta 4% e 37% respectivamente, com 16 vagas no nível fundamental e 82 no nível médio, para a educação dos jovens e adultos com distorção idade-série, como visto nas Tabelas 15 e 16.

Os cursos presenciais de educação de jovens e adultos estão presentes nos três municípios da Região da Costa Verde.

15 TABELA

Estabelecimentos de Ensino do Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde Fluminense no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Estado do Rio de Janeiro	1.604	15	625	737	227
Região da Costa Verde	29	–	3	23	3
Angra dos Reis	16	–	1	14	1
Paraty	9	–	1	8	–
Mangaratiba	4	–	1	1	2

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

16 TABELA

Matrículas no Curso Presencial de Educação de Jovens e Adultos, por Dependência Administrativa, nos Municípios da Região da Costa Verde Fluminense (2011)

Regiões de Governo	Matrículas nos Cursos Presenciais de Educação de Jovens e Adultos										
	Total	Ensino Fundamental					Ensino Médio				
		Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	267.967	175.495	91	67.132	99.867	8.405	92.472	1.365	72.020	1.512	17.575
Região da Costa Verde	3.750	3.336	–	99	3.165	72	414	–	332	–	82
Angra dos Reis	2.395	2.395	–	99	2.240	56	–	–	–	–	–
Paraty	759	567	–	–	567	–	192	–	192	–	–
Mangaratiba	596	374	–	–	358	16	222	–	140	–	82

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Em 2011 a educação profissional contava com poucos estabelecimentos no Estado do Rio de Janeiro. Na esfera pública o governo estadual é a dependência administrativa que mais oferece vagas, entorno de 23 mil matrículas, em 111 estabelecimentos, 30% do total. Os entes federais e municipais não somam 30 instituições. A rede privada corresponde a quase dois terços das matrículas com 56 mil alunos. A Região da Costa Verde, por sua vez, possui baixa

frequência de estabelecimentos com oferta de cursos técnicos. No município de Mangaratiba, inclusive, não há matrículas ou instituições que ofereçam vagas no âmbito do Pronatec.

As únicas instituições da Região da Costa Verde são particulares, quatro em Angra dos Reis e uma em Paraty. Cada uma das quatro matricularam quase 300 alunos em 2011 e a unidade de Paraty ofereceu 46 matrículas para a educação profissional – Tabela 17.

A educação profissional e tecnológica é também regida pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a LDB de 1996. O Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico – contempla este tipo de ensino no país e a oferta se divide nas redes particular e pública de ensino.

TABELA 17

Estabelecimentos de Ensino e Matrícula Inicial na Educação Profissional por Dependência Administrativa nos Municípios da Região da Costa Verde do ERJ (2011)

Regiões de Governo	Estabelecimentos de Ensino					Matrícula Inicial				
	Total	Dependência Administrativa				Total	Dependência Administrativa			
		Federal	Estadual	Municipal	Privada		Federal	Estadual	Municipal	Privada
ERJ	371	22	111	7	231	89.189	8.338	23.176	1.631	56.044
Região da Costa Verde	5	–	–	–	5	1.177	–	–	–	1.177
Angra dos Reis	4	–	–	–	4	1.131	–	–	–	1.131
Paraty	1	–	–	–	1	46	–	–	–	46

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

A oferta de cursos de nível superior no interior do Estado do Rio de Janeiro é caracterizada por acompanhar as demandas da população residente e do mercado de trabalho das regiões. A vocação para determinadas atividades tradicionais nas localidades orientam boa parte da criação de turmas de graduação e pós-graduação, visando fomentar as necessidades da economia regional e qualificar a mão de obra

local para o desenvolvimento socioeconômico do território. Dois terços dos cursos de graduação do Estado do Rio são oferecidos por universidades, 17% em centros universitários, que detém 19% das matrículas, 2% fica a cargo de institutos federais de ensino e 17% nas faculdades as quais matricularam em 2010, 13% dos alunos de ensino superior das instituições fluminenses.

Os dados do Censo Escolar de 2010, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP, retratam, segundo o Instituto, a “iniciativa do governo federal para interiorização do ensino superior”.

Em 2008 a Universidade Federal Fluminense cria o Instituto de Educação de Angra dos Reis o IEAR-UFF. Segundo o INEP, em 2010, a instituição oferecia um curso, de Pedagogia, com um total de 105 matrículas. Anos depois, segundo o portal da instituição, através da política de expansão do ensino superior, a UFF cria mais cursos e oferece mais vagas em seu campus em Angra dos Reis.

Dentre aqueles registrados pelo INEP e disponíveis na Tabela 18, os dois demais cursos registrados no Censo Escolar são oferecidos em centro universitário, de capital privado, e contam com 306 vagas. Em 2010, ao total da Região da Costa Verde, que só possui estabelecimentos de ensino superior em Angra dos Reis, eram três cursos, com 411 estudantes.

Segundo o Censo Escolar de 2010, 411 era o número de matrículas no ensino superior da Região da Costa Verde, representada pelo município de Angra dos Reis.

TABELA 18

Cursos de Ensino Superior e Matrículas, por Natureza da Instituição, nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2010)

Regiões de Governo	Cursos de Ensino Superior					Matrículas				
	Total	Universidade	Centro Universitário	Instituto Federal	Faculdade	Total	Universidade	Centro Universitário	Instituto Federal	Faculdade
ERJ	2.403	1.530	418	51	404	521.355	345.987	96.731	10.736	67.901
Região da Costa Verde	3	1	2	–	–	411	105	306	–	–
Angra dos Reis	3	1	2	–	–	411	105	306	–	–

FONTE: Censo Escolar 2011 – INEP.

Outro quantitativo importante para se avaliar a educação na região, é o número de bibliotecas existentes nos 3 municípios que compõem a região. Notadamente, as bibliotecas escolares predominam em números absolutos, no entanto somente as públicas estão em todos os municípios da região. As demais colunas da Tabela 19 a seguir representam dados disponibilizados pelas próprias bibliotecas, estando sujeito a algumas lacunas.

A frequência de público é entendida como mensal, apesar do grande contingente populacional frequentando a única biblioteca municipal e as 39 escolares de Angra dos Reis. Em Mangaratiba não há a informação sobre público. Paraty desperta atenção por ter mais bibliotecas públicas municipais do que Angra, tendo em vista a grande disparidade demográfica. Apesar do baixo público registrado, o total de 29 bibliotecas públicas fazem jus à sede da Festa Literária Internacional de Paraty, a FLIP.

Todos os 3 municípios da Região da Costa Verde possuem ao menos uma biblioteca municipal.

19 TABELA

Bibliotecas Existentes, Frequência de Público e Tipos de Atividades Culturais nos Municípios da Região da Costa Verde no ERJ (2011)

Regiões de Governo	Bibliotecas				Público	Tipos de Atividades Culturais – 2011				
	Total	Tipo				Exposições	Cursos	Atividades Extramuros	Cessão de Espaço	Outras Atividades
		Municipal	Pública Escolar	Comunitária						
ERJ	1.216	139	953	124	661.566	231	185	234	908	3.014
Região da Costa Verde	77	5	68	4	39.152	2	20	11	–	2.355
Angra dos Reis	42	1	39	2	37.352	2	20	9	–	2.355
Paraty	29	3	26	–	1.800	–	–	–	–	–
Mangaratiba	6	1	3	2	–	–	–	2	–	–

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

Aspectos econômicos e contas regionais



Apesar de ser a menor região do estado em termos populacionais, a Região da Costa Verde apresentava, em 2012, o sexto maior PIB do estado.



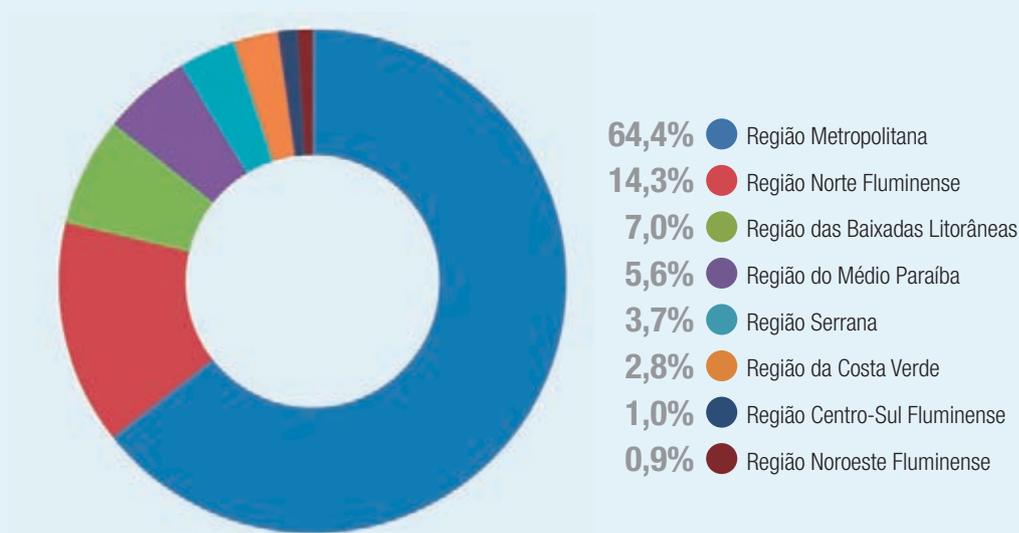
4.1 PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL

Apesar de ser a menor região do estado em termos populacionais, a Região da Costa Verde não se apresentava, em 2012, como a menor região em termos econômicos. Participando com

2,8% da produção estadual, a região foi a sexta mais representativa em todo o estado e sua produção foi aproximadamente de quatorze bilhões de reais – Gráfico 4.

Distribuição (%) do PIB por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 4



FONTE: IBGE (2014).

TABELA 20

PIB Nominal nos Municípios da Região da Costa Verde (2012)

Regiões do Governo	PIB (1.000 R\$)	Distribuição (%)	PIB Per Capita
Estado do Rio de Janeiro	504.221.373	–	31.064,63
Região da Costa Verde	14.243.033	100%	56.065,66
Angra dos Reis	10.973.424	77,0%	61.961,39
Paraty	1.981.523	13,9%	51.149,28
Mangaratiba	1.288.086	9,0%	33.718,65

FONTE: IBGE (2014).

Entre 2006 e 2012, o PIB da região apresentou um crescimento de 131,3%, que representou um acréscimo de mais de oito bilhões de reais – Tabela 20. Dentre as demais regiões de governo, a

Região da Costa Verde obteve o maior resultado. No mesmo período, o Estado do Rio de Janeiro apresentou uma evolução de 22,1% – Tabela 21.

Dentre as demais regiões de governo, a Região da Costa Verde obteve o maior crescimento do PIB entre 2006 e 2012.

21 TABELA

Evolução (%) do PIB Real por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)

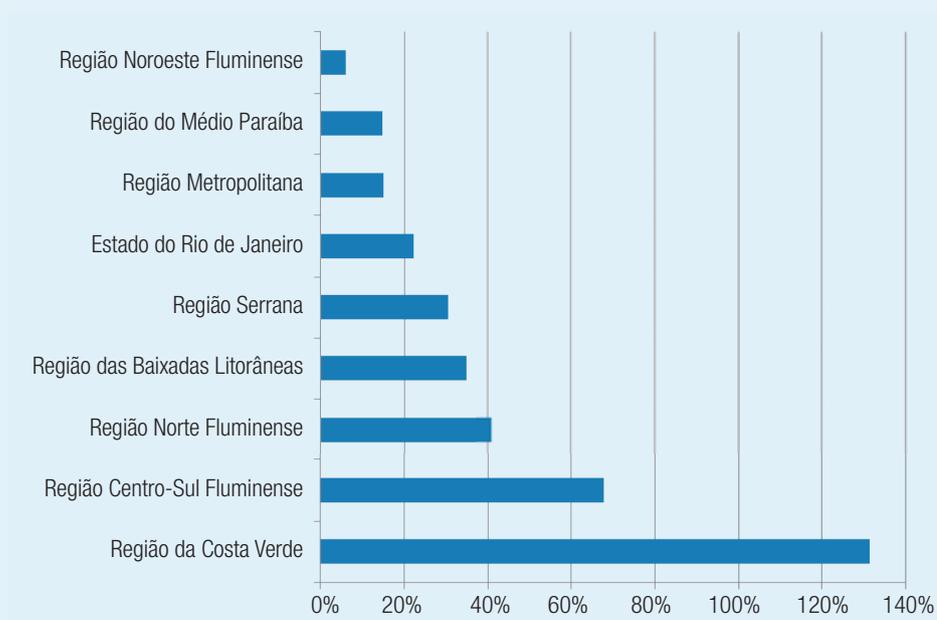
Regiões do Governo	PIB Real* (1.000 R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	412.790.435	504.221.373	22,1%
Região da Costa Verde	6.157.301	14.243.033	131,3%
Região Centro-Sul Fluminense	3.752.294	6.294.087	67,7%
Região Norte Fluminense	51.141.066	72.160.217	41,1%
Região das Baixadas Litorâneas	26.223.973	35.328.688	34,7%
Região Serrana	14.157.407	18.466.610	30,4%
Região Metropolitana	282.283.456	324.757.917	15,0%
Região do Médio Paraíba	24.662.343	28.295.556	14,7%
Região Noroeste Fluminense	4.412.595	4.675.265	6,0%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: * Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB municipal disponibilizado pelo IBGE. ** PIB real calculado pelo deflator implícito do PIB a preços constantes de 2012.

Evolução (%) do PIB Real por Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2006-2012)

GRÁFICO 5



FONTE: IBGE (2014).

Nos três municípios que compõem a região, o crescimento do PIB foi elevado. Paraty que, em 2006 apresentava o menor PIB da região, apresentou a maior evolução do período, com 386,6%.

Em seguida, Mangaratiba e Angra dos Reis também obtiveram crescimentos significativos de 150,6% e 109,6%, respectivamente, conforme Tabela 22.

Nos três municípios que compõem a região, o crescimento do PIB foi significativo.

22 TABELA

Evolução do PIB Real nos Municípios da Região da Costa Verde (2006-2012)

Regiões do Governo	PIB Real* (1.000 R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	412.790.435	504.221.373	22,1%
Região da Costa Verde	6.157.301	14.243.033	131,3%
Paraty	407.210	1.981.523	386,6%
Mangaratiba	514.059	1.288.086	150,6%
Angra dos Reis	5.236.033	10.973.424	109,6%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: * Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB municipal disponibilizado pelo IBGE. ** PIB real calculado pelo deflator implícito do PIB a preços constantes de 2012.

Em 2012, a Região da Costa Verde apresentou o segundo maior PIB per capita do estado, com R\$ 56.065,66, resultado atrás apenas do obtido pela Região Norte Fluminense (R\$ 82.726,17). Em relação ao PIB per capita de 2006, esse valor representa um

crescimento de 89,3%, a maior evolução dentre as regiões de governo. No âmbito municipal, todos os municípios da região apresentaram crescimentos bem acima do estadual, conforme Tabela 23.

Entre 2006 e 2011, o PIB per capita da região apresentou crescimento de 86,4%.

TABELA 23

Evolução (%) do PIB Per Capita** Real na Região da Costa Verde (2006-2012)

Regiões do Governo	PIB Per Capita* Real (R\$)		Evolução (%) 2006-2012
	2006**	2012	
Estado do Rio de Janeiro	26.526,02	31.064,63	17,1%
Região da Costa Verde	29.618,22	56.065,66	89,3%
Paraty	12.085,17	51.149,28	323,2%
Mangaratiba	17.102,79	33.718,65	97,2%
Angra dos Reis	36.326,78	61.961,39	70,6%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: * Dado existente até o ano de 2012, último ano do PIB municipal disponibilizado pelo IBGE. ** PIB real calculado pelo deflator implícito do PIB a preços constantes de 2012.

4.2 DENSIDADE ECONÔMICA

Em relação à densidade econômica, a Região da Costa Verde, que é a menor região do estado em termos territoriais com apenas 2.116 km², apresentou, em 2012, a quarta maior densidade do estado. Este resultado deu-se pela produção da região no mesmo

ano, aproximadamente de quatorze bilhões de reais, sexta maior produção do estado. Dentre os municípios que a compõem, Angra dos Reis foi o município que mais se destacou com densidade de R\$ 13.453/km² – Tabela 24.

Em 2012, Angra dos Reis foi o município que mais se destacou com densidade econômica de R\$ 13.453/km².

24 TABELA

Densidade Econômica (PIB por Km²) nos Municípios da Região da Costa Verde (2012)

Regiões do Governo	PIB (1.000 R\$)	Área da Unidade Territorial (Km ²)	PIB por Km ² (1.000 R\$)
Estado do Rio de Janeiro	504.221.373	43.767	11.521
Região da Costa Verde	14.243.033	2.116	6.733
Angra dos Reis	10.973.424	816	13.453
Mangaratiba	1.288.086	369	3.495
Paraty	1.981.523	931	2.128

FONTE: IBGE (2014).

4.3 VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)

Considerando a produção regional por setores, observou-se que o município de Angra dos Reis foi o que obteve a maior participação no VAB da região (75,3%), seguido dos demais municípios, Paraty e Mangaratiba, que apresentaram participações respectivas de 15,2% e 9,4% – Tabela 26.

O montante do VAB angrense beirava dez bilhões de reais. Enquanto os demais municípios se aproximavam de cerca de um bilhão, em Mangaratiba, e dois bilhões, em Paraty – Tabela 25.

O município de Angra dos Reis foi o que obteve a maior participação no VAB da região (75,3%).

TABELA 25

Valor Adicionado Bruto e Produto Interno Bruto Segundo Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro – Valores em R\$ 1.000 (2012)

Regiões de Governo ¹	Valor Adicionado Bruto					Impostos sobre Produtos	PIB Nominal ²
	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública		
ERJ	429.122.945	1.859.905	138.131.093	212.199.310	76.932.635	75.098.430	504.221.373
Região da Costa Verde	12.793.777	48.848	3.513.571	7.764.990	1.466.368	1.449.257	14.243.033
Angra dos Reis	9.636.440	17.963	1.987.277	6.633.800	997.400	1.336.984	10.973.424
Paraty	1.949.281	20.775	1.455.432	254.025	219.049	32.242	1.981.523
Mangaratiba	1.208.056	10.110	70.862	877.165	249.919	80.031	1.288.086

FONTE: IBGE (2014).

NOTAS: ¹As regiões de governo encontram-se em ordem decrescente em relação ao valor do PIB nominal. ²Produto interno bruto a preços correntes de 2012, refere-se ao valor adicionado bruto total adicionado os impostos sobre produtos.

TABELA 26

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto Segundo Atividades Econômicas nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro – Valores em R\$ 1.000 (2012)

Regiões de Governo	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Região da Costa Verde	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	75,3%	36,8%	56,6%	85,4%	68,0%
Paraty	15,2%	42,5%	41,4%	3,3%	14,9%
Mangaratiba	9,4%	20,7%	2,0%	11,3%	17,0%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

De modo geral, o setor mais representativo para a região foi o setor de serviços, com cerca de 61% de participação no VAB regional. Em seguida, a indústria desempenhou participação de 27,5% e a administração

pública participou com 11,5%. Dessa forma, o setor menos representativo para a região foi a agropecuária (0,4%), que apresentou baixa participação no VAB de todos os municípios da região – Tabela 27.

Serviços, com cerca de 61% de participação no VAB regional, foi o setor mais representativo para a Região da Costa Verde.

27 TABELA

Distribuição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000 (2012)

Regiões de Governo	Total	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
Região da Costa Verde	100,0%	0,4%	27,5%	60,7%	11,5%
Angra dos Reis	100,0%	0,2%	20,6%	68,8%	10,4%
Mangaratiba	100,0%	0,8%	5,9%	72,6%	20,7%
Paraty	100,0%	1,1%	74,7%	13,0%	11,2%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

No âmbito municipal, por um lado, a formação do VAB dos municípios de Angra dos Reis e Mangaratiba era semelhante, em 2012, pois ambos apresentaram cerca de 70% dos seus valores adicionados brutos voltados para o setor de serviços. Por outro lado, observou-se que, para

Paraty, o setor industrial foi o mais significativo, representando 74,7% do VAB municipal. A indústria também representava 20,6% do VAB de Angra dos Reis, posicionando-se como segundo setor mais significativo para o município.

Em Paraty, a indústria representava 75% do seu VAB enquanto em Angra dos Reis e Mangaratiba o setor de serviços era o mais representativo.

Considerando a indústria local, é importante destacar a indústria de energia nuclear instalada no município de Angra dos Reis. Subsidiária da Eletrobras, a Eletronuclear foi fundada para operar e construir usinas termonucleares no país que hoje conta com duas unidades, Angra 1

e Angra 2, construídas nas décadas de 1970 e 1980, respectivamente, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) – Figura 8. A empresa atraiu fluxos migratórios de mão de obra para a região e instaurou uma nova etapa no desenvolvimento, sobretudo, do município de Angra dos Reis.

A construção das usinas Angra 1 e Angra 2, construídas nas décadas de 1970 e 1980 respectivamente instaurou uma nova etapa no desenvolvimento do município de Angra dos Reis.

8 FIGURA

Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA) no Município de Angra dos Reis



FONTE: Eletronuclear (2014).

Entre 2006 e 2012, o VAB da região apresentou crescimento de 181% puxado, sobretudo, pelos setores de serviços e industrial. Esse resultado refletiu o movimento do indicador de cada município que a compõe, tendo em vista que todos apresentaram

crescimentos significativos, conforme Tabela 28. Neste sentido, o município que apresentou o desempenho mais representativo neste período foi Paraty, cujo VAB cresceu em 411,7%.

Entre 2006 e 2012, o VAB da região apresentou crescimento de 181% puxado, sobretudo, pelos setores de serviços e industrial.

TABELA 28

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores Econômicos – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012)

Regiões de Governo	Total (2006)	Total (2012)	Varição (2006-2012)
Região da Costa Verde	4.552.774	12.793.777	181,0%
Angra dos Reis	3.711.817	9.636.440	159,6%
Mangaratiba	459.986	1.208.056	162,6%
Paraty	380.971	1.949.281	411,7%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

A agropecuária foi o único setor produtivo que apresentou variação negativa na região. Por um lado, considerando os três municípios da região, o decréscimo não afetou o VAB total regional – Tabela 29.

Por outro lado, a indústria apresentou crescimento de 81,2%, resultado puxado,

principalmente, pelo desempenho do setor no município de Paraty que apresentou crescimento de 4.316%. Este resultado reflete, sobretudo, a intensificação da exploração de petróleo e do início da operação no pré-sal no campo⁶ referente ao município, na Bacia de Santos – Tabela 30.

A indústria apresentou crescimento de 81,2%, resultado puxado, principalmente, pelo desempenho do setor no município de Paraty (4.316%).

⁶ Segundo a Petrobras, tanto as plataformas Cidade de Angra dos Reis quanto a Cidade de Paraty, localizam suas operações no denominado campo Lula, aonde, em 2010, deu-se início ao chamado "Sistema de Produção Definitiva do Campo de Lula".

29 TABELA

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setores de Agropecuária – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012)

Regiões de Governo	Agropecuária (2006)	Agropecuária (2012)	Variação (2006-2012)
Região da Costa Verde	64.110	48.848	-23,8%
Paraty	26.868	20.775	-22,7%
Angra dos Reis	24.416	17.963	-26,4%
Mangaratiba	12.826	10.110	-21,2%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

30 TABELA

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo Setor da Indústria – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012)

Regiões de Governo	Indústria (2006)	Indústria (2012)	Variação (%) (2006-2012)
Região da Costa Verde	1.939.474	3.513.571	81,2%
Angra dos Reis	1.848.728	1.987.277	7,5%
Paraty	32.959	1.455.432	4316,0%
Mangaratiba	57.788	70.862	22,6%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

Entre 2006 e 2012, o setor que apresentou crescimento mais significativo foi o de serviços.

Na região, o setor que obteve o maior crescimento entre 2006 e 2012 foi o de serviços, com evolução de 381,3%. Ele desenvolveu-se, sobretudo, no município de Angra dos Reis, onde atingiu um crescimento de 461,2%, isto é, um incremento de cerca de 5,4 bilhões de

reais no período, seguido do município de Mangaratiba, com evolução de 260,6% no período. Paraty, provavelmente por ter se desenvolvido no setor industrial, foi o município que obteve o menor crescimento no setor (35,1%) – Tabela 31.

TABELA 31

Variação (%) do Valor Adicionado Bruto dos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro, Segundo o Setor de Serviços – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012)

Regiões de Governo	Serviços (2006)	Serviços (2012)	Variação (2006-2012)
Região da Costa Verde	1.613.396	7.764.990	381,3%
Angra dos Reis	1.182.141	6.633.800	461,2%
Mangaratiba	243.254	877.165	260,6%
Paraty	188.001	254.025	35,1%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

A administração pública apresentou o terceiro maior crescimento na região no período (56,7%). De modo geral, observou-se que os municípios foram de certa forma uniformes apresentando evoluções próximas: Mangaratiba com 71%, Paraty com 64,5% e Angra dos Reis com

51,9%. O município de Angra dos Reis foi o que apresentou maior volume de VAB deste setor, cerca de 1 bilhão de reais em 2012. Esse município destacou-se em relação aos demais possivelmente por ser o município mais populoso e com a maior população economicamente ativa da região – Tabela 32.

Com a realização de concursos públicos locais, a administração pública obteve crescimento de destaque entre 2006 e 2012, com 56,7%.

32 TABELA

Varição (%) do Valor Adicionado Bruto para Cada Município da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro para Administração Pública – Valores em R\$ 1.000 (2006-2012)

Regiões de Governo	Administração Pública (2006)	Administração (2012)	Varição (2006-2012)
Região da Costa Verde	935.797	1.466.368	56,7%
Angra dos Reis	656.533	997.400	51,9%
Mangaratiba	146.119	249.919	71,0%
Paraty	133.144	219.049	64,5%

FONTE: IBGE (2014).

NOTA: valor adicionado bruto a preços correntes de 2012.

4.4 EMPREGO E RENDA

As informações apresentadas a seguir se referenciam ao quantitativo de trabalhadores com vínculo formal, bem como a evolução destes na região, refletindo a geração de novos postos de trabalho ou a formalização da ocupação entre os anos da análise, de acordo com os segmentos de atividade econômica

definidos pelo IBGE. A Região da Costa Verde, onde, em 2014, residia 1,6% da população do Estado do Rio de Janeiro, por outro lado concentrou 1,4% do seu emprego, indicando uma baixa quantidade de residentes que encontram-se fora do mercado de trabalho formal.

Para os dados de emprego e renda, foi consultada a RAIS – Relação Anual de Informações Sociais –, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), para os anos de 2006, 2013 e 2014 no Estado do Rio de Janeiro. As informações da RAIS são fornecidas por todos os estabelecimentos formais diretamente ao MTE, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Angra dos Reis foi destaque na região com 46.469 ocupações formais em 2014.

Neste sentido, as zonas de atração de emprego na Costa Verde foram induzidas em maior medida pelas empresas localizadas em Angra dos Reis, que sozinha representou 3,4% do emprego na geração e distribuição de energia elétrica do estado no ano de 2014 (1.986 empregados), refletindo a importância histórica e econômica de suas usinas nucleares. As atividades portuárias e a indústria naval fizeram com que 98,7% do emprego da indústria de transformação e 67,5% do emprego em serviços de toda a região estivessem concentrados no município.

Pela influência dos quatro segmentos que mais empregaram em termos absolutos na Região da Costa Verde, sendo eles, em ordem decrescente, serviços, administração pública, comércio e indústria de transformação,

as profissões mais frequentes, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), foram: dirigentes do serviço público (7,4%), com 4.670 funcionários, sendo 4.060 só em Mangaratiba. Em seguida apareceram vendedores (também 7,4%) e auxiliares administrativos (5,7%). Em função dos estaleiros, os trabalhadores de soldagem ocuparam a sexta posição com 2,5% dos postos de trabalho num total de 1.555 empregos, nos três municípios. Pela influência do turismo na região como um todo, os garçons apareceram na oitava posição (2,3%). O ranking municipal das ocupações depende das potencialidades de cada localidade, alguns segmentos não representam vocações regionais, logo apresentaram poucos empregados. Os números absolutos em cada setor estão na Tabela 33.

TABELA 33

Número de Empregados na Região da Costa Verde em 2014, Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	4.641.380	50.091	474.275	58.873	301.354	891.489	2.059.563	780.804	24.931
Região da Costa Verde	63.009	233	10.098	2.025	4.441	10.636	23.063	12.060	453
Angra dos Reis	46.469	197	9.967	1.986	3.947	8.072	15.569	6.458	273
Mangaratiba	10.237	0	52	0	368	782	3.784	5.136	115
Paraty	6.303	36	79	39	126	1.782	3.710	466	65

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

De 2006 a 2014, o crescimento do emprego no segmento de comércio na Região da Costa Verde superou em mais de 20 pontos percentuais a elevação média do estado.

A partir de 2007, nos sete anos que se seguiram, a Região da Costa Verde como um todo apresentou crescimento abaixo da média estadual.

No entanto, o comércio e a administração pública tiveram elevação superior à do ERJ (23,5 p.p. e 1,7 p.p., respectivamente). Na construção civil a elevação em termos percentuais que mais chamou a atenção foi a de Paraty (869,2%), que passou de 13 empregados para 126.

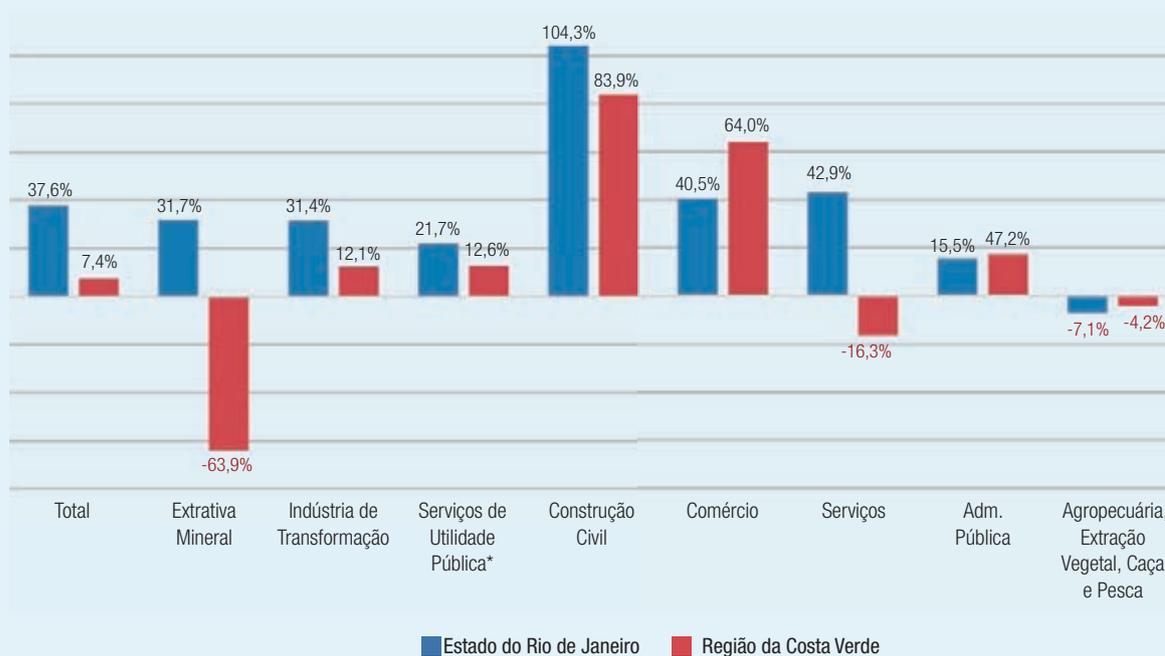
Os segmentos que apresentaram queda neste período na Região da Costa Verde foram reflexo principalmente da tendência puxada por Mangaratiba, que não apresenta mais empresas na indústria extrativa mineral, e no segmento de serviços perdeu 11.326 funcionários – Gráfico 6.

Na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, do quantitativo de 226 trabalhadores formalizados em 2006, no ano de 2014 o número de carteiras assinadas caiu para 115. O segmento que teve maior crescimento em termos relativos no município de Mangaratiba foi o comércio, que contratou mais 289, já em números absolutos foi maior a elevação da administração pública, que contratou mais 1.495 funcionários. O município de Paraty, por sua vez, aumentou em 2.051 o número de funcionários contratados formalmente, com destaque para o segmento de serviços, que contratou 1.835 trabalhadores. Em Angra dos Reis, a construção civil obteve o maior crescimento percentual, 97,4%, aumentando em 1.948 o número de empregados – Tabela 34.

6

GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

TABELA 34

Variação (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	37,6%	31,7%	31,4%	21,7%	104,3%	40,5%	42,9%	15,5%	-7,1%
Região da Costa Verde	7,4%	-63,9%	12,1%	12,6%	83,9%	64,0%	-16,3%	17,2%	-4,2%
Paraty	48,2%	227,3%	-10,2%	–	869,2%	60,3%	97,9%	-58,5%	116,7%
Angra dos Reis	36,7%	80,7%	12,2%	10,5%	97,4%	65,4%	47,2%	16,8%	25,8%
Mangaratiba	-49,9%	-100,0%	33,3%	–	-8,7%	58,6%	-75,0%	41,1%	-49,1%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

NOTA: *O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Na análise de curto prazo, as tendências da economia da Região da Costa Verde diferiram da média do estado – Gráfico 7. A queda do emprego com carteira no total dos setores foi puxada por quatro segmentos: os serviços de utilidade pública, que demitiu só em Angra dos Reis 225 pessoas; a construção civil, que na região teve saldo negativo de 563 empregados, boa parte deles estavam lotados em Angra dos Reis; os serviços, com

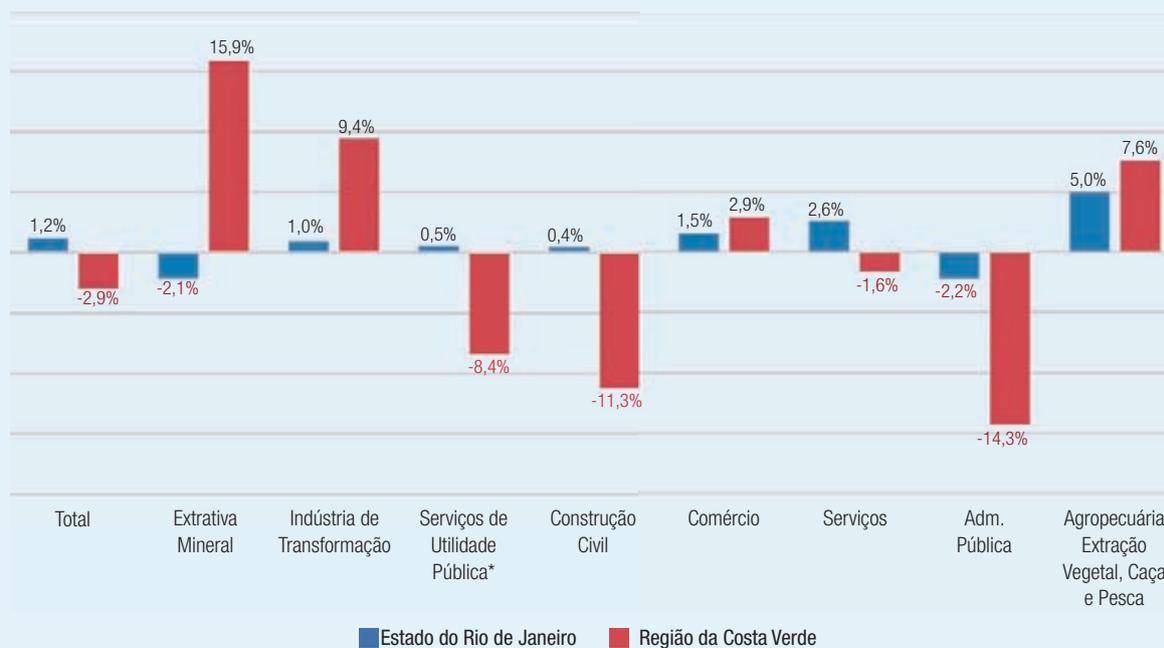
1.307 trabalhadores a menos só em Mangaratiba; e a administração pública, queda influenciada por Paraty, que obteve saldo negativo de 1.362 empregados.

Por outro lado, Angra dos Reis apresentou crescimento de 754 empregados em comércio e serviços, de 2013 para 2014. Na indústria de transformação, Angra dos Reis expandiu os postos de trabalho em 874 vagas – Tabela 35.

Em um ano, 1.913 ocupações formais foram destruídas na Região da Costa Verde.

7 GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

35 TABELA

Variação do Número de Empregados na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	1,2%	-2,1%	1,0%	0,5%	0,4%	1,5%	2,6%	-2,2%	5,0%
Região da Costa Verde	-2,9%	15,9%	9,4%	-8,4%	-11,3%	2,9%	-1,6%	-14,3%	7,6%
Angra dos Reis	1,7%	15,9%	9,6%	-10,2%	-10,2%	2,1%	3,9%	-3,3%	15,7%
Paraty	-12,9%	16,1%	19,7%	—	-29,2%	5,4%	9,8%	-74,5%	4,8%
Mangaratiba	-14,8%	—	-24,6%	—	-15,0%	6,0%	-25,7%	-7,7%	-6,5%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

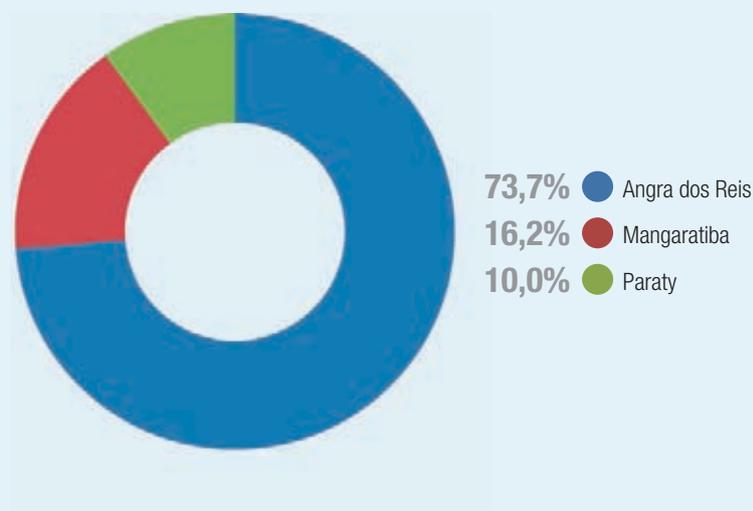
O Gráfico 8 e a Tabela 36 apresentam as localidades que mais empregam na Região da Costa Verde, em cada um dos segmentos classificados pelo IBGE. Em termos de participação relativa, o município de Angra dos Reis possui a liderança isolada em todos os segmentos. Apenas em administração pública, a diferença foi pouca para com o município de Mangaratiba, o qual empregou 5.136 funcionários enquanto Angra possuía 6.458 trabalhadores, 1.322 a mais.

Como já mencionado, Angra deteve a totalidade dos empregados no segmento de serviços industriais de utilidade pública e larga supremacia no quantitativo de funcionários na indústria de transformação, na extrativa mineral e na construção civil da Região da Costa Verde – Gráfico 8. Além destes, a pesca foi ainda importante na cidade. O turismo movimentou bastante o setor de comércio e serviços, por isso Paraty ainda possuía quantidade expressiva de empregados na região.

Angra dos Reis concentrou 73,7% das ocupações formais da Região da Costa Verde.

Distribuição (%) do Número de Empregados na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, Segundo Classificação do IBGE

GRÁFICO 8



36 TABELA

Distribuição (%) do Número de Empregados nos Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região da Costa Verde	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	73,7%	84,5%	98,7%	98,1%	88,9%	75,9%	67,5%	53,5%	60,3%
Mangaratiba	16,2%	0,0%	0,5%	0,0%	8,3%	7,4%	16,4%	42,6%	25,4%
Paraty	10,0%	15,5%	0,8%	1,9%	2,8%	16,8%	16,1%	3,9%	14,3%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

A Tabela 37 apresenta as vocações regionais da Costa Verde. É possível definir os segmentos que mais empregaram em cada um dos municípios e verificar que 88,6% dos trabalhadores formais da região estavam concentrados em quatro segmentos: serviços, administração pública, comércio e indústria de transformação.

Os empregos públicos representaram quase um quinto dos postos de trabalho da região, em média, sendo o maior percentual encontrado em Mangaratiba, com 50,2% do total dos empregos do município –

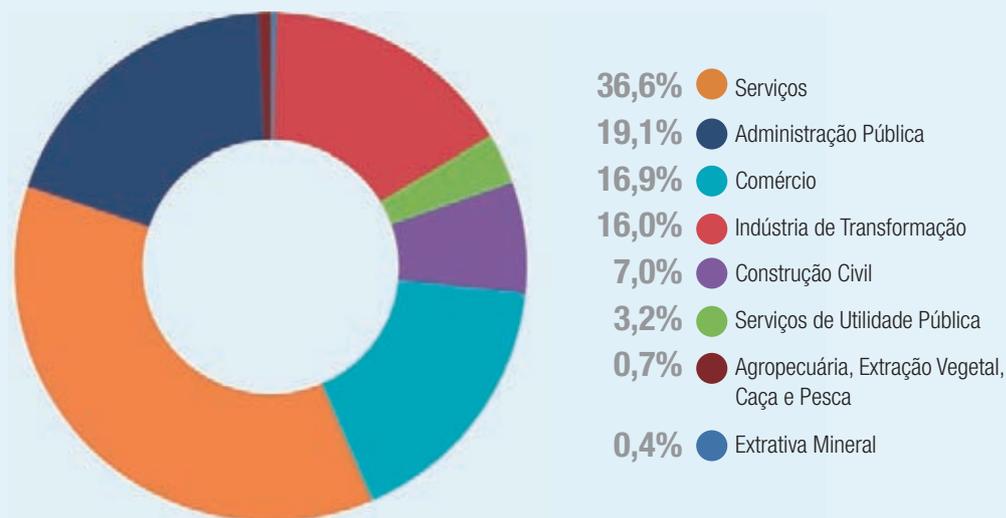
Gráfico 9. Somado aos empregados no segmento serviços, foram 87,1% dos empregos formais do município.

Angra dos Reis possuía configuração diferente, os serviços responderam por 33,5% e a indústria de transformação veio logo atrás, com 21,4% do emprego nas atividades laborais do município. Em Paraty, mais da metade do funcionalismo estava no segmento de serviços e outros 35,7% divididos entre os segmentos de comércio e administração pública. Os demais tiveram baixa influência – Tabela 37.

Na média regional, o segmento de serviços foi o que mais empregou na Costa Verde, segundo dados do MTE para o ano de 2014.

Distribuição (%) do Número de Empregados da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014), por Segmentos, Segundo Classificação do IBGE

GRÁFICO 9



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

TABELA 37

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região da Costa Verde	100,0%	0,4%	16,0%	3,2%	7,0%	16,9%	36,6%	19,1%	0,7%
Angra dos Reis	100,0%	0,4%	21,4%	4,3%	8,5%	17,4%	33,5%	13,9%	0,6%
Mangaratiba	100,0%	0,0%	0,5%	0,0%	3,6%	7,6%	37,0%	50,2%	1,1%
Paraty	100,0%	0,6%	1,3%	0,6%	2,0%	28,3%	58,9%	7,4%	1,0%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Porte das empresas

De acordo com a proposta do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, para fins de pesquisa, uma empresa do setor industrial é considerada “MICRO” quando possui até 19 funcionários, “PEQUENA” de 20 a 99, “MÉDIA” de 100 a 499 e “GRANDE” de 500 ou mais empregados. Esta classificação é válida também para a construção civil. Já para os setores de comércio e de serviços, a categorização é de “MICRO” para estabelecimentos de até 9 trabalhadores, “PEQUENO” de 10 a 49, “MÉDIO” de 50 a 99 e “GRANDE PORTE” para 100 ou mais assalariados (ver Boxe a seguir).

A definição do porte das empresas utilizada neste texto segue exclusivamente o critério do número de empregados por estabelecimento, foco desta seção. Paralelamente, as legislações pertinentes ao tema utilizam exclusivamente o faturamento anual das empresas para enquadramento das mesmas (ver Boxe a seguir). Neste trabalho, foi utilizado o recorte estabelecido entre o IBGE e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, que delimita o contingente de trabalhadores em função do setor em que estão empregados (IBGE, 2010).

O setor industrial, composto pelos segmentos extrativa mineral, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública (SIUP) e construção civil, possui intervalos quantitativos diferentes daqueles utilizados nos setores de comércio e serviços para definir o número de empregados que compõe cada um dos quatro conceitos de porte. Ademais, salienta-se que no setor de serviços não estão contabilizados os empregados na administração pública, como da mesma maneira o segmento agropecuária, extração vegetal, caça e pesca também está excluído da análise, ambos por apresentarem estruturas organizacionais particulares às suas atividades.

A definição do porte das empresas utilizada neste texto segue exclusivamente o critério do número de empregados por estabelecimento.

PORTE DE EMPRESAS

PORTE	Indústria & Construção	Comércio & Serviços
	Pessoas Empregadas	Pessoas Empregadas
MICRO	até 19	até 9
PEQUENO	de 20 a 99	10 a 49
MÉDIO	100 a 499	50 a 99
GRANDE	500 ou mais	100 ou mais

Fonte: SEBRAE (2010).

LEGISLAÇÃO

Lei Complementar Federal 123/2006, de 14/12/2006: Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (LEI GERAL DAS MPEs).

Lei Estadual 5.147 de 06/12/2007: Dispõe sobre a aplicação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte ao Estado do Rio de Janeiro.

Lei Complementar Federal 139/2011, de 10/11/2011: Altera Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e dá outras providências. (ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO).

De acordo com a última atualização da LEI GERAL (10/11/2011), segue classificação por Porte das Empresas, segundo o faturamento:

PORTE	TODOS OS SETORES
	Receita Bruta Anual
MICRO	Até R\$ 360.000,00
PEQUENO	De R\$ 360.000,01 até R\$ 3.600.000,00

Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013: Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, criando a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, cargo de Ministro de Estado e cargos em comissão, e a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e dá outras providências.

Ao total, 22.184 trabalhadores estavam empregados em micro e pequenas empresas da Região da Costa Verde, segundo o critério do número de empregados.

O emprego industrial na Região da Costa Verde compreendeu quase 17 mil funcionários formalizados. Aproximadamente 73% destes estavam alocados em firmas de grande porte, todos em Angra dos Reis, tendo em vista que Mangaratiba e Paraty não possuíam empresas de médio ou grande porte nos segmentos industriais. Já para os segmentos de

comércio e serviços a configuração por porte foi bastante diversa. Em Mangaratiba foram quase 2,5 mil empregados em firmas de grande porte, enquanto Paraty concentrou quase 5 mil em micro e pequenas. Em Angra dos Reis o emprego estava mais bem distribuído entre os portes – Tabelas 38 a 40.

38 TABELA

Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região da Costa Verde – 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
ERJ	124.316	184.178	222.689	353.410	563.890	828.297	299.653	1.259.212	688.206	1.012.475	522.342	1.612.622
Região da Costa Verde	1.171	1.673	1.714	12.239	9.135	10.205	2.677	11.682	10.306	11.878	4.391	23.921
Angra dos Reis	782	1.362	1.714	12.239	6.066	6.891	2.251	8.433	6.848	8.253	3.965	20.672
Mangaratiba	218	202	0	0	940	885	281	2.460	1.158	1.087	281	2.460
Paraty	171	109	0	0	2.129	2.429	145	789	2.300	2.538	145	789

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

39 TABELA

Varição do Número de Empregados, por Porte de Empresas, na Região da Costa Verde entre 2006 e 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
ERJ	27,9%	33,5%	38,1%	78,1%	25,5%	41,2%	41,5%	52,0%	26,0%	39,8%	40,0%	57,1%
Região da Costa Verde	34,9%	86,1%	-39,4%	31,9%	43,2%	51,2%	53,5%	-39,1%	42,2%	55,3%	-3,9%	-15,9%
Angra dos Reis	18,7%	60,4%	-32,3%	39,9%	44,4%	45,1%	89,5%	58,5%	40,9%	47,4%	6,6%	46,9%
Mangaratiba	124,7%	304,0%	–	–	21,0%	1,5%	-26,8%	-81,9%	32,5%	17,9%	-58,6%	-82,5%
Paraty	52,7%	–	–	–	51,7%	115,5%	-15,7%	176,8%	51,8%	125,2%	-15,7%	176,8%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

TABELA 40

Distribuição (%) do Número de Empregados entre os Municípios da Região da Costa Verde, Segundo Porte de Empresas (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequeno	Médio	Grande
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande				
Região da Costa Verde	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	66,8%	81,4%	100,0%	100,0%	66,4%	67,5%	84,1%	72,2%	66,4%	69,5%	90,3%	86,4%
Mangaratiba	18,6%	12,1%	0,0%	0,0%	10,3%	8,7%	10,5%	21,1%	11,2%	9,2%	6,4%	10,3%
Paraty	14,6%	6,5%	0,0%	0,0%	23,3%	23,8%	5,4%	6,8%	22,3%	21,4%	3,3%	3,3%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Dotados de grandes áreas de preservação ambiental, os municípios de Mangaratiba e Paraty não apresentaram grandes ou médias empresas industriais ou da construção civil. Já no comércio e nos serviços todos os três, Angra dos Reis, Paraty e Mangaratiba apresentaram emprego em firmas de grande porte, sendo que neste último foram elas que dominaram

a maior parte do emprego, enquanto nos dois demais municípios quem o fez foram as micro e pequenas. No agregado, as firmas de grande porte de todos os setores dominaram quase a metade do mercado de trabalho em Mangaratiba, um pouco mais da metade em Angra, e aproximadamente 14% em Paraty – Tabela 41.

Quase a metade (47,4%) do emprego formal da Região da Costa Verde estava em empresas de grande porte.

41 TABELA

Distribuição (%) do Número de Empregados, Segundo Porte de Empresas, nos Municípios da Região da Costa Verde (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total (A+B)			
	Indústria & Construção Civil (A)				Comércio & Serviços (B)							
	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande	Micro	Pequeno	Médio	Grande
Região da Costa Verde	7,0%	10,0%	10,2%	72,9%	27,1%	30,3%	7,9%	34,7%	20,4%	23,5%	8,7%	47,4%
Angra dos Reis	4,9%	8,5%	10,6%	76,0%	25,7%	29,1%	9,5%	35,7%	17,2%	20,8%	10,0%	52,0%
Mangaratiba	51,9%	48,1%	0,0%	0,0%	20,6%	19,4%	6,2%	53,9%	23,2%	21,8%	5,6%	49,3%
Paraty	61,1%	38,9%	0,0%	0,0%	38,8%	44,2%	2,6%	14,4%	39,8%	44,0%	2,5%	13,7%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Segundo o grau de instrução, 64,7% da força de trabalho da Região da Costa Verde possuía de 8 a 11 anos de estudo.

O grau de instrução dos trabalhadores formais é um indicativo da relação entre escolaridade e mercado de trabalho. O número de empregados por anos de estudo na Região da Costa Verde mostrou que foram poucos os analfabetos em número absoluto e em termos percentuais apresentou taxa semelhante à verificada no Estado do Rio de Janeiro.

Por outro lado, o maior grau de instrução mensurado, no qual os trabalhadores têm pelo menos curso superior, seja em andamento, concluído ou, ainda, em fase de pós-graduação, alcançaram menor participação na região do que na média do estado.

A maior concentração dos trabalhadores formais nos três municípios da Costa Verde

estava no grau de instrução referente aos níveis fundamental completo e médio completo e incompleto, equivalente à faixa de 8 a 11 anos de estudo. Sobre os demais níveis, 1 a 3 anos representam trabalhadores que são alfabetizados, mas não prosseguiram na escola e a faixa de 4 a 7 anos de estudo equivale aos que cursaram o ensino fundamental, mas não o concluíram – Tabela 42.

O município de Paraty apresentou os maiores percentuais de funcionários da região, nestes dois graus de instrução. Angra dos Reis possuía o maior contingente alocado na faixa de 8 a 11 anos e Mangaratiba foi o município onde houve o maior percentual de graduandos e pós-graduandos na região – Tabela 43.

TABELA 42

Número de Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região da Costa Verde (2014)

Regiões de Governo	Total Empregados	Anos de Estudo				
		Analfabetos	1 a 3 Anos	4 a 7 Anos	8 a 11 Anos	12 Anos ou Mais
Estado do Rio de Janeiro	4.641.380	6.778	120.095	432.741	2.901.700	1.180.066
Região da Costa Verde	63.009	81	2.151	10.121	40.736	9.920
Angra dos Reis	46.469	55	1.440	7.452	30.280	7.242
Mangaratiba	10.237	14	442	1.367	6.484	1.930
Paraty	6.303	12	269	1.302	3.972	748

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

TABELA 43

Distribuição dos Empregados por Grau de Instrução, Segundo Municípios da Região da Costa Verde (2014)

Regiões de Governo	Total Empregados	Anos de Estudo				
		Analfabetos	1 a 3 Anos	4 a 7 Anos	8 a 11 Anos	12 Anos ou Mais
Região da Costa Verde	100,0%	0,1%	3,4%	16,1%	64,7%	15,7%
Angra dos Reis	100,0%	0,1%	3,1%	16,0%	65,2%	15,6%
Mangaratiba	100,0%	0,1%	4,3%	13,4%	63,3%	18,9%
Paraty	100,0%	0,2%	4,3%	20,7%	63,0%	11,9%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Em 2014, a maior média salarial da Costa Verde foi a de Angra dos Reis (R\$ 3.110), valor superior ao salário-médio do Estado do Rio de Janeiro.

A relação entre escolaridade e remuneração do trabalhador é definida pela divisão da massa salarial pela quantidade de empregados a cada grau de instrução. A intuição é a de que haja “prêmio salarial”, ou seja, quanto maior a escolaridade maior o salário recebido. Entretanto, nem sempre é o que acontece para a média do Estado do Rio de Janeiro e em Paraty, por exemplo, que chegaram a pagar salários um pouco superiores àqueles que pararam os estudos após a alfabetização em comparação àqueles que interromperam os estudos próximos de completar o ensino fundamental. O “feito-diploma” é de fato observado a partir dos 7 anos de estudo, quando os salários-médios recebem

acréscimos substantivos conforme o grau obtido pelo trabalhador.

O maior salto estava na média do estado, na passagem do nível médio para o nível superior, quando a remuneração média triplicou seu valor. Na região a maior elevação sentida no salário estava em Angra dos Reis (147%), aumentando, em média, R\$ 3.824 a remuneração do trabalhador que cursa ou já cursou faculdade, diferença que em termos absolutos foi maior do que o prêmio salarial do Estado do Rio. Ganhou acréscimo de 78% em Mangaratiba e 67% em Paraty, o que equivaleu a mais R\$ 874 e R\$ 1.310 no fim do mês, para os moradores dos dois municípios, respectivamente.

4.5 ESTABELECIMENTOS

O quantitativo de estabelecimentos formais e a evolução destes nas regiões político-administrativas do Estado do Rio de Janeiro refletem a criação de novas empresas e/ou a formalização de negócios antes não registrados. Esta análise possibilita inclusive, diferenciar as empresas por tamanho, segundo o número de empregados. Na Região da Costa Verde, por exemplo, como visto na seção anterior, 16% dos trabalhadores formais estavam alocados na indústria de transformação. Entretanto, como apresentado adiante, apenas 3,9% dos estabelecimentos pertenciam

a este segmento. Em outras palavras, os 173 estabelecimentos da indústria de transformação empregaram em 2014, em média, 58 funcionários cada.

Por outro lado, os segmentos de comércio e serviços juntos respondiam por praticamente 88,9% de todos os estabelecimentos formalizados na região. Contabilizando 3.903 firmas, estes dois segmentos, porém, apresentaram média de nove empregados em cada um, refletindo uma diferente configuração setorial.

Todos os estabelecimentos formais, inscritos no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), declaram suas atividades ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), gerando uma ampla base de dados sobre as firmas instaladas no país.

A Região da Costa Verde possuía 4.388 estabelecimentos formais, que empregaram mais de 63 mil trabalhadores nos três municípios.

Por ser caracterizado por estabelecimentos de maior porte, o setor industrial concentrou 26,7% dos empregados em 8,6% do total das empresas da Região da Costa Verde. Ou seja, foram empresas que empregaram mais funcionários que em estabelecimentos comerciais ou em escritórios, por exemplo.

Empresas formalizadas na indústria extrativa mineral e em serviços industriais de utilidade pública apresentaram-se em menor número ou até mesmo foram inexistentes em Mangaratiba. Quando adicionadas aos da construção civil e da indústria

de transformação, somaram 378 empresas industriais no todo da região, contra 3.903 do setor de comércio e serviços.

Angra do Reis foi o município da Costa Verde que mais apresentou estabelecimentos formais em quase todos os segmentos, a exceção foi a administração pública de Mangaratiba. Na agropecuária, extração vegetal, caça e pesca, estavam localizados em Angra dos Reis 65 estabelecimentos, representando quase dois terços do total, o que ainda traduziu uma importância do cultivo de algumas culturas na Região da Costa Verde – Tabela 44.

TABELA 44

Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde em 2014, Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transf.	SIUP*	Constr. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Estado do Rio de Janeiro	287.851	678	19.956	635	11.291	105.948	141.465	711	7.167
Região da Costa Verde	4.388	9	173	10	186	1.772	2.131	15	92
Angra dos Reis	2.944	5	132	9	121	1.261	1.346	5	65
Paraty	959	4	28	1	19	351	536	3	17
Mangaratiba	485	0	13	0	46	160	249	7	10

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

De 2006 a 2014, a elevação do número de estabelecimentos na Região da Costa Verde superou em mais de 17 pontos percentuais a média do estado.

A partir de 2007, a Região da Costa Verde apresentou segmentos com crescimento maior que a média estadual. O setor industrial, por exemplo, apresentou elevação de 51,8%, com saldo, em 2014, de 129 empresas a mais em atividade, quando comparado a 2006. A indústria de transformação por si só teve elevação de 32,1%, superando o crescimento médio do estado em 11,4 pontos percentuais neste segmento.

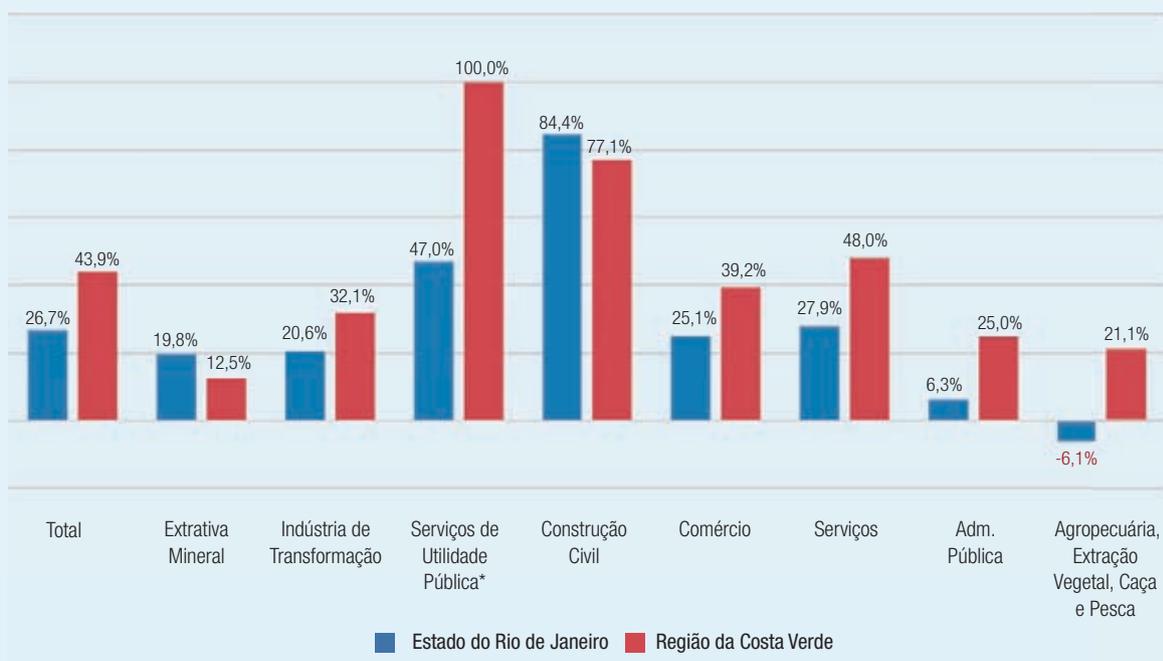
Nos serviços de utilidade pública, quando comparados às médias

regional e estadual, verificou-se a superação da Costa Verde em 53 pontos percentuais. No comércio e nos serviços, os 39,2% e 48,0% de aumento do número de estabelecimentos entre 2006 e 2014 elevaram a média do Estado do Rio, fixada em 25,1% e 27,9%, respectivamente. Dos segmentos que apresentaram resultado inferior na região em relação ao estado, a indústria extrativa mineral não mais possuía estabelecimentos em Mangaratiba, onde havia um estabelecimento – Gráfico 10 e Tabela 45.

10

GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

TABELA 45

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2006-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Estado do Rio de Janeiro	26,7%	19,8%	20,6%	47,0%	84,4%	25,1%	27,9%	6,3%	-6,1%
Região da Costa Verde	43,9%	12,5%	32,1%	100,0%	77,1%	39,2%	48,0%	25,0%	21,1%
Paraty	66,5%	100,0%	33,3%	–	216,7%	50,0%	76,9%	0,0%	142,9%
Angra dos Reis	41,8%	0,0%	32,0%	80,0%	47,6%	38,3%	46,3%	66,7%	32,7%
Mangaratiba	21,9%	-100,0%	30,0%	–	170,6%	26,0%	14,7%	16,7%	-50,0%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Em relação à variação do número de estabelecimentos formais entre 2013 e 2014, a região também superou o crescimento médio do estado. No curto prazo, o setor de comércio e serviços superou em 1,1 ponto percentual, com 115 estabelecimentos a mais e na indústria de transformação observou-se a atração de mais cinco empresas para o dinamismo econômico da região.

O segmento da extrativa mineral que se destacou em termos percentuais possuía base baixa na região, em números absolutos somaram

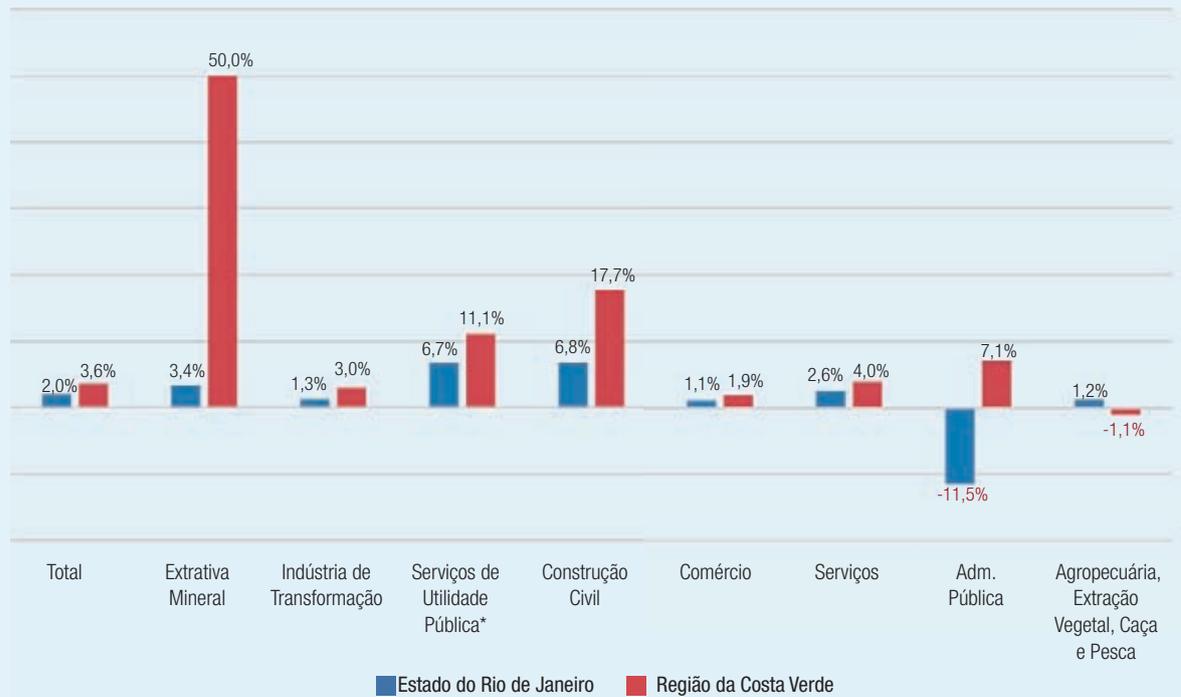
três empresas, em comparação com o ano anterior. Contudo, essa trajetória demonstrou que no curto prazo a Região da Costa Verde, assim como todo o Estado do Rio de Janeiro apresentou aumento da atração de empresas no período recente. Em relação às tendências de cada segmento, a região acompanhou o movimento estadual em todos os segmentos, à exceção da agropecuária, que diminuiu em número de estabelecimentos, e da administração pública, que apresentou queda no estado e alta na região – Gráfico 11 e Tabela 46.

Em 2014, o número de estabelecimentos formais da região aumentou em 152, em comparação com o ano anterior.

11

GRÁFICO

Comparativo da Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

46

TABELA

Variação (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2013-2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
ERJ	2,0%	3,4%	1,3%	6,7%	6,8%	1,1%	2,6%	-11,5%	1,2%
Região da Costa Verde	3,6%	50,0%	3,0%	11,1%	17,7%	1,9%	4,0%	7,1%	-1,1%
Angra dos Reis	3,3%	66,7%	-0,8%	0,0%	19,8%	1,9%	3,7%	0,0%	1,6%
Paraty	6,6%	33,3%	21,7%	—	0,0%	4,5%	7,0%	0,0%	13,3%
Mangaratiba	0,0%	—	8,3%	—	21,1%	-3,0%	-0,4%	16,7%	-28,6%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

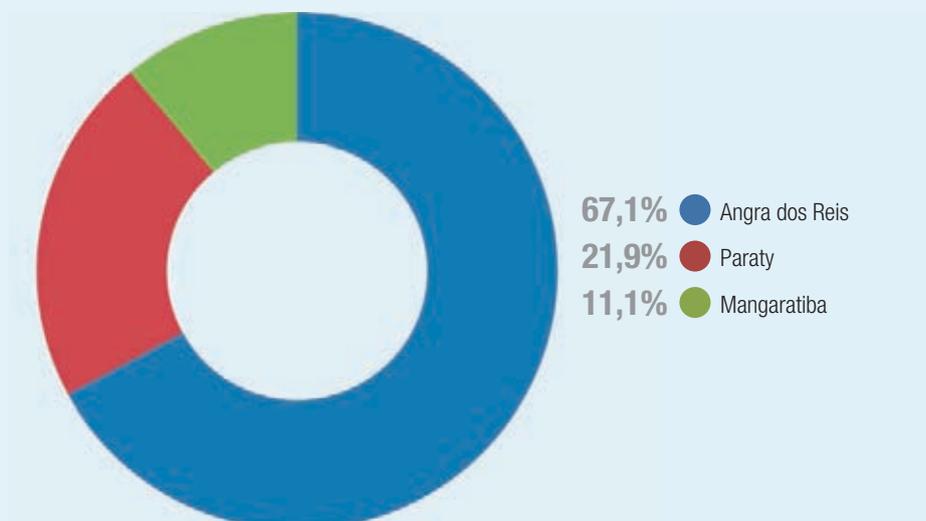
O Gráfico 12 e a Tabela 47 apresentam as localidades que mais possuem estabelecimentos na Região da Costa Verde, em cada um dos segmentos classificados pelo IBGE. Como dito anteriormente, em termos de participação relativa, o município de Angra dos Reis apenas não possuía a liderança

em um dos oito segmentos: na administração pública, Mangaratiba deteve 46,7% das instituições. Acompanhando a distribuição dos residentes entre os três municípios, 29% dos estabelecimentos industriais encontraram-se divididos em Paraty e em Mangaratiba.

Angra dos Reis concentrou 67,1% dos estabelecimentos formais da Região da Costa Verde.

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Município da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014)

GRÁFICO 12



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

47 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014), Segundo Classificação do IBGE

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região da Costa Verde	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	67,1%	55,6%	76,3%	90,0%	65,1%	71,2%	63,2%	33,3%	70,7%
Paraty	21,9%	44,4%	16,2%	10,0%	10,2%	19,8%	25,2%	20,0%	18,5%
Mangaratiba	11,1%	0,0%	7,5%	0,0%	24,7%	9,0%	11,7%	46,7%	10,9%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

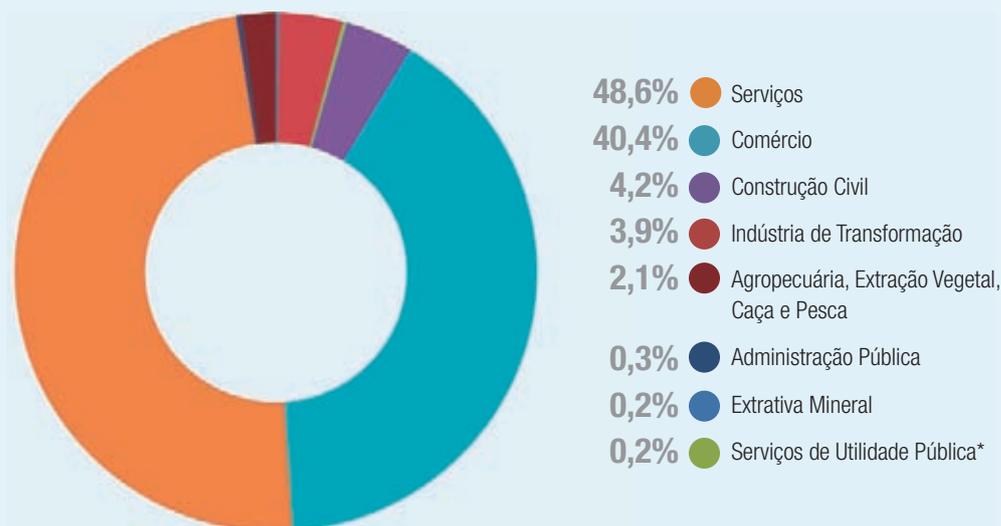
A Tabela 48 apresenta as potencialidades da Costa Verde. É possível definir os segmentos onde há a maior oferta de empresas, fábricas e instituições que empregam nos três municípios. Como dito na introdução desta seção, em termos de estabelecimentos formais, os serviços lideraram o ranking dos segmentos, com quase a metade dos estabelecimentos em atividade na região como um todo.

Em Angra dos Reis a supremacia dos serviços se estabeleceu, porém com menor concentração do que nos outros dois municípios. Os segmentos que mais se aproximaram foram a indústria de transformação, com 3,9% dos estabelecimentos de emprego da região, e a construção civil, que possuía 4,2% na média regional, com destaque para Mangaratiba, onde o segmento representou 9,5% das empresas – Gráfico 13.

Na média regional, o segmento de serviços foi o que mais possuía estabelecimentos, 2.131, segundo último levantamento do MTE.

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos por Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014)

GRÁFICO 13



FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

TABELA 48

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos, Segundo Classificação do IBGE, por Municípios da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2014)

Regiões Geográficas	Total	Extrativa Mineral	Indústria de Transform.	SIUP*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropec, Extração Vegetal, Caça e Pesca
Região da Costa Verde	100,0%	0,2%	3,9%	0,2%	4,2%	40,4%	48,6%	0,3%	2,1%
Angra dos Reis	100,0%	0,2%	4,5%	0,3%	4,1%	42,8%	45,7%	0,2%	2,2%
Mangaratiba	100,0%	0,0%	2,7%	0,0%	9,5%	33,0%	51,3%	1,4%	2,1%
Paraty	100,0%	0,4%	2,9%	0,1%	2,0%	36,6%	55,9%	0,3%	1,8%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

*O segmento de serviços industriais de utilidade pública (SIUP) abrange as empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Porte das empresas

De acordo com a proposta do Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, para fins de pesquisa, uma empresa do setor industrial é considerada “MICRO” quando possui até 19 funcionários, “PEQUENA” de 20 a 99, “MÉDIA” de 100 a 499 e “GRANDE” de 500 ou mais empregados. Esta classificação é válida também para a construção civil. Já para os setores de comércio e de serviços, a categorização é de “MICRO” para estabelecimentos de até 9 trabalhadores, “PEQUENO” de 10 a 49, “MÉDIO” de 50 a 99 e “GRANDE PORTE” para 100 ou mais assalariados (ver Boxe da Seção 4.4, “Emprego e Renda”, página 89).

O município de Angra dos Reis deteve 1,3% do emprego em empresas industriais de grande porte do Estado do Rio de Janeiro, apesar de ter contado com apenas 1,1% dos estabelecimentos deste tipo.

Na Região da Costa Verde, devido ao seu perfil turístico e a extensão de suas áreas de proteção ambiental, o município de Angra foi o único a apresentar grandes indústrias, contudo apresentou uma expressiva participação no agregado da economia fluminense, sobretudo em função da capacidade de absorção de mão de obra das empresas do setor.

Na análise por porte foi possível notar que, no agregado dos setores, Paraty apresentou o dobro de estabelecimentos formais em relação a Mangaratiba. Através da tabela a seguir foi possível notar que as microempresas do comércio e serviços, em geral registradas por microempreendedores locais, foram as responsáveis pela liderança dos municípios em termos de estabelecimentos – Tabela 49.

Na Região da Costa Verde
houve 3.589 microempresas,
divididas nos setores
industriais, construção,
comércio e serviços.

TABELA 49

Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região da Costa Verde – 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
ERJ	26.752	4.557	1.028	223	197.309	42.303	4.381	3.420	224.061	46.860	5.409	3.643
Região da Costa Verde	322	43	10	3	3.267	555	38	43	3.589	598	48	46
Angra dos Reis	221	33	10	3	2.171	374	32	30	2.392	407	42	33
Mangaratiba	53	6	0	0	353	44	4	8	406	50	4	8
Paraty	48	4	0	0	743	137	2	5	791	141	2	5

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

TABELA 50

Variação do Número de Estabelecimentos, por Porte de Empresas, na Região da Costa Verde entre 2006 e 2014

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
ERJ	38,5%	32,6%	33,2%	59,3%	23,7%	39,5%	41,5%	41,1%	25,3%	38,8%	39,8%	42,1%
Região da Costa Verde	51,9%	115,0%	-23,1%	-25,0%	41,6%	56,8%	65,2%	48,3%	42,5%	59,9%	33,3%	39,4%
Angra dos Reis	39,9%	73,7%	-16,7%	0,0%	39,9%	52,0%	100,0%	66,7%	39,9%	53,6%	50,0%	57,1%
Mangaratiba	112,0%	500,0%	–	–	22,1%	7,3%	-20,0%	-11,1%	29,3%	19,0%	-33,3%	-20,0%
Paraty	65,5%	–	–	–	59,4%	104,5%	0,0%	150,0%	59,8%	110,4%	0,0%	150,0%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Como nas tabelas discriminadas por porte não entram dois dos oito setores, administração pública e agropecuária, o total de estabelecimentos classificados por porte não representam o total de estabelecimentos da região, mas são uma *proxy* das firmas presentes no espaço urbano.

Em todos os portes, o total das empresas seguiu em dois terços concentrados em Angra dos Reis, um quinto em Paraty, o que pode ser explicado também, além da questão mencionada na tabela anterior, pelo fato de que a administração pública, que possuía peso expressivo no emprego de Mangaratiba, não estar contabilizada aqui.

Dois terços do total de firmas da indústria, comércio e serviços estava no município de Angra dos Reis, em todos os portes de empresa.

51 TABELA

Distribuição (%) do Número de Estabelecimentos entre os Municípios da Região da Costa Verde, Segundo Porte de Empresas (2014)

Regiões de Governo	Grandes Setores IBGE								Total			
	Indústria & Construção Civil				Comércio & Serviços				Micro	Pequena	Média	Grande
	Micro	Pequena	Média	Grande	Micro	Pequena	Média	Grande				
Região da Costa Verde	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	68,6%	76,7%	100,0%	100,0%	66,5%	67,4%	84,2%	69,8%	66,6%	68,1%	87,5%	71,7%
Mangaratiba	16,5%	14,0%	0,0%	0,0%	10,8%	7,9%	10,5%	18,6%	11,3%	8,4%	8,3%	17,4%
Paraty	14,9%	9,3%	0,0%	0,0%	22,7%	24,7%	5,3%	11,6%	22,0%	23,6%	4,2%	10,9%

FONTE: Ministério do Trabalho e Emprego, Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (2015).

Com apenas 1,1% do total de estabelecimentos dos quatro setores de análise, as empresas de grande porte absorveram 47,4% do emprego. Em se tratando exclusivamente do setor industrial e da construção civil, as grandes empresas detiveram apenas 0,8% dos estabelecimentos, porém empregaram 72,9% dos empregos industriais. A predominância das microempresas se reafirmou nos três municípios, com participação de mais de 80% em todos eles, tanto no setor industrial, (até 19 funcionários) como no comercial (até 9).

A participação de grandes empresas no quantitativo de estabelecimentos dentro dos setores de comércio e serviços teve seu maior valor em Mangaratiba, onde representaram 2% do total dos mercados, lojas e escritórios. Na indústria e construção o peso das micro chegou a 92,3% dos estabelecimentos formais em Paraty, município que não apresentou os portes médio e grande nestes setores – Tabela 51.

Microempresas foram 83,8% de todas das empresas da Região da Costa Verde.

Finanças públicas



O objetivo desta seção é apresentar a evolução das finanças dos municípios localizados na Região da Costa Verde, nos anos de 2006 e 2012.



O objetivo desta seção é apresentar a evolução das finanças dos municípios localizados na Região da Costa Verde, nos anos de 2006 e 2012. Para os dados fiscais foram utilizados os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária, divulgados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e pela Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ).⁷ Outra fonte constante na seção foi a Fundação Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados referentes às receitas dos municípios foram atualizados mensalmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para o mês de dezembro de 2012, visando à comparação em termos reais entre os anos analisados. Já para as contas de despesas, os resultados aferidos nos respectivos relatórios são anuais, sendo realizada a atualização monetária diretamente entre os anos comparados.

5.1 RECEITAS CORRENTES

Conforme STN (2007), receitas correntes são ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais, para aplicação em despesas correspondentes, também em atividades operacionais, que não decorre de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas. Compreendem às receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes.

Municípios da Costa Verde receberam, em média, R\$ 301 milhões em transferências correntes.

Em 2012, os municípios da Região da Costa Verde receberam R\$ 904 milhões em transferências correntes (R\$ 301 milhões, em média). Estas receitas são provenientes de transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior, de pessoas, de convênios e para o combate à fome [STN (2007)]. Dentre os três municípios da região, Angra dos Reis foi o que mais se

valeu dessas transferências, R\$ 581 milhões, o equivalente a 64,2% do total da região.⁸

O Gráfico 14 revela que Paraty possui maior participação das transferências com relação às receitas correntes (83,9%)⁹. Já Mangaratiba destacou-se com maior parcela da receita tributária proporcionalmente à receita corrente (20,6%).

20,6% da receita corrente de Mangaratiba correspondem à receita tributária própria do município.

⁷ Outra fonte de dados sobre finanças municipais é o Sistema de Coleta de Dados Contábeis (Sistn), que foi criado para operacionalizar convênio firmado entre Caixa Econômica Federal e Secretaria de Tesouro Nacional (STN), com o objetivo de coletar dados e informações contábeis dos poderes e dos órgãos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios brasileiros, conforme previsto na legislação vigente e nas portarias expedidas pela STN. Disponível em: <https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jsp>. Esse processo resulta na divulgação anual pela STN do banco de dados Finanças do Brasil – Dados Contábeis dos Municípios. Disponível em: <http://www3.stn.gov.br/estados_municipios/index.asp>. Porém constata-se que alguns municípios não possuem informações no Sistn, consequentemente não aparecem no Finbra.

⁸ As receitas dos municípios são apresentadas de forma completa no Apêndice 1 deste trabalho.

⁹ O peso das receitas sobre os orçamentos encontram-se apresentados no Apêndice 2.

De 2006 para 2012, a cota-parte do ICMS com relação à receita corrente cresceu apenas em Mangaratiba.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual ou Intermunicipal e de Comunicações (ICMS)

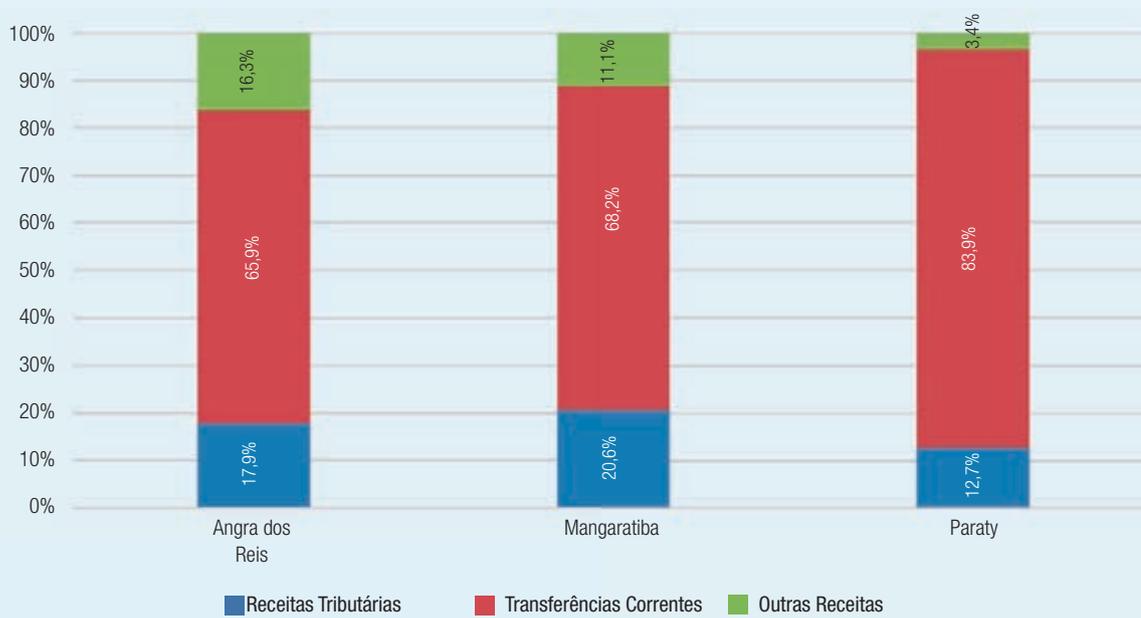
A parte do ICMS que compete aos municípios (cota-parte) foi maior em Angra dos Reis, tanto em 2006 quanto em 2012. A despeito disso, esse mesmo município apresentou redução na relação cota-parte do ICMS/Receitas Correntes, entre 2006 e 2012, de 14,9 pontos percentuais, enquanto em Mangaratiba aumentou 10,8 pontos percentuais (Gráfico 15).

Em 2006, Angra dos Reis era o único município da Costa Verde onde a cota-parte do ICMS respondia por mais de 45% da receita corrente (45,5%). Já em 2012, este tributo foi responsável por 30,6% de sua receita corrente municipal.

Em 2012, a cota-parte do ICMS de Angra dos Reis era aproximadamente 31% da receita corrente.

14 GRÁFICO

Distribuição (%) das Receitas Tributárias e das Transferências Correntes sobre as Receitas Correntes (2012)

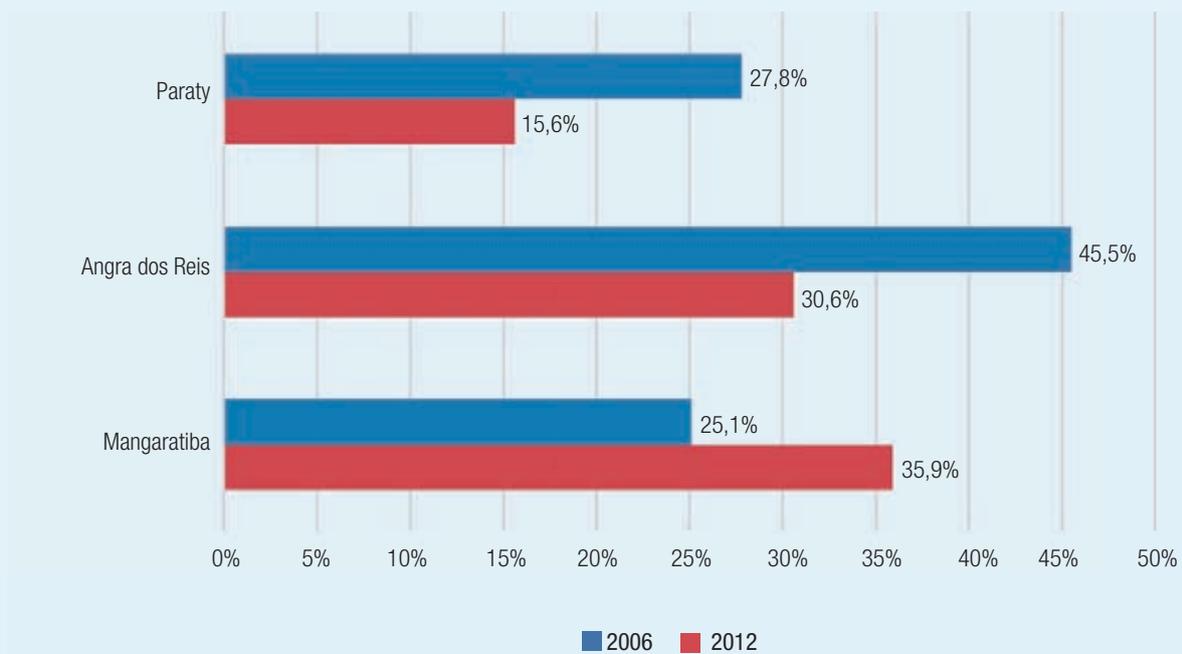


FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Distribuição (%) do ICMS sobre as Receitas Correntes (2006 e 2012)

GRÁFICO 15



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

5.2 RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Receitas tributárias são ingressos provenientes da arrecadação de impostos (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU –, Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS –, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – e Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR), taxas (Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia e Taxa pela Prestação de Serviços) e Contribuições de Melhoria.

Em 2012, a receita tributária per capita de Mangaratiba foi de R\$ 1.326,43, sendo a maior da Região da Costa Verde.

Com população estimada de 177.101 habitantes em 2012 (IBGE, 2014), Angra dos Reis é o município mais populoso da Região da Costa Verde e também o que mais arrecadou diretamente

(R\$ 158 milhões). Contudo, se considerarmos as receitas tributárias per capita, verificamos que Mangaratiba (R\$ 1.326,43) superou Angra dos Reis (R\$ 890,01) no mesmo ano (Gráfico 16).

Entre 2006 e 2012, a receita tributária per capita real aumentou nos três municípios da região.

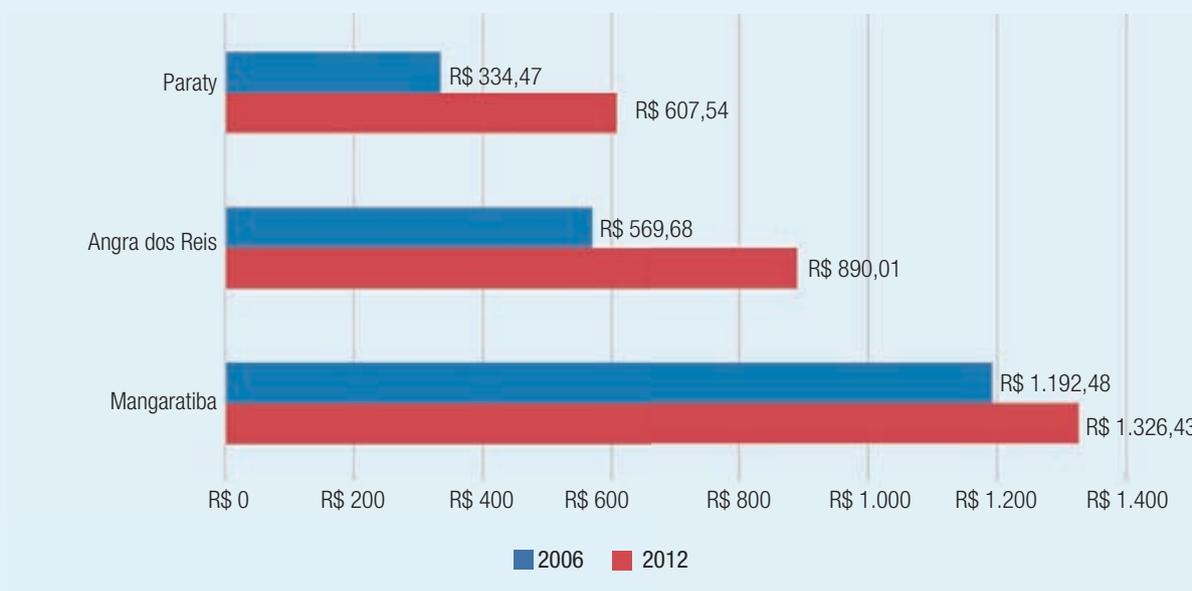
De acordo com o Gráfico 16, entre 2006 e 2012, os três municípios da Costa Verde apresentaram crescimento real da receita tributária per capita. Esses crescimentos foram devido aos aumentos nas arrecadações tributárias dos respectivos municípios, pois nenhum verificou reduções quanto ao número de população residente. Destaque para o aumento em Paraty (81,6%) – vide Tabela 52.

Em termos reais, no período compreendido entre 2006 e 2012, o município que apresentou maior incremento monetário da receita tributária per capita foi o de Angra dos Reis, com saldo de R\$ 320,33. Paraty e Mangaratiba obtiveram saldos positivos respectivos de R\$ 273,07 e R\$ 133,95.

Angra dos Reis foi o único município da região a apresentar crescimento real no IPTU per capita (35%), passando de R\$ 152,82/população residente em 2006 para R\$ 206,35/população residente em 2012. O ISS per capita, por sua vez, obteve aumento nos três municípios, tendo Paraty se destacado com aumento de 119,5% entre 2006 e 2012 (em 2006 era R\$ 95,39/população residente em 2012 passou para R\$ 209,43/população residente). Os valores das receitas tributárias per capita em 2006 e 2012, bem como a evolução entre esses mesmos anos, são explicitados no Tabela 52.

16 GRÁFICO

Receita Tributária Real Per Capita, em R\$ (2006 e 2012)



FONTE: TCE-RJ e IBGE.

NOTA: valores mensais das receitas tributárias atualizados pelo IPCA para 2012.

TABELA 52

Variação (%) da Receita Tributária Real Per Capita dos Municípios da Região da Costa Verde (2006-2012)

Município	Valores em R\$		Variação (%)
	2006	2012	
Mangaratiba	R\$ 1.192,48	R\$ 1.326,43	11,2%
Angra dos Reis	R\$ 569,68	R\$ 890,01	56,2%
Paraty	R\$ 334,47	R\$ 607,54	81,6%

FONTE: TCE-RJ e IBGE.

NOTA: valores mensais das receitas tributárias atualizados pelo IPCA para 2012.

O Gráfico 17 e o Gráfico 18 ilustram a trajetória de participação do IPTU e do ISS¹⁰ sobre a receita tributária nos três municípios que compõem a Região da Costa Verde. Destaque para o crescimento, de 2006 para 2012, na participação de ISS em Paraty (passando de 28,5% em 2006 para 34,5% em 2012;

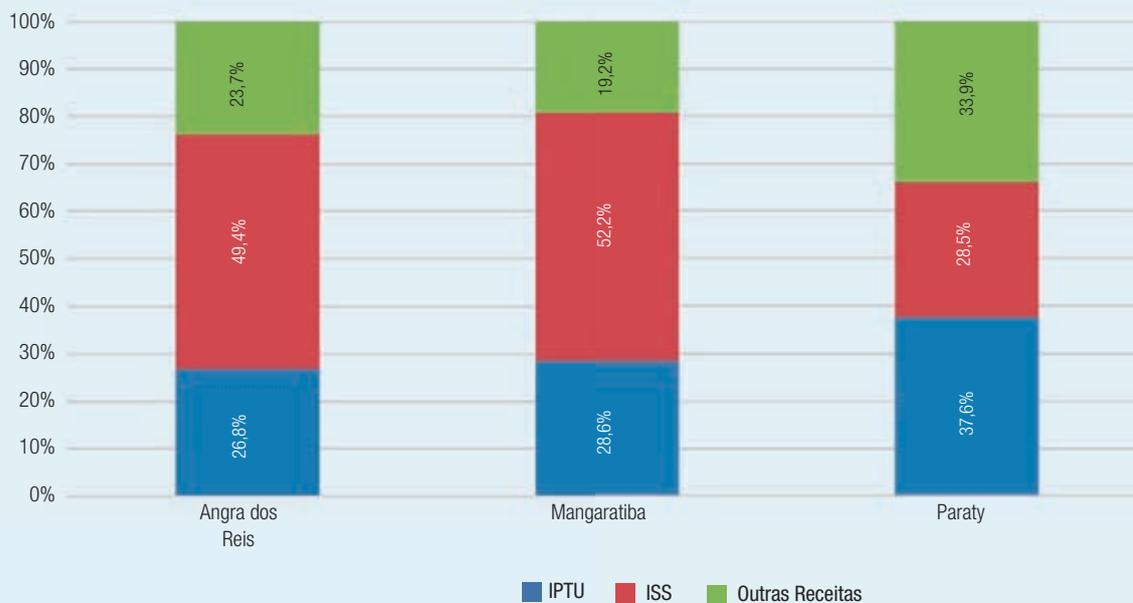
6 pontos percentuais) e para a queda de IPTU também em Paraty (de 37,6% em 2006 para 18,2% em 2012, redução de 19,4 pontos percentuais). Vale ressaltar ainda o aumento de outras receitas em Paraty, principais fontes de receita tributária do município, passando de 33,9% em 2006 para 47,3% em 2012.

De 2006 para 2012, a relação ISS/receita tributária em Paraty aumentou em 6 p.p. e IPTU/receita tributária reduziu em 19,4 p.p.

¹⁰ IPTU e ISS são, usualmente, os principais tributos que compõem a receita tributária municipal.

17 GRÁFICO

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2006)

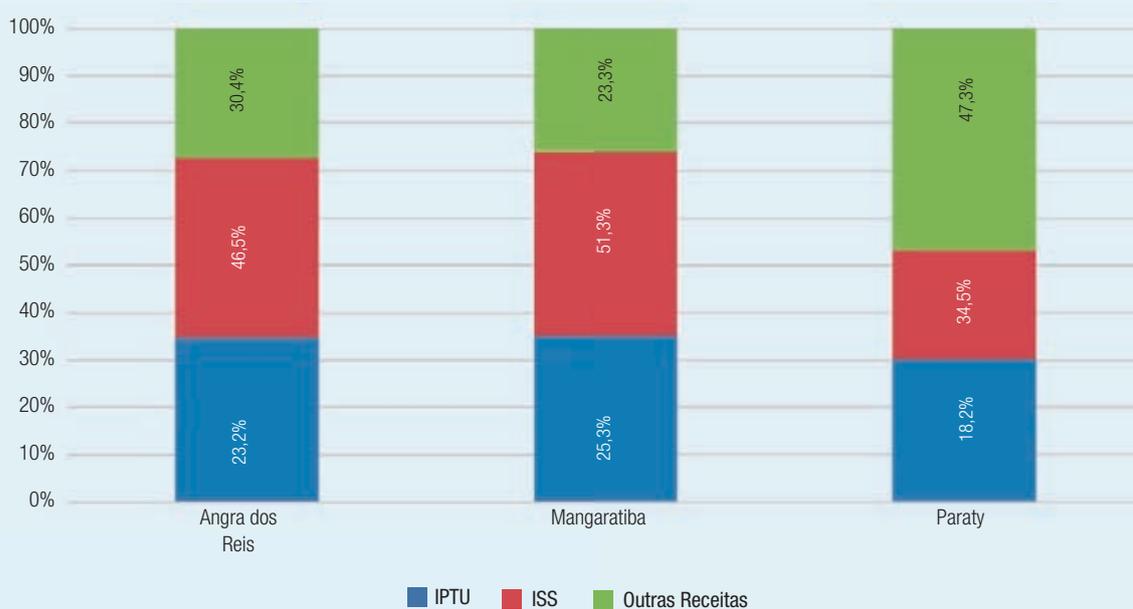


FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

18 GRÁFICO

Distribuição (%) do IPTU e do ISS na Receita Tributária (2012)



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Royalties

Conforme a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), as receitas provenientes dos *royalties* da produção de petróleo e gás natural são uma compensação financeira devida ao estado brasileiro pelas empresas produtoras no território nacional. Trata-se de uma remuneração à sociedade brasileira pela exploração desses recursos não renováveis (esgotáveis ou finitos) que, dentre outras participações governamentais, são previstos no regime de concessão (Lei nº 9.478/1997 – Lei do Petróleo), na cessão onerosa de direitos de exploração e produção à Petrobras (Lei nº 12.276/2010) ou no regime de partilha da produção nas áreas do pré-sal e outras áreas estratégicas (Lei nº 12.351/2010) – ANP (2014).

Os *royalties* incidem sobre o valor da produção do campo e são recolhidos mensalmente pelas empresas concessionárias por meio de pagamentos efetuados à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), até o último dia do mês seguinte àquele em que ocorreu a produção. A STN repassa os *royalties*, com base nos cálculos efetuados pela ANP, aos beneficiários: estados e municípios brasileiros, Comando da Marinha, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e Fundo Especial, sendo este administrado pelo Ministério da Fazenda (MF) – ANP (2014).

Os contratos de concessão preveem alíquotas de *royalties* que variam de 5% a 10%, sendo que os primeiros 5% são distribuídos conforme o Art. 48 da Lei nº 9.478/1997¹² (o qual mantém os critérios de distribuição previstos na Lei nº 7.990/1989), enquanto o percentual excedente aos 5% é distribuído conforme o Art. 49 da Lei nº 9.478/1997. O valor dos *royalties* a ser pago pelos concessionários é obtido multiplicando-se três fatores:

- Alíquota dos *royalties* do campo produtor, que pode variar de 5% a 10%;
- A produção mensal de petróleo e gás natural produzidos pelo campo;
- O preço de referência destes hidrocarbonetos no mês, como determinam os artigos 7º e 8º do Decreto nº 2.705/1998, que regulamentou a Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo).

As alíquotas e os beneficiários da distribuição dos *royalties* são apresentados a seguir, consoante as respectivas legislações.

¹¹ <http://www.anp.gov.br/?pg=69709&m=royalties&t1=&t2=royalties&t3=&t4=&ar=0&ps=1&cachebust=1393441946434>.

¹² A Lei nº 12.734, de 30 de novembro de 2012, que modifica as Leis nº 9.478/1997 e nº 12.351/2010, "determina novas regras de distribuição entre os entes da Federação dos *royalties* e da participação especial devidos em função da exploração de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, e aprimora o marco regulatório sobre a exploração desses recursos no regime de partilha". Contudo, os efeitos desta Lei encontram-se suspensos até o momento de elaboração deste documento, devido à liminar concedida na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.917.

Parcela de 5% (Lei nº 7.990/1989 e Decreto nº 1/1991):

LAVRA EM TERRA

- 70% Estados produtores;
- 20% Municípios produtores;
- 10% Municípios com instalações de embarque/desembarque de petróleo e gás natural.

LAVRA NA PLATAFORMA CONTINENTAL

- 30% Estados confrontantes com poços;
- 30% Municípios confrontantes com poços e respectivas áreas geoeconômicas;
- 20% Comando da Marinha;
- 10% Fundo Especial (estados e municípios);
- 10% Municípios com instalações de embarque/desembarque de petróleo e gás natural.

Parcela acima de 5% – Lei nº 9.478/1997 e Decreto nº 2.705/1998:

LAVRA EM TERRA

- 52,5% Estados produtores;
- 25% Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);
- 15% Municípios Produtores;
- 7,5% Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

LAVRA NA PLATAFORMA CONTINENTAL

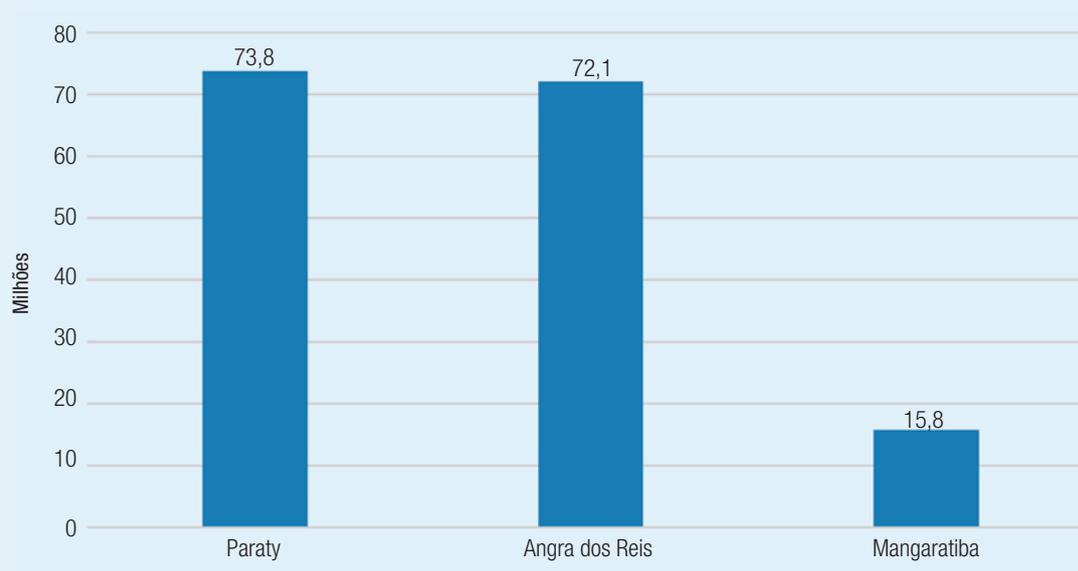
- 25% Ministério da Ciência e Tecnologia;
- 22,5% Estados confrontantes com campos;
- 22,5% Municípios confrontantes com campos;
- 15% Comando da Marinha;
- 7,5% Fundo Especial (estados e municípios);
- 7,5% Municípios afetados por operações nas instalações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural.

Em 2013, o montante da receita aferida com *royalties* da produção de petróleo e gás natural no Estado do Rio de Janeiro e destinada aos municípios da Região da Costa Verde foi de aproximadamente R\$ 161,7 milhões, sendo o quarto maior valor dentre as oito regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro.

Observa-se no Gráfico 19 que, em 2013, dentre os municípios da Costa Verde, Paraty recebeu o maior valor acumulado de *royalties* (R\$ 73,8 milhões, aproximadamente). Cabe ressaltar ainda que, Paraty e Angra dos Reis ocuparam respectivamente a 11^a e 12^a posições entre os municípios fluminenses que receberam *royalties* em 2013.

GRÁFICO 19

Royalties da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região da Costa Verde (2013)



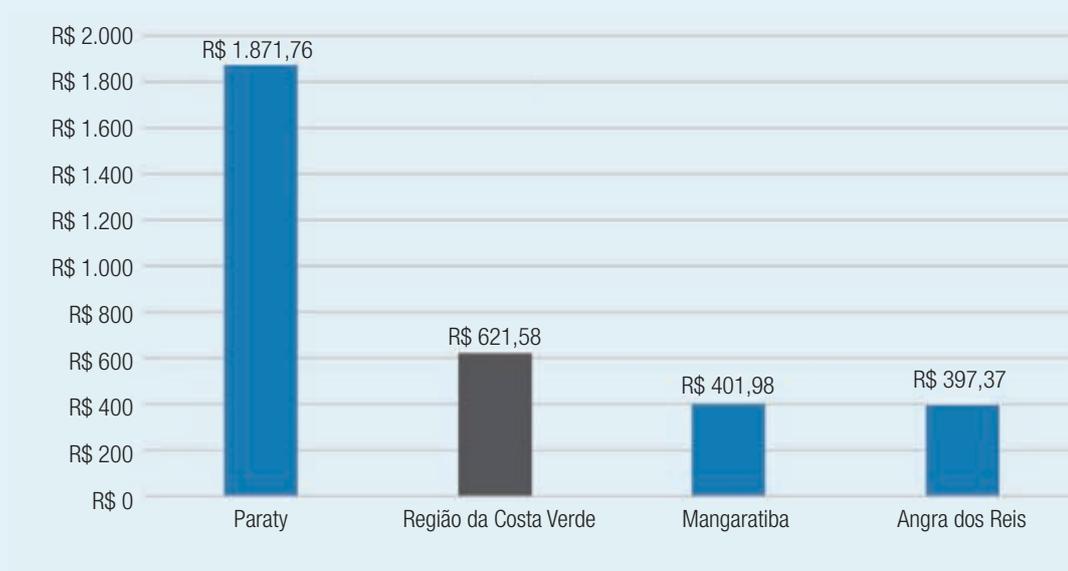
FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) – janeiro de 2014.

Em termos per capita, Paraty, município com o segundo menor contingente populacional da região, obteve R\$ 1.871,76 em *royalties* por residente, mais do que o quádruplo verificado em Mangaratiba, que vem em seguida com R\$ 401,98 (Gráfico 20).

20

GRÁFICO

Royalties Per Capita da Produção de Petróleo e Gás Natural no Estado do Rio de Janeiro Pagos aos Municípios da Região da Costa Verde (2013)



FONTE: Agência Nacional de Petróleo (ANP) – janeiro de 2014.

5.3 RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Refere-se ao somatório das receitas correntes, consideradas as deduções previstas em lei, e serve de base para cálculo dos limites de gastos com pessoal, da dívida consolidada líquida, das contratações de operações de crédito (empréstimos de longo prazo) e da concessão de garantias.¹³

No que se refere à despesa total com pessoal, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina dois limites distintos: para a União, o limite máximo é de 50% da receita corrente líquida. Nos estados e municípios, o limite é de 60% da RCL¹⁴.

RCL serve de base de cálculo para limites de: gastos com pessoal, DCL, contratações de operações de crédito e concessão de garantias.

Em relação à dívida consolidada pública¹⁴, esta não deverá ultrapassar o limite máximo de 2 vezes a RCL para os estados e Distrito Federal e 1,2 vezes para os municípios.¹⁵

O montante global das operações realizadas em um exercício financeiro não poderá exceder 16% da RCL¹⁶. O comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada, inclusive relativos a valores a desembolsar de operações de crédito já contratadas e a contratar, não poderá ser superior a 11,5% da RCL¹⁷. O saldo devedor das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária não poderá exceder,

no exercício em que estiver sendo apurado, a 7% da RCL¹⁸.

No que tange ao saldo global das garantias concedidas pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, não poderá ser superior a 22% da RCL¹⁹. Esse limite poderá ser elevado para 32%, desde que, cumulativamente, quando aplicável, o garantidor: não tenha sido chamado a honrar, nos últimos 24 meses, a contar do mês da análise, quaisquer garantias anteriormente prestadas; esteja cumprindo o limite da dívida consolidada líquida; esteja cumprindo os limites de despesa com pessoal; e esteja cumprindo o Programa de Ajuste Fiscal acordado com a União.

13 Segundo o art. 2º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) –, a receita corrente líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos: a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições para a previdência social do empregador incidente sobre prestação de serviço de terceiros e a contribuição à previdência feita pelo trabalhador e também as contribuições para o PIS (Programa de Integração Social); b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional; e c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira entre diferentes sistemas de previdência. A apuração é feita somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

14 A dívida consolidada compõe-se de: dívida mobiliária; dívida contratual; precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive); operações de crédito inferiores a 12 meses; parcelamento com a União de tributos federais, contribuições sociais, do FGTS; e outras dívidas.

15 Art. 3º da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.

16 Inciso I do art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

17 Inciso II do art. 7º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

18 Art. 10º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

19 Art. 9º da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

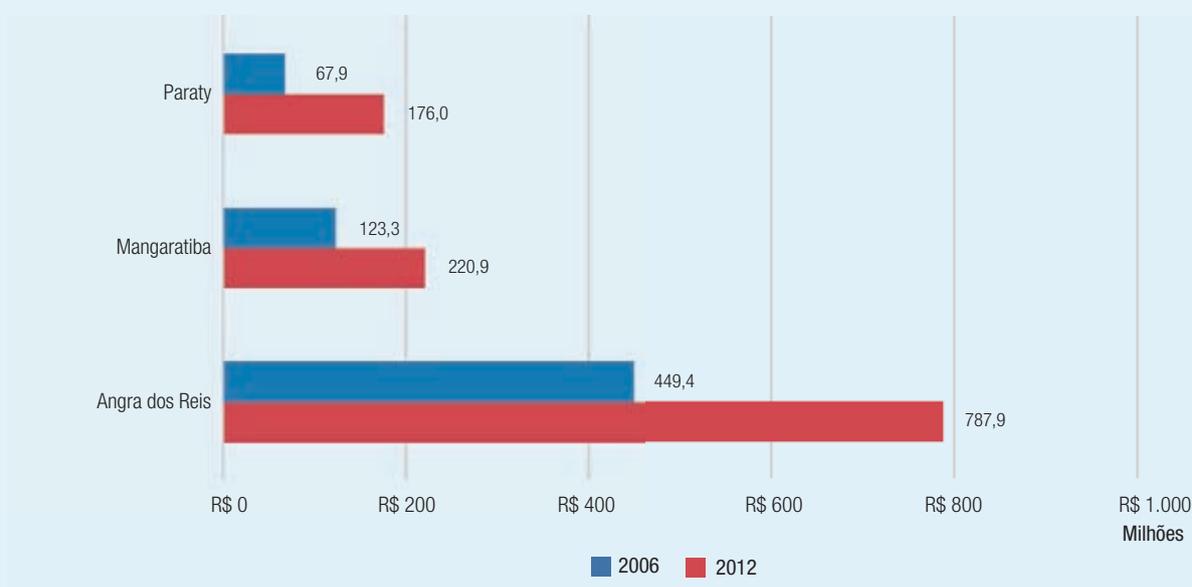
A RCL de Paraty apresentou crescimento real de 159%, de 2006 para 2012.

Em 2012, o município Angra dos Reis apresentou a maior RCL da Região da Costa Verde, com valor aproximado de R\$ 788 milhões, conforme Gráfico 21. Isso equivale a dizer que somente Angra dos Reis possui mais de

66% das RCLs da região. Entre 2006 e 2012, o maior aumento foi observado em Paraty (159%, passando de R\$ 68 milhões, em 2006, para R\$ 176 milhões, em 2012)²⁰.

21 GRÁFICO

Receita Corrente Líquida, em Milhões de R\$ (2006 e 2012)



FONTE: TCE-RJ.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

Nota-se no Gráfico 22 que, em 2012, a RCL per capita de Mangaratiba (R\$ 5.782,52) foi a maior da região. Novamente

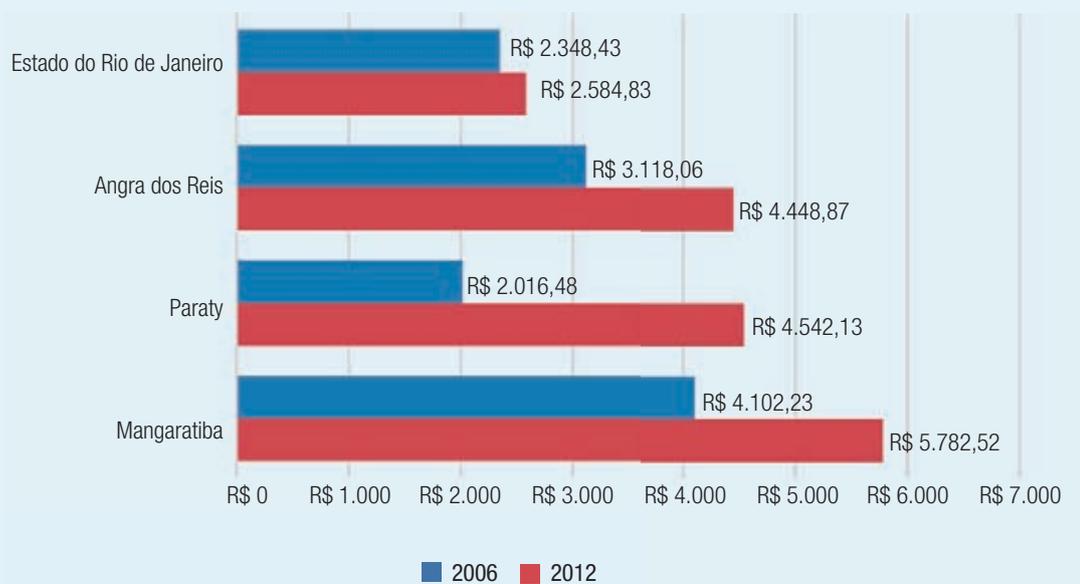
Paraty apresentou maior crescimento, entre 2006 e 2012, com 125,2% de crescimento.

De 2006 para 2012, a RCL per capita de Paraty aumentou 125,2%.

²⁰ A evolução das receitas sobre os orçamentos, entre 2006 e 2012, são apresentadas de forma completa no Apêndice 4 do presente trabalho.

Receita Corrente Líquida Per Capita, em R\$ (2006 e 2012)

GRÁFICO 22



FONTE: TCE-RJ, Sefaz-RJ e IBGE.

NOTA: valores mensais da receita corrente líquida atualizados pelo IPCA para 2012.

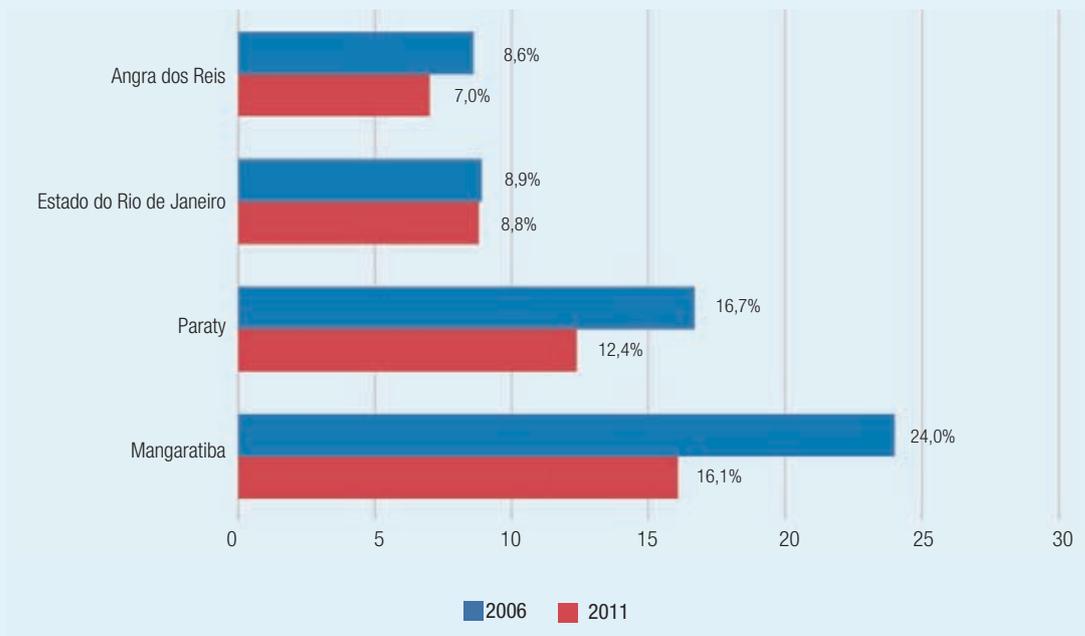
Conforme se constata no Gráfico 23, os três municípios da Região da Costa Verde apresentaram diminuição na RCL proporcionalmente ao PIB, entre 2006 e 2011. Evidenciando que no período a geração e a obtenção de receitas nestes municípios

foram inferiores ao crescimento do PIB. Destaque para o aumento no PIB de Mangaratiba, que no período apresentou crescimento de 116%, enquanto a RCL aumentou 44,6%, implicando em maior redução da relação entre RCL e PIB.

De 2006 para 2011, a relação RCL/PIB apresentou redução nos três municípios.

23 GRÁFICO

RCL/PIB (%) (2006 e 2011)



FONTE: TCE-RJ, Sefaz-RJ e IBGE.

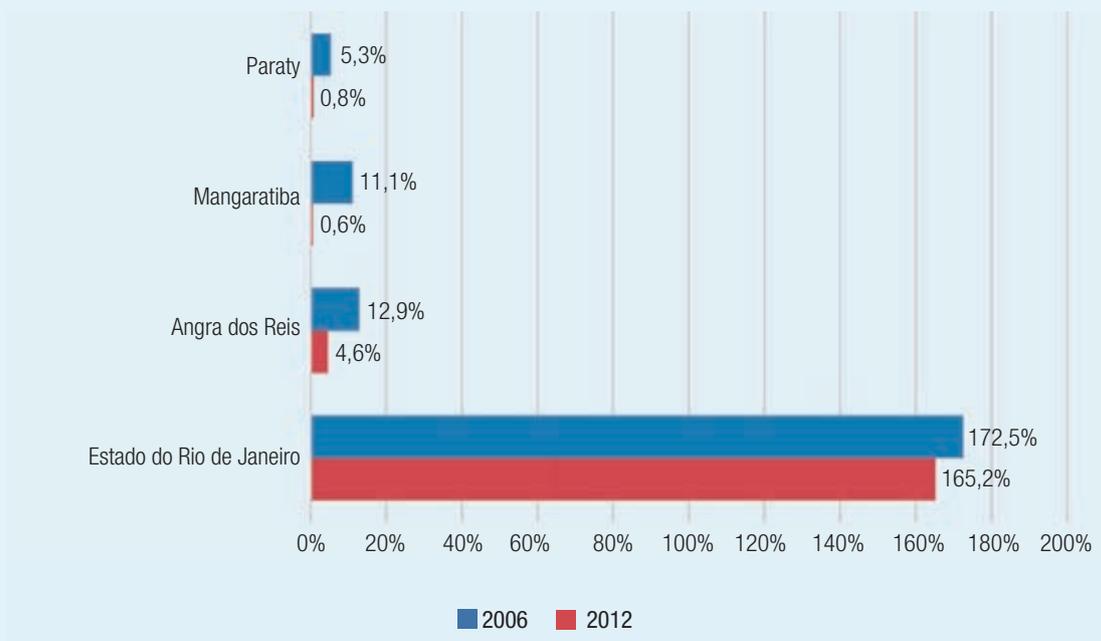
NOTA: valores mensais da RCL atualizados pelo IPCA para 2012 e do PIB atualizados pelo deflator implícito do PIB nacional para 2012.

Os três municípios da Costa Verde respeitaram o limite máximo definido pelo Senado Federal para DCL/RCL.

A análise do Gráfico 24 mostra que na comparação com 2006, a relação entre DCL/RCL apresentou redução nos três municípios. Vale ressaltar, a diminuição da DCL em relação a RCL no período analisado em Mangaratiba, passando de 11,1% em 2006 para 0,6% em 2012, redução de 10,5 pontos percentuais.

DCL/RCL (%) (2006 e 2012)

GRÁFICO 24



FONTE: TCE-RJ e Sefaz-RJ.

5.4 DESPESA²¹

Procurou-se neste trabalho expurgar os valores registrados nas operações intraorçamentárias, visando não contabilizar o repasse das prefeituras às suas administrações indiretas, evitando, desse modo, superestimação das despesas públicas. Todavia, no ano de 2006, os balanços orçamentários dos três municípios não discriminam tais despesas intraorçamentárias.

Gasto com pessoal é mais relevante dentre as categorias nos três municípios.

De acordo com o Gráfico 25, a maior participação do gasto com pessoal em relação à despesa total, em 2012, foi observada em Angra dos Reis (55,7%), seguida por Mangaratiba (52,3%) e por Paraty

(52%). Já o custeio respondeu, em média, por 45,8% da despesa total em Mangaratiba (maior participação entre os municípios da região).²²

²¹ Esses dados são apresentados de forma completa no Apêndice 4.

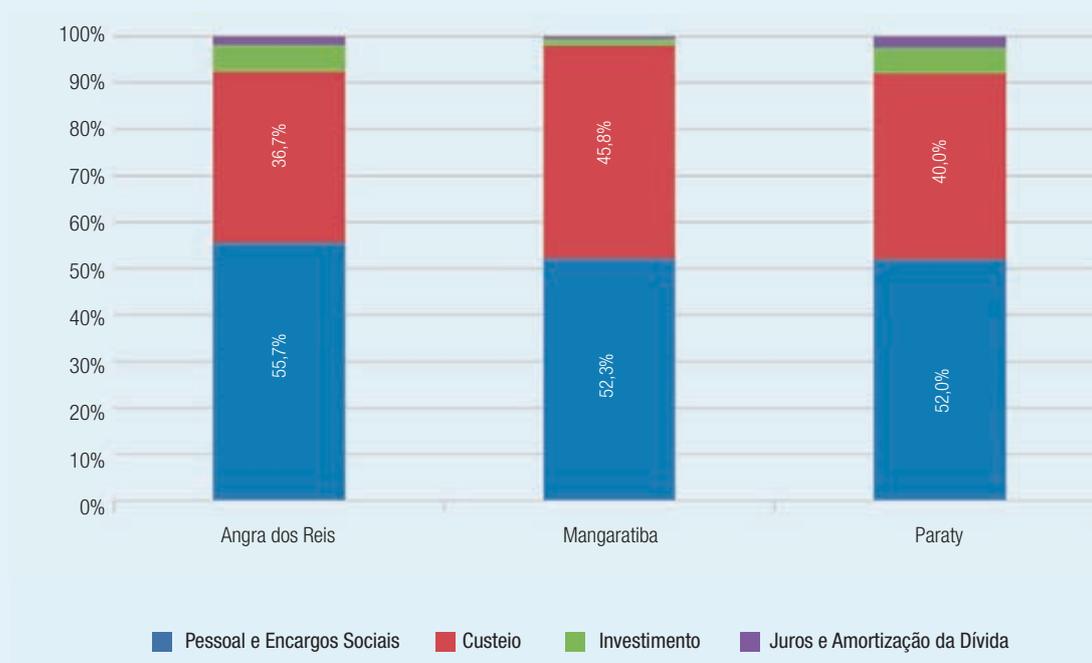
²² No Apêndice 5, encontram-se os dados de forma completa.

De 2006 para 2012, Paraty, Mangaratiba e Angra dos Reis apresentaram aumentos respectivos de 168,4%, 119,6% e 88,5%²³ nos gastos com pessoal. Paraty também obteve maior aumento em despesas com custeio (160,9% no período).

Já investimentos diminuíram nos três municípios: Mangaratiba (-67,1%), Paraty (-46,3%) e Angra dos Reis (-35,6%). As despesas com juros e amortizações da dívida em Paraty ampliaram-se em 1.132,1% nesse mesmo período.

25 GRÁFICO

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica na Despesa Total (2012)



FONTE: TCE-RJ.

²³ A evolução das despesas encontra-se apresentada no Apêndice 6.

5.5 OUTROS INDICADORES FINANCEIROS

De forma complementar à análise até então desenvolvida, a presente seção tem como objetivo identificar e analisar alguns indicadores financeiros trabalhados pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) voltados para os municípios. Estes indicadores,

baseados nas prestações de contas de administração financeira encaminhadas pelos municípios ao TCE e/ou à Secretaria de Fazenda do Governo do Estado do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), encontram-se discriminados no Quadro 1, o qual também dispõe as relações e descrições de cada indicador.

QUADRO 1

Descrição dos Indicadores Financeiros Selecionados

Indicador	Relação	Descrição
Equilíbrio orçamentário	Receita realizada/despesa executada	Demonstra, em um dado período, o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada do município.
Autonomia financeira	Receita tributária própria/despesas de custeio	Mede a contribuição da receita tributária própria do município no atendimento as suas despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.
Investimentos per capita	Investimentos/população do município	Demonstra o quanto de investimentos públicos aplicados, em dado período, se traduziriam em benefícios para cada cidadão.
Grau de investimento	Investimentos/receita total	Reflete a parcela de contribuição da receita total na execução dos investimentos realizados pelo município.
Liquidez corrente	Ativo financeiro /passivo financeiro	Mede a capacidade do município de cumprir suas obrigações consoante às disponibilidades monetárias do município em um mesmo exercício fiscal.

FONTE: baseado nos Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Angra dos Reis e Paraty apresentaram superávit de execução orçamentária em 2012.

A Tabela 53 revela que, em 2012, Angra dos Reis e Paraty apresentaram superávit de execução orçamentária, tendo Angra dos Reis se destacado com índice de 1,1125, o que significa que, para cada R\$ 100,00 de despesa executada,

o município possui R\$ 111,25 de receita. Por outro lado, Mangaratiba vem apresentando déficit desde 2010 – índice registrado abaixo de 1 – tendo sido o de 2012 (0,9384) o menor observado nestes mesmos anos.

53 TABELA

Indicador de Equilíbrio Orçamentário (2007 a 2012)

Equilíbrio Orçamentário	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Angra dos Reis	1,1237	1,0588	0,9835	1,0832	1,0573	1,1125
Paraty	0,9765	1,2480	1,0617	0,7835	0,8687	1,1302
Mangaratiba	1,0845	1,0022	1,0277	0,9866	0,9842	0,9384

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Os dados da Tabela 54 mostram que nenhum dos três municípios da Costa Verde possui autonomia financeira, tendo em vista que suas receitas tributárias próprias são insuficientes para cobrir as despesas de custeio, ou seja, o atendimento das despesas com manutenção da máquina administrativa. Nos seis anos apurados, chama a atenção os baixos índices apresentados, em que nenhum município obteve resultado superior a 30% de cobertura, refletindo a grande disparidade entre o volume de receita tributária própria e os gastos de custeio executados em dado exercício fiscal.

Os municípios da Costa Verde refletem uma situação de alta dependência de outras receitas não próprias. Em 2012, por exemplo, Angra dos Reis foi o município que apresentou o melhor índice, com autonomia financeira de apenas 22,4%. Em todo o período apurado, o melhor resultado havia sido computado pelo município de Mangaratiba no ano de 2011 (28,6% de autonomia). Por outro lado, Paraty apresentou índice de apenas 16,3%, tendo sido o menor registrado em 2012. Este mesmo município obteve o menor índice do período (10,3% em 2010) dentre os três municípios da região, fechando 2012 com índice de 12,6%.

Nenhum município apresentou autonomia financeira acima de 30%.

TABELA 54

Indicador de Autonomia Financeira (2007 a 2012)

Autonomia Financeira	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Angra dos Reis	0,239	0,200	0,204	0,212	0,210	0,224
Mangaratiba	0,251	0,243	0,262	0,254	0,286	0,215
Paraty	0,150	0,172	0,119	0,103	0,129	0,163

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Paraty se destacou com maior valor no indicador de investimento per capita.

Observa-se na Tabela 55 que, em 2012, cada residente de Paraty recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a R\$ 233,93 em benefícios diretos e indiretos. Em seguida veio Angra dos Reis (R\$ 212,84/residente) e Mangaratiba (R\$ 80,61/residente).

Chama atenção que no período compreendido entre 2007 e 2012 o índice apresentou queda nos três municípios. Em 2010, Paraty obteve o maior índice do período (R\$ 1.003,93/residente), enquanto Mangaratiba, em 2011, apresentou índice de 79,81 o menor do período.

TABELA 55

Indicador dos Investimentos Per Capita (2007 a 2012)

Investimentos Per Capita	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Paraty	402,13	485,51	676,94	1.003,93	521,90	233,93
Angra dos Reis	250,97	420,97	269,59	358,75	427,83	212,84
Mangaratiba	531,89	528,60	336,11	329,14	79,81	80,61

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Paraty também apresentou maior indicador de grau de investimento.

Os investimentos públicos em Paraty corresponderam a 5,24% da receita total do município em 2012. Em seguida vieram Angra dos Reis (4,62%) e Mangaratiba

(1,42%). Em 2010, Paraty apurou também o melhor índice de todo o período (29,68%), como mostram os dados da Tabela 56.

56 TABELA

Indicador do Grau de Investimento (2007 a 2012)

Grau de Investimento	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Paraty	21,43%	16,71%	19,18%	29,68%	14,44%	5,24%
Angra dos Reis	9,21%	13,64%	9,30%	8,81%	9,75%	4,62%
Mangaratiba	11,56%	11,94%	7,60%	7,43%	1,79%	1,42%

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

A Tabela 57 revela que, em 2012, Angra dos Reis e Paraty apresentaram perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pelas prefeituras – índice igual ou superior a 1.

Angra dos Reis se destacou com maior índice (4,76). Em outro extremo, Mangaratiba apresentou menor índice (0,96), sendo que nos anos anteriores registrou índices superiores a 1.

Angra dos Reis e Paraty apresentaram perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela prefeitura.

TABELA 57

Indicador da Liquidez Corrente (2007 a 2012)

Liquidez Corrente	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Angra dos Reis	3,05	4,05	2,66	3,36	3,31	4,76
Paraty	1,24	2,75	2,15	1,06	0,61	2,12
Mangaratiba	1,77	3,48	3,06	3,02	1,71	0,96

FONTE: Estudos Socioeconômicos dos Municípios (TCE, 2012).

Infraestrutura



Os dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro consideram tanto o consumo de energia elétrica adquirida diretamente do sistema (energia distribuída pelas concessionárias) como aquela oriunda de autoprodução.



Na presente seção analisam-se dados do consumo de energia elétrica dos municípios da Região da Costa Verde e do total do Estado do Rio de Janeiro, relativos ao ano de 2012, segundo o Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços (Sedeis), bem como o Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro, organizado pela Fundação Ceperj.

Ambas as fontes baseiam-se em informações encaminhadas pelas concessionárias Light Serviços de Eletricidade S.A., Ampla Energia e Serviços S.A. e Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A. Os dados do Balanço Energético do Estado do Rio de Janeiro consideram tanto o consumo de energia elétrica adquirida diretamente do sistema (energia distribuída pelas concessionárias) como aquela oriunda de autoprodução. Já as informações organizadas pela Fundação Ceperj consideram apenas a energia distribuída pelas concessionárias.

6.1 CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

As distribuições do consumo (em megawatt-hora – MWh) e das unidades de consumo nas oito regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), em 2012, estão apresentadas no Gráfico 26. A Região da Costa Verde representou 2,8% do consumo do ERJ e 2,1% das unidades

de consumo, tendo ocupado a quinta posição em consumo com aproximadamente 1,4 TWh²⁴, no ano de 2012. Entretanto, ocupou a sétima posição em número de unidades de consumo nesse mesmo ano.

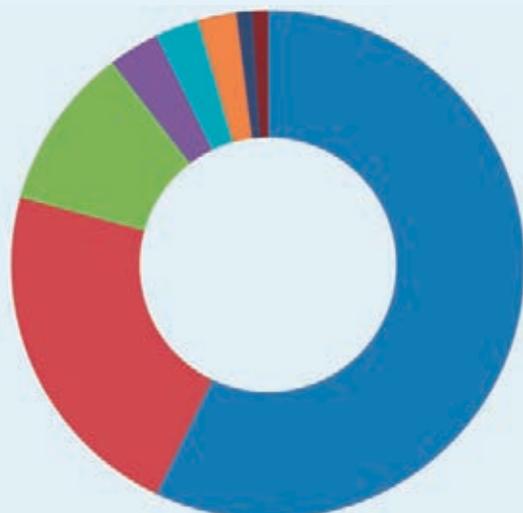
Em 2012, a Região da Costa Verde ocupou a quinta posição em consumo de energia elétrica no ERJ.

²⁴ 1 terawatt-hora (TWh) = 10⁶ megawatt-hora (MWh).

GRÁFICO

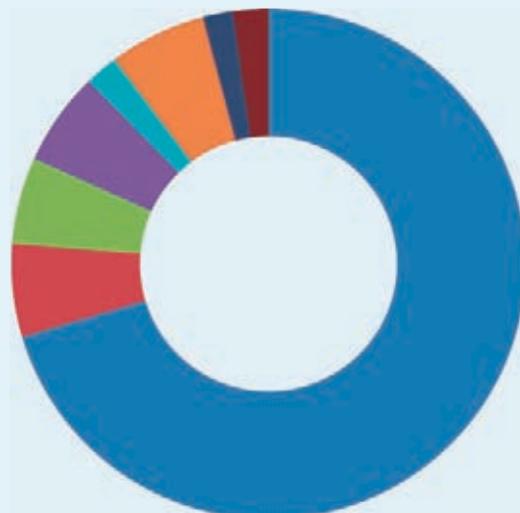
Distribuições (%) do Consumo e das Unidades de Consumo de Energia Elétrica Segundo as Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro (2012)

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica (MWh)



57,20%	● Região Metropolitana
22,10%	● Região Norte Fluminense
10,40%	● Região do Médio Paraíba
3,20%	● Região Serrana
2,80%	● Região da Costa Verde
2,40%	● Região das Baixadas Litorâneas
1,01%	● Região Centro-Sul Fluminense
0,96%	● Região Noroeste Fluminense

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica



70,30%	● Região Metropolitana
6,10%	● Região das Baixadas Litorâneas
5,91%	● Região Serrana
5,86%	● Região Norte Fluminense
5,50%	● Região do Médio Paraíba
2,20%	● Região Noroeste Fluminense
2,10%	● Região da Costa Verde
1,90%	● Região Centro-Sul Fluminense

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013) e Fundação Ceperj (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: (1) As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

(2) Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

O mercado consumidor de energia elétrica da Região da Costa Verde teve predomínio do setor energético (915.515 MWh), seguido pelos setores residencial

(245.776 MWh), comercial (102.053 MWh) e industrial (99.617 MWh), conforme a Tabela 58.

O consumo de energia elétrica da Região da Costa Verde, em 2012, estava concentrado no setor energético.

TABELA

58

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2012)

SETOR	CONSUMO (MWh)
Consumo Final Total	1.417.599
Energético	915.515
Residencial	245.776
Comercial	102.053
Público	52.231
Agropecuário	2.407
Industrial ²⁵	99.617
Extração e Tratamento de Minerais	43.592
Equipamentos de Transporte (Exceto Veículos Automotores)	40.286
Produtos Alimentícios	2.923
Minerais Não Metálicos	1.070
Cerâmica	24
Outros Minerais Não Metálicos	1.046
Obras de Infraestrutura	118
Outras Indústrias	11.628

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013).

O elevado consumo de energia elétrica da região se deve às operações das usinas nucleares em Angra dos Reis.

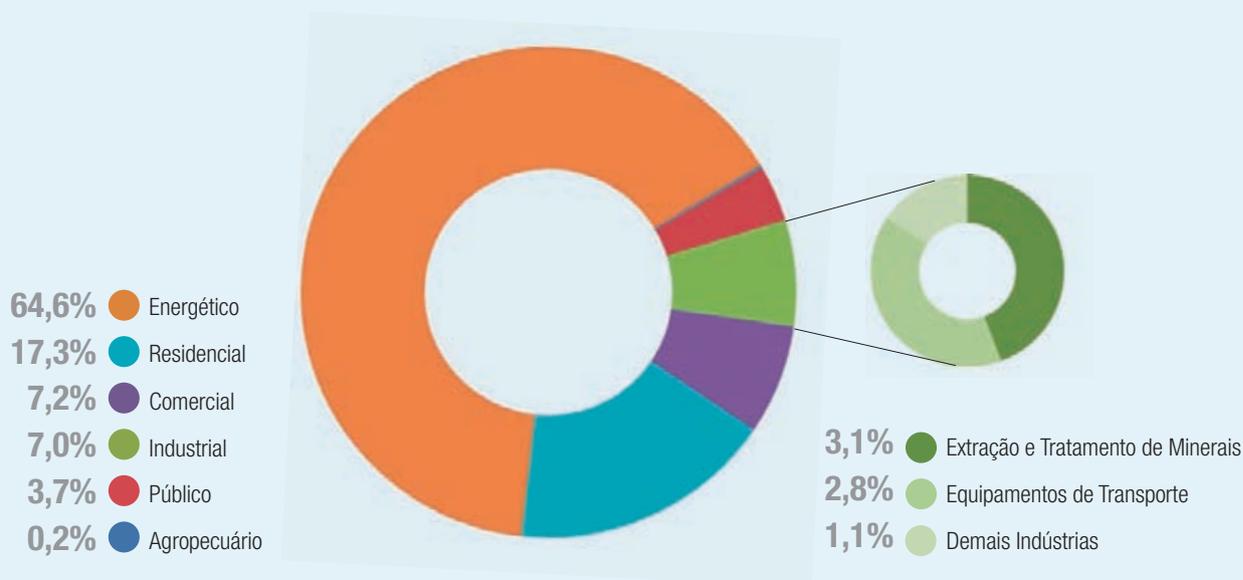
Grande parte do consumo de energia elétrica da Costa Verde se deve principalmente às usinas nucleares localizadas em Angra dos Reis. De fato, como mostram os dados do Gráfico 27, nesse mesmo ano de 2012, o setor energético foi responsável por aproximadamente 65% de todo o consumo regional de energia elétrica. Coube ao setor residencial a segunda maior parcela (17,3%) do consumo regional de energia elétrica nesse mesmo ano, ficando o setor de comércio

e serviços na terceira posição com 7,2%. Já o setor industrial ocupou a quarta posição, respondendo por 7% do consumo de energia elétrica da região. Neste setor, chamam atenção as participações apresentadas pelos subsetores extração e tratamento de minerais e equipamentos de transporte (exceto veículos automotores) com respectivamente 3,1% e 2,8%, proporcionalmente ao consumo final total.

²⁵ As atividades industriais encontram-se discriminadas no Apêndice 1.

27 GRÁFICO

Participação (%) do Consumo Setorial de Energia Elétrica no Consumo Final da Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro (2012)



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: as "Demais Indústrias" incluem: minerais não metálicos; siderúrgico/metalúrgico; produtos alimentícios; bebidas; têxtil; confecção; papel e celulose; impressão e reprodução de gravações; química; farmoquímicos e farmacêuticos; borracha e material plástico; produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos); máquinas, aparelhos e materiais elétricos; máquinas e equipamentos; veículos automotores; obras de infraestrutura; entre outras.

Focando a análise do consumo de energia elétrica considerando apenas a energia elétrica distribuída pelas concessionárias (excluindo-se, portanto, àquela energia de autoprodução) as informações trabalhadas na sequência foram desagregadas para os quatro principais setores de consumo regional: residencial, industrial, comercial, agropecuário. Setores como público e energético foram considerados como "Outros".

O setor residencial caracteriza-se pelo fornecimento de energia elétrica às unidades consumidoras com fim residencial, excetuando-se o rural residencial.

O setor industrial refere-se ao fornecimento àquelas unidades onde sejam exercidas quaisquer atividades industriais. Já o setor comercial caracteriza-se pelo fornecimento às unidades de consumo onde sejam exercidas as atividades comerciais e de serviços. O fornecimento às unidades consumidoras onde se desenvolvem atividades rurais, compete ao setor agropecuário. Estas definições encontram-se no Anuário Estatístico de Energia Elétrica (2013), publicado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE (EPE, 2013).

A Tabela 59 revela que o maior consumo de energia elétrica (MWh) da região, distribuída pelas concessionárias, encontra-se no setor residencial (245.776 MWh), seguido por comercial (102.053 MWh) e por industrial (99.617 MWh).

O maior consumo de energia elétrica (MWh) distribuída pelas concessionárias da Região da Costa Verde compete ao setor residencial.

TABELA 59

Consumo de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
ERJ	Ampla/Energisa/Light	35.762.621	12.837.479	7.853.420	9.778.617	291.922	5.001.183
Região da Costa Verde	Ampla	502.686	245.776	99.617	102.053	2.407	52.833
Angra dos Reis	Ampla	312.984	154.350	53.567	70.776	1.008	33.282
Mangaratiba	Ampla	123.705	50.263	45.749	14.890	595	12.208
Paraty	Ampla	65.996	41.164	300	16.386	804	7.342

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: as unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

Conforme a distribuição do consumo de energia elétrica para cada setor de consumo, em 2012, dentre os três municípios da região, Angra dos Reis possuía a maior parcela de consumo (MWh) nos setores comercial (69,4%),

residencial (62,8%), industrial (53,8%) e agropecuário (41,9%). Por outro lado, o município de Paraty foi o de menor participação relativa nos setores residencial e industrial, 16,7% e 0,3%, respectivamente (Tabela 60).

Em 2012, Angra dos Reis possuía o maior percentual de consumo (MWh) de eletricidade distribuída nos setores comercial, residencial, industrial e agropecuário com relação à Região da Costa Verde.

60 TABELA

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região da Costa Verde	Ampla	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	Ampla	62,3%	62,8%	53,8%	69,4%	41,9%	63,0%
Mangaratiba	Ampla	24,6%	20,5%	45,9%	14,6%	24,7%	23,1%
Paraty	Ampla	13,1%	16,7%	0,3%	16,1%	33,4%	13,9%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: as unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

Em 2012, houve predomínio de consumo de energia elétrica distribuída no setor residencial nos três municípios da região.

Observa-se na Tabela 61 que, em 2012, o consumo (MWh) do setor residencial foi superior ao dos demais setores nos três municípios, com percentuais de 62,4% em Paraty, 49,3% em Angra dos Reis

e 40,6% em Mangaratiba. Ainda no município de Mangaratiba, o setor industrial também se destacou sobre o total do consumo municipal (37%).

61 TABELA

Distribuição (%) do Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região da Costa Verde	Ampla	100,0%	48,9%	19,8%	20,3%	0,5%	10,5%
Angra dos Reis	Ampla	100,0%	49,3%	17,1%	22,6%	0,3%	10,6%
Mangaratiba	Ampla	100,0%	40,6%	37,0%	12,0%	0,5%	9,9%
Paraty	Ampla	100,0%	62,4%	0,5%	24,8%	1,2%	11,1%

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: as unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica.

A Região da Costa Verde, em 2012, reunia 138.748 de unidades de consumo.

A maior quantidade de unidades de consumo de energia elétrica da Região da Costa Verde encontra-se no setor residencial (128.698), seguida pelo comercial (7.372), como pode ser observado pelos dados apresentados na Tabela 62.

As unidades de consumo de energia elétrica são entendidas como os consumidores de energia elétrica, ou seja, residências, estabelecimentos industriais e comerciais, propriedades rurais, etc.

TABELA 62

Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
EERJ	Ampla/Energisa/Light	6.535.025	5.945.686	15.983	466.976	75.518	30.862
Região da Costa Verde	Ampla	138.748	128.698	218	7.372	1.082	1.378
Angra dos Reis	Ampla	84.964	78.532	175	5.049	424	784
Mangaratiba	Ampla	35.014	33.269	18	1.154	282	291
Paraty	Ampla	18.770	16.897	25	1.169	376	303

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A..

NOTA: (1) As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. (2) Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

O município de Angra dos Reis possuía, em 2012, o maior percentual de unidades de consumo nos setores residencial, industrial, comercial e agropecuário com relação à Região da Costa Verde.

Em 2012, dentre os três municípios da Região da Costa Verde, o de Angra dos Reis possuía o maior número de unidades de consumo da região, ao todo 84.964 unidades. Este número representou 61,2% do total de unidades da região e apenas 1,3%

do total de unidades do ERJ. Este mesmo município possuía, em 2012, a maior parcela de unidades de consumo nos setores residencial (61%), industrial (80,3%), comercial (68,5%) e agropecuário (39,2%) – Tabela 63.

63 TABELA

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Setores de Consumo na Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região da Costa Verde	Ampla	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Angra dos Reis	Ampla	61,2%	61,0%	80,3%	68,5%	39,2%	56,9%
Mangaratiba	Ampla	25,2%	25,9%	8,3%	15,7%	26,1%	21,1%
Paraty	Ampla	13,5%	13,1%	11,5%	15,9%	34,8%	22,0%

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: (1) As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. (2) Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

De acordo com a Tabela 64, as unidades de consumo residenciais foram predominantes nas três localidades, remontando a uma participação média regional de 92,8%. O município de Mangaratiba se destacou, pois apresentou percentual de unidades

de consumo residenciais sobre o total municipal de 95%.

Vale destacar ainda o município de Paraty, que apresentou as participações municipais mais elevadas nos setores comercial (6,2%) e agropecuário (2%).

Em 2012, houve predomínio de unidades de consumo residenciais nos municípios da região.

TABELA 64

Distribuição (%) das Unidades de Consumo de Energia Elétrica por Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Unidades de Consumo de Energia Elétrica					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
Região da Costa Verde	Ampla	100,0%	92,8%	0,2%	5,3%	0,8%	1,0%
Angra dos Reis	Ampla	100,0%	92,4%	0,2%	5,9%	0,5%	0,9%
Mangaratiba	Ampla	100,0%	95,0%	0,1%	3,3%	0,8%	0,8%
Paraty	Ampla	100,0%	90,0%	0,1%	6,2%	2,0%	1,6%

FONTE: Sedes/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Ampla Energia e Serviços S.A.

NOTA: (1) As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. (2) Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

Os consumos médios de energia elétrica (MWh) no ano de 2012, distribuída pelas concessionárias, são apresentados na Tabela 65. Estes foram obtidos dividindo-se o consumo de energia elétrica (MWh) pelas respectivas unidades de consumo conforme os setores econômicos analisados. De acordo com a referida tabela, em 2012, o consumo total médio de energia elétrica (MWh) do município de Angra dos Reis (3,7 MWh) foi superior à média da Região da Costa Verde (3,6 MWh). Todos os demais municípios registraram média de consumo inferior a média regional.

No setor residencial o valor médio mais significativo ocorreu no município de Angra dos Reis, onde o consumo médio residencial de energia elétrica foi de 2 MWh, superior à média regional (1,9 MWh) por residência faturada.

Já o consumo médio industrial de energia elétrica em Mangaratiba (2.541,6 MWh) se sobressaiu por deter consumo bem superior à média regional (457 MWh) e ao ERJ (491,4 MWh).

O consumo total médio de energia elétrica de Angra dos Reis superou ao consumo total médio da região, em 2012.

65 TABELA

Consumo Médio Anual de Energia Elétrica (MWh) por Setores de Consumo nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

Regiões de Governo	Empresa Concessionária	Consumo Médio de Energia Elétrica (MWh)					
		Total	Residencial	Industrial	Comercial	Agropecuário	Outros
ERJ	Ampla/Energisa/Light	5,5	2,2	491,4	20,9	3,9	162,1
Região da Costa Verde	Ampla	3,6	1,9	457,0	13,8	2,2	38,3
Angra dos Reis	Ampla	3,7	2,0	306,1	14,0	2,4	42,5
Mangaratiba	Ampla	3,5	1,5	2.541,6	12,9	2,1	42,0
Paraty	Ampla	3,5	2,4	12,0	14,0	2,1	24,2

FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S. A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

NOTA: (1) As unidades de consumo consideram os mercados livre e cativo de energia elétrica. (2) Os dados de unidades de consumo referem-se ao mês de dezembro.

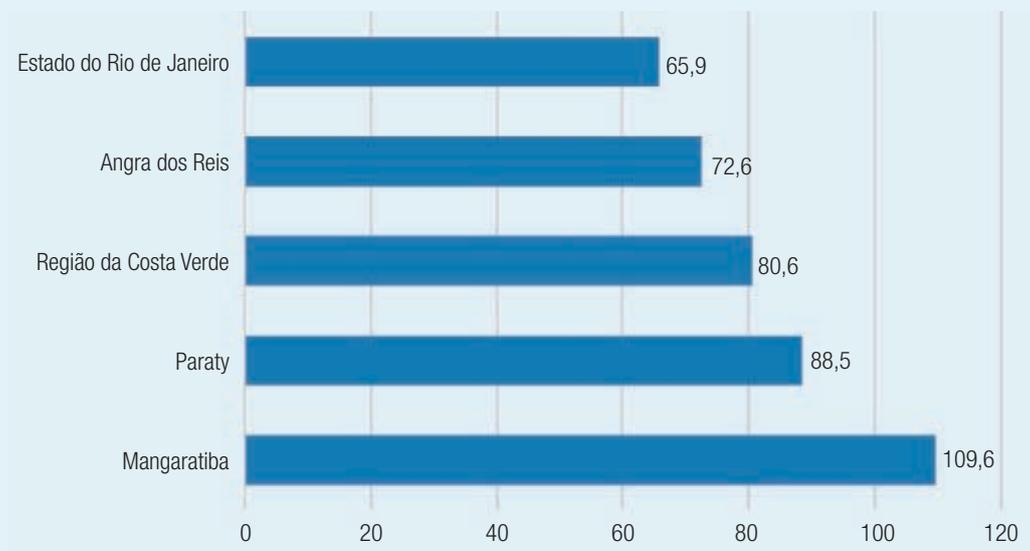
O indicador de consumo mensal per capita de energia elétrica residencial (em quilowatt-hora – kWh), representado no Gráfico 28, foi obtido dividindo-se os valores do consumo residencial de energia elétrica pela população residente estimada pelo IBGE para o ano de 2012. Nota-se que nesse mesmo ano, Mangaratiba apresentou o maior consumo

mensal per capita de energia elétrica residencial (109,6 kWh) da região. Outro município que se destacou foi Paraty (com 88,5 kWh), que apresentou também consumo superior ao da média regional (80,6 kWh). Já Angra dos Reis (72,6 kWh), obteve o menor consumo per capita da região, porém ainda assim superou o do ERJ (65,9% kWh).

Mangaratiba obteve o maior consumo mensal per capita de energia elétrica residencial da região, em 2012.

Consumo Mensal Per Capita de Energia Elétrica Residencial (kWh) nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2012)

GRÁFICO 28



FONTE: Sedeis/Balanco Energético do Estado do Rio de Janeiro (2013), a partir de dados da Light Serviços de Eletricidade S.A., da Ampla Energia e Serviços S.A. e da Energisa Nova Friburgo Distribuidora de Energia S.A.

6.2 SANEAMENTO E ÁGUA

Apenas Mangaratiba possui população beneficiada por ETEs na Região da Costa Verde.

No Quadro 2 é possível identificar as Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) localizadas nos municípios da Costa Verde, seus níveis de tratamento e o percentual da população beneficiada para o ano de 2012. O nível primário corresponde a um procedimento físico de separação da matéria poluente da água por meio de

sedimentação. Já o nível secundário é um processo biológico, no qual a matéria orgânica poluente é consumida por micro-organismos. Observa-se que dentre os três municípios localizados na Costa Verde apenas Mangaratiba possui população beneficiada pelas ETEs (11,55%), com duas estações de nível secundário.

2 QUADRO

Estações de Tratamento de Esgoto nos Municípios da Região da Costa Verde (2012)

Regiões de Governo	ETE*	Nível de Tratamento	População Beneficiada (%)
Mangaratiba	ETE Itacuruçá	secundário	0,34
	ETE Praia Grande	secundário	11,21

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

NOTAS : (1) Estão relacionadas as ETEs consideradas para o cálculo do Índice de Conservação Ambiental (ICMS Ecológico), ano fiscal 2013. (2) Foi aplicado redutor de 25% sobre as populações atendidas dos seguintes municípios devido à captação de tempo seco: Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Iguaba Grande, Nilópolis, Nova Friburgo, Petrópolis (ETE Quitandinha, ETE Palatinato, Biodigestor Nogueira), São Pedro da Aldeia, Santa Maria Madalena, Saquarema, Silva Jardim.

Ambiental (ICMS Ecológico), ano fiscal 2013.

*Estação de Tratamento de Esgoto

Costa Verde ocupa a última posição no ERJ em economias e ligações de esgoto.

Na Tabela 66 estão apresentadas as economias e ligações de esgoto, população atendida e extensão da rede de esgoto. As ligações são ramais prediais ligados à rede coletora de esgoto, já as economias são: moradias, apartamentos, unidades comerciais, salas de escritório, indústrias, órgãos

públicos e similares existentes em uma determinada edificação e que são atendidos pelos serviços de esgotamento sanitário. A Costa Verde ocupa a última posição dentre as oito regiões de governo do Estado do Rio de Janeiro em economias e ligações de esgoto.

TABELA 66

Economias e Ligações de Esgoto nos Municípios da Região da Costa Verde Fluminense (2010)

Regiões de Governo	Economias Ativas de Esgoto	Economias Residenciais Ativas de Esgoto	Ligações Ativas de Esgoto	População Total Atendida com Esgotamento Sanitário [Habitante]	Extensão da Rede de Esgoto [Km]
ERJ	3.022.388	2.765.259	1.683.329	9.062.495	14.426
Região da Costa Verde	8.042	7.338	6.945	80.857	165
Angra dos Reis	6.463	5.843	5.866	76.280	155
Mangaratiba	1.579	1.495	1.079	4.577	10

FONTE: Fundação Ceperj (2012).

6.3 TRANSPORTE

A frota veicular é um dos indicadores do grau de mobilidade urbana e da capacidade da infraestrutura das cidades. A aquisição de ciclomotores cresceu de forma intensa em todo o país e no Estado do Rio não foi diferente: entre 2010 e 2011 o emplacamento cresceu na ordem de 7%.

De 2010 para 2011 a Região da Costa Verde superou a variação do número de emplacamentos verificada no estado em mais de 4 pontos percentuais, colocando mais 558 veículos nas ruas. Até o ano de 1979 foram emplacados 645 mil carros no estado e na Região da Costa Verde, pouco mais de 4 mil. Nos vinte anos que se seguiram, os emplacamentos representaram o triplo da quantidade licenciada até então no Rio e o quádruplo na região, e,

após a virada do milênio, em 10 anos foram emplacados os mesmos dois milhões de veículos dos 20 anos anteriores, 10 mil nos três municípios da Costa Verde. Apesar da imensa maioria dos carros de 1979 não estar mais rodando, o crescimento do número de veículos emplacados de 2010 para 2011 foi de 11%, e a população residente na região aumentou em menos de 2% no mesmo período.

Na Região Costa Verde, o número de emplacamentos de veículos em 2011 é 6 vezes do que a média anual das décadas de 1980 e 1990.

O número de veículos rodando até 1979 é um parâmetro para se avaliar a quantidade de automotores em circulação atualmente nas cidades. Nas décadas de 1980 e 1990 a Região da Costa Verde emplacava em média, 852 veículos por ano, valor que passa a mais de 2.811 mil na primeira década dos anos 2000. Atinge a ordem de pouco mais de 5 mil em 2010 e, em 2011, último

dado disponível, foram emplacados 5.586 veículos na região.

O recente aumento da renda per capita e a facilidade de aquisição impulsionou a compra e conseqüentemente a taxa de emplacamento dos veículos que estão nas ruas hoje. Todos os três municípios elevaram sua taxa de emplacamento no último período considerado na Tabela 67.

67 TABELA

Veículos Emplacados, por Ano de Fabricação, aos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos Emplacados					
	Total	Ano de Fabricação				
		2011	2010	2000/2009	1980/1999	Até1979
Estado do Rio de Janeiro	5.480.245	363.624	340.709	2.059.492	2.071.263	645.157
Região da Costa Verde	60.013	5.586	5.028	28.110	17.043	4.246
Angra dos Reis	44.199	4.028	3.548	20.613	12.955	3.055
Mangaratiba	9.288	972	932	4.624	2.268	492
Paraty	6.526	586	548	2.873	1.820	699

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

Angra dos Reis concentra 74% dos veículos de passageiros da Região da Costa Verde.

Tanto no transporte de passageiros como no transporte de cargas, o município de Angra dos Reis possui quase três quartos da frota. Na Região da Costa Verde, 70% dos veículos de passageiros são automóveis particulares, 23% são motocicletas. Dada a representatividade da frota de Angra frente à região esses valores também valem para o município.

Em Paraty, devido à sua configuração urbana possui a menor frota de veículos da região e o maior percentual de motocicletas e motonetas dentre eles: 40%.

Por outro lado, em Mangaratiba o predomínio de carros é maior: 76% contra 21% de motos e motonetas. Os ônibus e micro-ônibus neste município tem a maior parcela da região: 3%.

Nas demais cidades não somam 2% de todos os veículos que transportam passageiros. Paraty é a única cidade que possui mais micro-ônibus que ônibus. No estado do Rio os automóveis representam 81% dos veículos de passageiros e as motocicletas ficam com 15% – Tabela 68.

TABELA 68

Veículos de Passageiro Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos de Passageiro Emplacados							
	Total	Automóvel	Ciclomotor	Motoneta	Motocicleta	Triciclo	Micro-ônibus	Ônibus
ERJ	4.708.949	3.821.520	1.052	115.120	693.990	2.129	32.101	43.037
Região da Costa Verde	50.781	35.465	24	2.682	11.778	31	307	494
Angra dos Reis	37.586	26.387	22	1.930	8.749	20	166	312
Mangaratiba	7.864	5.946	2	389	1.285	6	88	148
Paraty	5.331	3.132	–	363	1.744	5	53	34

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

O Código de Trânsito Brasileiro define as “camionetas” como automóveis nos quais passageiros e cargas ocupam o mesmo compartimento, com capacidade de transporte de até 1,5 toneladas. Já as ‘caminhonetes’ tem espaços de uso segmentado, para cargas de até 3,5 t. Ambos os tipos de veículos aparecem com frequências bem semelhantes nos três municípios da Região da Costa

Verde, sendo as caminhonetes mais presentes, sendo mais de 70% dos veículos de carga existentes na região.

As condições das estradas e da rede viária podem definir a maior utilização destes tipos de veículos. Os reboques somam 399 e os mil a mais somam os caminhões – Tabela 69.

Angra dos Reis concentra 74% dos veículos de cargas da Região da Costa Verde.

69 TABELA

Veículos de Carga Emplacados, por Tipo de Veículo, nos Municípios da Região da Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões de Governo	Veículos de Carga Emplacados							
	Total	Camioneta	Caminhonete	Caminhão	Reboque	Semir-reboque	Caminhão Trator	Trator de Rodas
ERJ	659.536	283.339	174.059	129.378	39.470	17.542	14.747	1.001
Região da Costa Verde	7.647	2.756	2.893	1.399	399	92	105	3
Angra dos Reis	5.584	2.002	2.074	1.064	269	80	92	3
Mangaratiba	1.158	435	498	137	70	8	10	–
Paraty	905	319	321	198	60	4	3	–

FONTE: Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN-RJ) e Fundação Ceperj (2012).

A taxa de motorização é calculada em função dos carros de passeio existentes nos municípios e a população residente, excluindo-se os outros tipos de veículo. O índice ficou 10 pontos percentuais abaixo daquele verificado no Estado do Rio de Janeiro. A média estadual é de aproximadamente 4 habitantes para cada automóvel, já na Costa Verde essa proporção é de aproximadamente um carro a cada 7 residentes, proporção que se repete em Angra e Mangaratiba.

Já Paraty possui uma das menores taxas de motorização do Estado do Rio, o município conta com um automóvel para cada 12 moradores, sem se levar em conta a idade e habilitação para dirigir desta população. Nota-se que este índice dá pistas sobre a infraestrutura urbana e o sistema público de transportes existentes, além de caracterizar os hábitos e a situação socioeconômica dos residentes e visitantes – Tabela 70.

A taxa de motorização da Costa Verde, calculada pela quantidade de automóveis por habitante, é uma das menores do estado.

TABELA 70

Taxa de Motorização dos Municípios da Região da Costa Verde e no Estado do Rio de Janeiro (2011)

Regiões do Governo	População Residente	Frota de Automóveis Particulares	Taxa de Motorização
Estado do Rio de Janeiro	16.112.637	3.821.520	23,72%
Região da Costa Verde	248.858	35.465	14,25%
Angra dos Reis	173.369	26.387	15,22%
Mangaratiba	37.343	5.946	15,92%
Paraty	38.146	3.132	8,21%

FONTE: IBGE (2015) e DETRAN-RJ (2013).

Referências

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP). **Royalties: tabelas contendo o valor mensal dos royalties dos beneficiários.** Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/?pg=9080>>. Acesso em: janeiro de 2015.

BENTES, Júlio Cláudio da Gama . **A Transformação dos Ambientes Natural e Rural com a Industrialização do Médio Paraíba Fluminense-RJ.** In: V ENANPPAS – Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2010, Florianópolis, SC. *Anais V Encontro da ANPPAS.* Florianópolis: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS, 2010. v. 1. p. 1-20.

FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CEPERJ). **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2013.** Disponível em: <<http://www.ceperj.rj.gov.br/ceep/Anuario2012/ApresentacaoInfraSaneamento.html>>. Acesso em: dezembro de 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/ipca-inpc_201312_1.shtm>. Acesso em: janeiro de 2015.

_____. **Estimativas de População.** Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acesso em: janeiro de 2014.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo1.asp?ti=1&tf=99999&ce=c&t=7&p=IO&v=37&z=t&o=3>>. Acesso em: janeiro de 2015.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989** – Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais em seus respectivos territórios, plataformas continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências. (Art. 21, XIX da CF). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dezembro 1989, p. 24.782.

_____. Senado Federal. **Resolução nº 40, de 20 de dezembro de 2001.** Dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em atendimento ao disposto no art. 52, VI e IX, da Constituição Federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 dez 2001, Seção 1, p. 6. Republicação **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 abr. 2002, Seção 1, p. 5.

_____. Senado Federal. **Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001.**

Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 dez 2001, Seção 1, p. 1. Republicação Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 abr. 2002, Seção 1, p. 5.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DO RIO DE JANEIRO (SEFAZ-RJ). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária.** Disponível em: <http://www.efaz.fazenda.rj.gov.br/sefaz/faces/oracle/webcenter/portalapp/pages/navigation-renderer.jspx?_afLoop=3207115020658306&datasource=UCMServer%23dDocName%3A1169989&_adf.ctrl-state=12vuocv63i_9>. Acesso em: outubro de 2014.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Receitas Públicas:** Manual de Procedimentos. 4ª Ed. Brasília: 2007. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/Manual_Procedimentos_RecPublicas.pdf>. Acesso em: janeiro de 2014.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro:** Angra dos Reis, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/estudos-socioeconomicos1>>. Acesso em: janeiro de 2014.

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro:** Paraty. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em Maio de 2014).

_____. **Estudos Socioeconômicos dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro:** Mangaratiba. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br>>. (Acesso em Maio de 2014).

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCE-RJ). **Relatório Resumido da Execução Orçamentária.** Disponível em: <<http://www.tce.rj.gov.br/web/guest/relatorio-resumido-execucao-orcamentaria>>. Acesso em: outubro de 2014.

SITES VISITADOS:

<http://portal.cefet-rj.br/>

<http://www2.datasus.gov.br/>

<http://www.sidra.ibge.gov.br/>

<http://www.ceperj.rj.gov.br/>

<http://www.faecetec.rj.gov.br/>

<http://www.inep.gov.br/>

<http://www.rais.gov.br/>

<http://www.mtecbo.gov.br/>

Apêndices

Demonstrativos das Receitas Correntes Líquidas dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)

(R\$ Milhares)

ESPECIFICAÇÃO	Angra dos Reis		Mangaratiba		Paraty	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES (I)	496.902,6	881.842,0	131.476,1	245.809,9	73.520,2	185.504,1
Receitas Tributárias	82.112,4	157.621,9	35.842,2	50.670,9	11.270,1	23.536,1
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	22.027,6	36.545,7	10.235,7	12.842,9	4.236,4	4.280,7
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	40.596,6	73.223,1	18.709,0	26.011,5	3.214,3	8.113,4
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	5.846,3	8.766,9	1.693,7	4.673,5	1.472,7	3.702,6
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	11.176,5	38.359,9	1.543,7	2.983,7	844,1	5.214,3
Outras Receitas Tributárias	2.465,4	726,4	3.660,1	4.159,3	1.502,6	2.225,2
Receita de Contribuições	12.759,7	28.474,0	4.878,3	6.740,8	394,3	394,7
Receita Patrimonial	8.305,6	53.482,9	521,9	3.915,9	1.228,7	1.898,1
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	2.461,7	6.876,1	1.324,3	5.371,5	536,5	592,3
Transferências Correntes	376.274,6	580.710,1	85.365,6	167.738,8	55.742,8	155.678,6
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	22.481,7	46.128,9	8.960,3	13.910,8	9.992,6	15.649,6
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	1.769,9	1.132,4	286,0	364,2	153,8	119,0
Cota-Parte do ITR	0,0	84,8	0,0	44,1	0,0	131,9
Cota-Parte do ICMS (100%)	226.256,1	269.853,5	33.050,2	88.350,9	20.425,2	29.013,1
Cota-Parte do IPVA	5.216,4	9.648,2	835,6	2.252,0	535,5	1.187,3
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	4.335,3	7.229,0	685,4	2.220,6	0,0	778,2
Transferências do FUNDEB	32.058,6	57.667,5	10.600,9	19.102,4	6.637,2	14.180,9
Outras Transferências Correntes	84.156,7	188.965,7	30.947,3	41.494,0	17.998,6	94.618,4
Outras Receitas Correntes	14.988,5	54.677,0	3.543,7	11.371,9	4.347,8	3.404,2
DEDUÇÕES (II)	47.474,3	93.942,5	8.175,4	24.911,7	5.574,8	9.542,1
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	9.247,8	24.218,3	1.729,2	3.338,1	0,0	0,0
Servidor	9.247,8	24.218,3	1.729,2	3.338,1	0,0	0,0
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	0,0	3.288,6	0,0	253,2	0,0	0,0
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	38.226,5	66.435,7	6.446,3	21.320,4	5.574,8	9.542,1
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I – II)	449.428,2	787.899,5	123.300,7	220.898,2	67.945,4	175.962,0

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

2 APÊNDICE

Distribuição (%) das Principais Receitas sobre os Orçamentos dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Angra dos Reis		Mangaratiba		Paraty	
	2006	2012	2006	2012	2006	2012
RECEITAS CORRENTES	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Receitas Tributárias	16,5	17,9	27,3	20,6	15,3	12,7
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	4,4	4,1	7,8	5,2	5,8	2,3
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	8,2	8,3	14,2	10,6	4,4	4,4
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	1,2	1,0	1,3	1,9	2,0	2,0
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	2,2	4,3	1,2	1,2	1,1	2,8
Outras Receitas Tributárias	0,5	0,1	2,8	1,7	2,0	1,2
Receita de Contribuições	2,6	3,2	3,7	2,7	0,5	0,2
Receita Patrimonial	1,7	6,1	0,4	1,6	1,7	1,0
Receita Agropecuária	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita Industrial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Receita de Serviços	0,5	0,8	1,0	2,2	0,7	0,3
Transferências Correntes	75,7	65,9	64,9	68,2	75,8	83,9
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	4,5	5,2	6,8	5,7	13,6	8,4
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	0,4	0,1	0,2	0,1	0,2	0,1
Cota-Parte do ITR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Cota-Parte do ICMS (100%)	45,5	30,6	25,1	35,9	27,8	15,6
Cota-Parte do IPVA	1,0	1,1	0,6	0,9	0,7	0,6
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	0,9	0,8	0,5	0,9	0,0	0,4
Transferências do FUNDEB	6,5	6,5	8,1	7,8	9,0	7,6
Outras Transferências Correntes	16,9	21,4	23,5	16,9	24,5	51,0
Outras Receitas Correntes	3,0	6,2	2,7	4,6	5,9	1,8

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

APÊNDICE 3

Valores e Evolução das Receitas Tributárias Per Capita dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)

Município	Ano	Receitas Tributárias	IPTU	ISS	ITBI	IR	Outras Receitas Tributárias
Angra dos Reis	2006	R\$ 569,68	R\$ 152,82	R\$ 281,65	R\$ 40,56	R\$ 77,54	R\$ 17,10
	2012	R\$ 890,01	R\$ 206,35	R\$ 413,45	R\$ 49,50	R\$ 216,60	R\$ 4,10
	2012/2006	56,2%	35,0%	46,8%	22,0%	179,3%	-76,0%
Mangaratiba	2006	R\$ 1.192,48	R\$ 340,54	R\$ 622,45	R\$ 56,35	R\$ 51,36	R\$ 121,77
	2012	R\$ 1.326,43	R\$ 336,19	R\$ 680,91	R\$ 122,34	R\$ 78,11	R\$ 108,88
	2012/2006	11,2%	-1,3%	9,4%	117,1%	52,1%	-10,6%
Paraty	2006	R\$ 334,47	R\$ 125,73	R\$ 95,39	R\$ 43,71	R\$ 25,05	R\$ 44,59
	2012	R\$ 607,54	R\$ 110,50	R\$ 209,43	R\$ 95,57	R\$ 134,60	R\$ 57,44
	2012/2006	81,6%	-12,1%	119,5%	118,7%	437,3%	28,8%

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

4 APÊNDICE

Evolução das Principais Receitas dos Orçamentos dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 a 2012)

(%)

ESPECIFICAÇÃO	Angra dos Reis	Mangaratiba	Paraty
RECEITAS CORRENTES	77,5	87,0	152,3
Receitas Tributárias	92,0	41,4	108,8
Imposto s/ a Prop. Predial/Territorial Urbana (IPTU)	65,9	25,5	1,0
Impostos s/ Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)	80,4	39,0	152,4
Impostos s/ Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)	50,0	175,9	151,4
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR)	243,2	93,3	517,7
Outras Receitas Tributárias	-70,5	13,6	48,1
Receita de Contribuições	123,2	38,2	0,1
Receita Patrimonial	543,9	650,3	54,5
Receita Agropecuária	–	–	–
Receita Industrial	–	–	–
Receita de Serviços	179,3	305,6	10,4
Transferências Correntes	54,3	96,5	179,3
Cota-Parte do FPM Ajustado pela LC 91/97 (100%)	105,2	55,2	56,6
(LC nº 87/96) ICMS Desoneração (100%)	-36,0	27,4	-22,6
Cota-Parte do ITR	–	–	–
Cota-Parte do ICMS (100%)	19,3	167,3	42,0
Cota-Parte do IPVA	85,0	169,5	121,7
Cota-Parte do IPI – Exportação (100%)	66,7	224,0	–
Transferências do FUNDEB	79,9	80,2	113,7
Outras Transferências Correntes	124,5	34,1	425,7
Outras Receitas Correntes	264,8	220,9	-21,7
DEDUÇÕES	97,9	204,7	71,2
Contrib. p/ o Plano de Seg. Soc. Serv.	161,9	93,0	–
Servidor	161,9	93,0	–
Compensação Financ. entre Reg. Previd.	–	–	–
Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB	73,8	230,7	71,2
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	75,3	79,2	159,0

FONTE: Controladoria-Geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), 2013.

NOTA: valores mensais atualizados pelo IPCA para 2012.

APÊNDICE 5

Demonstrativos das Despesas por Categoria Econômica dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)

(R\$ Milhares)

Município/Ano		Despesa Total	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ¹	Investimento ²	Juros e Amortização da Dívida ³
Angra dos Reis	2006	454.932,1	204.582,1	181.944,3	62.222,9	6.182,9
	2012	692.036,5	385.568,7	254.143,4	40.046,4	12.278,1
Mangaratiba	2006	122.009,6	53.642,7	57.341,4	9.342,4	1.683,1
	2012	225.404,6	117.816,9	103.186,1	3.070,8	1.330,9
Paraty	2006	68.314,8	29.171,2	23.052,8	15.803,7	287,0
	2012	150.456,6	78.281,6	60.151,0	8.487,6	3.536,4

¹ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.² Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.³ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.**FONTE:** TCE-RJ.**NOTAS:** valores atualizados pelo IPCA para 2012.

APÊNDICE 6

Distribuição (%) das Despesas por Categoria Econômica sobre as Despesas Totais dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 e 2012)

(%)

Município/Ano		Despesa Total	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ¹	Investimento ²	Juros e Amortização da Dívida ³
Angra dos Reis	2006	100,0	45,0	40,0	13,7	1,4
	2012	100,0	55,7	36,7	5,8	1,8
Mangaratiba	2006	100,0	44,0	47,0	7,7	1,4
	2012	100,0	52,3	45,8	1,4	0,6
Paraty	2006	100,0	42,7	33,7	23,1	0,4
	2012	100,0	52,0	40,0	5,6	2,4

¹ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.² Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.³ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.**FONTE:** TCE-RJ.**NOTAS:** valores atualizados pelo IPCA para 2012.

7 APÊNDICE

Evolução das Despesas dos Municípios da Região da Costa Verde (2006 a 2012)

(%)

Município	Despesa Total	Pessoal e Encargos Sociais	Custeio ¹	Investimento ²	Juros e Amortização da Dívida ³
Angra dos Reis	52,1	88,5	39,7	-35,6	98,6
Mangaratiba	84,7	119,6	80,0	-67,1	-20,9
Paraty	120,2	168,4	160,9	-46,3	1.132,1

¹ Equivale às despesas correntes, excluídas as de pessoal e encargos sociais e pagamento de juros e encargos da dívida.

² Equivale às despesas de capital, exceto as amortizações da dívida.

³ Equivale à despesa corrente com juros e encargos da dívida, somadas as despesas de capital com amortizações da dívida.

FONTE: TCE-RJ.

NOTAS: Valores atualizados pelo IPCA para 2012.

8 APÊNDICE

Classificação das Atividades Industriais

Subsetor Industrial	Atividades
Extração e Tratamento de Minerais	<ul style="list-style-type: none"> • Extração de carvão mineral • Extração de petróleo e gás natural • Extração de minerais metálicos • Extração de minerais não metálicos • Atividades de apoio à extração de minerais
Produtos Alimentícios	<ul style="list-style-type: none"> • Abate e fabricação de produtos de carne • Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado • Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais • Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais • Laticínios • Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais • Fabricação e refino de açúcar • Torrefação e moagem de café • Fabricação de outros produtos alimentícios

(Continua)

APÊNDICE 8

(Continuação)

Subsetor Industrial	Atividades
Bebidas	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de bebidas alcoólicas • Fabricação de bebidas não alcoólicas
Têxtil	<ul style="list-style-type: none"> • Preparação e fiação de fibras têxteis • Tecelagem, exceto malha • Fabricação de tecidos de malha • Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis • Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário
Confecção	<ul style="list-style-type: none"> • Confecção de artigos do vestuário e acessórios • Fabricação de artigos de malharia e tricotagem
Papel e Celulose	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel • Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão • Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado • Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado
Impressão e Reprodução de Gravações	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade de impressão • Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos • Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte
Química	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos químicos inorgânicos • Fabricação de produtos químicos orgânicos • Fabricação de resinas e elastômeros • Fabricação de fibras artificiais e sintéticas • Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários • Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal • Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins • Fabricação de produtos e preparados químicos diversos
Farmoquímicos e Farmacêuticos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos farmoquímicos • Fabricação de produtos farmacêuticos
Borracha e Material Plástico	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de produtos de borracha • Fabricação de produtos de material plástico
Minerais Não Metálicos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de vidro e de produtos do vidro • Fabricação de cimento • Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes • Fabricação de produtos cerâmicos • Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não metálicos

(Continua)

8 APÊNDICE

(Continuação)

Subsetor Industrial	Atividades
Siderúrgico/Metalúrgico	<ul style="list-style-type: none"> • Produção de ferro-gusa e de ferroligas • Siderurgia • Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura • Metalurgia dos metais não ferrosos • Fundição
Produtos de Metal (Exceto Máquinas e Equipamentos)	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada • Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras • Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais • Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas • Fabricação de equipamento bélico pesado, armas e munições • Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos • Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos • Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica • Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação • Fabricação de eletrodomésticos • Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente
Máquinas e Equipamentos	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral • Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para agricultura e pecuária • Fabricação de máquinas-ferramenta • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção • Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico
Veículos Automotores	<ul style="list-style-type: none"> • Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários • Fabricação de caminhões e ônibus • Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores • Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores • Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores
Equipamentos de Transporte (Exceto Veículos Automotores)	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de embarcações • Fabricação de veículos ferroviários • Fabricação de aeronaves • Fabricação de veículos militares de combate • Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente

(Continua)

APÊNDICE 8

(Continuação)

Subsetor Industrial	Atividades
Obras de Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none">• Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras de arte especiais• Obras de infraestrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos• Construção de outras obras de infraestrutura• Fabricação de produtos do fumo• Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados• Fabricação de produtos de madeira• Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis• Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos• Fabricação de móveis• Fabricação de produtos diversos• Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos• Captação, tratamento e distribuição de água• Esgoto e atividades relacionadas• Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais• Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos• Construção de edifícios• Serviços especializados para construção• Eletricidade, gás e outras utilidades

(Conclusão)

